

RELATÓRIO FINAL

VOLUME II

RELATÓRIO TÉCNICO

Plano Diretor Participativo

Santa Luzia
do Itanhy



RELATÓRIO FINAL

VOLUME II

RELATÓRIO TÉCNICO

Plano Diretor Participativo

Santa Luzia
do Itanhy



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

SANTA LUZIA DO ITANHY

SERGIPE

PRODUTO 5
RELATÓRIO FINAL DO PLANO DIRETOR
VOLUME II
RELATÓRIO TÉCNICO

2008



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO ITANHY

Prefeito Municipal

Adauto Dantas do Amor Cardoso

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

Secretário Municipal de Infra-estrutura

Cícero Simeão Santos Bezerra

GABINETE DO PREFEITO

Secretária do Gabinete

Vera Lucia Donato de Carvalho



TECHNUM CONSULTORIA SS

Coordenação Geral

Mônica von Glehn Herkenhoff Arquiteta e Urbanista

Coordenação Técnica

Izabel Neves da Silva Cunha Borges Arquiteta e Urbanista

Leícia Chagas Bortolon Arquiteta e Urbanista Especialista em Direito Urbanístico

Especialistas

Aíslan Borges

Alessandra Andrade Bernardo

André Cobbe

Catarina Tokatjian

Daisy Maria Cadaval Basso

Daniel Reis Camargo

Elisabeth van den Berg

Giselle Chalub

Isabela Mazza

José Alexandre Monteiro Fortes

Potira Meirelles Hermuche

Priscila Erthal Risi

Shaiane Vargas

Vera Amorelli

Willington Gondim

Formação

Administrador

Geógrafa

Arquiteto e Urbanista

Arquiteta e Urbanista

Pedagoga

Arquiteto e Urbanista

Arquiteta e Urbanista

Arquiteta e Urbanista

Engenheira Agrônoma

Engenheiro Civil

Geógrafa

Arquiteta e Urbanista

Turismóloga

Advogada

Engenheiro Civil

Especialista em Gestão Municipal

Especialista em Planejamento Ambiental

Geoprocessamento

Direito Urbanístico, Administrativo e Imobiliário



APRESENTAÇÃO

Este documento representa o Relatório Final referente ao contrato entre a Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhý e a TECHNUM Consultoria SS para a elaboração do Plano Diretor Participativo do município de Santa Luzia do Itanhý, no estado de Sergipe.

O documento é apresentado em três volumes, a saber:

- Relatório Final – Volume I – Legislação
- Relatório Final – Volume II – Relatório Técnico
- Relatório Final – Volume III – Participação Comunitária

O primeiro volume contém toda a Legislação relativa ao contrato: Anteprojeto de Lei do Plano Diretor, Anteprojeto de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Anteprojeto de Lei Complementar de Parcelamento do Solo Urbano, Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Anteprojeto de Lei do Código Ambiental. Trás também os mapas de Macrozoneamento, Uso e Ocupação do Solo da Macrozona Urbana – cidade de Santa Luzia do Itanhý e perímetro urbano da sede municipal.

O segundo volume corresponde ao Relatório Técnico do Plano Diretor, apresentando-se nas seguintes partes:

- PARTE I – explicações sobre a estrutura legal do Plano e suas principais características;
- PARTE II – Relatório da Leitura da Realidade Atual do município de Santa Luzia, quando da elaboração deste Plano, englobando a síntese da conjuntura atual pela qual passa o município, os aspectos histórico, social, econômico, físico-ambiental e institucional, organizados em relação às principais questões do desenvolvimento municipal, quais sejam a inserção regional do município, os aspectos ambientais, os aspectos sociais, os aspectos econômicos, o espaço urbano e as questões de gestão;
- PARTE III – a caracterização da Situação Desejada para o Desenvolvimento Municipal, que será atingido mediante ações guiadas pelas Linhas Estratégicas e Eixos Prioritários definidos. Esta parte inicia-se pela análise dos possíveis cenários de desenvolvimento e o cenário de referência, elaborado a partir da análise matricial das forças, fragilidades, oportunidades e ameaças identificadas. A partir da identificação desse cenário de referência, ou seja, o “Cenário Desejado e Pactuado” pela sociedade local, foi estruturado e detalhado o Plano Diretor, expressando seus objetivos, princípios, diretrizes, metas, estratégias, políticas de ação, instrumentos de gestão urbana e territorial, programas de ação, projetos especiais, macrozoneamento territorial e demais ações necessárias à sua institucionalização e implementação, de forma a subsidiar a atualização da legislação urbanística.
- PARTE IV – considerações sobre o Processo de Elaboração do Plano Diretor.

O terceiro volume trás os registros das Leituras Comunitárias, Oficinas Participativa e Audiência Pública Final do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor.

Os assuntos foram debatidos com a sociedade local sendo identificados os problemas e potencialidades da cidade e da região, por meio da análise dos fatores internos (forças e fragilidades) e externos (oportunidades e ameaças) relacionados ao desenvolvimento municipal.

Este Relatório Final é resultante das contribuições, anseios e expectativas da sociedade local, expressa notadamente nas reuniões setoriais, leituras comunitárias, oficinas,



seminários e audiências públicas realizadas. Organizado em etapas, o trabalho de elaboração do Plano Diretor foi desenvolvido utilizando o processo de construção coletiva. Foi criado na Prefeitura Municipal um Grupo Executivo de Trabalho, que atuando em parceria com a Technum Consultoria SS teve acesso ao conhecimento detalhado de todo o processo de trabalho e metodologia adotada.

Em cada uma das etapas de trabalho, buscando a maior discussão e contribuição da sociedade local, os procedimentos adotados para organização dos trabalhos envolveram a preparação de estudos e textos básicos distribuído aos participantes de seminários e reuniões de capacitação, de forma a permitir o nivelamento das informações entre os participantes e encaminhar as discussões pertinentes à etapa em questão. Os resultados obtidos serviram como subsídio para o desenvolvimento das etapas seguintes.

As minutas de Leis, inseridas no Volume I deste documento, incorporam os resultados de todo o trabalho e discussões envolvidas, contendo princípios, objetivos, diretrizes, metas, estratégias, políticas de ação, instrumentos de gestão urbana e territorial, programas de ação, projetos especiais, macrozoneamento territorial e demais ações necessárias à institucionalização e implementação do Plano Diretor, permitindo a construção da legislação.

Entendendo o planejamento como um processo contínuo, envolvendo as necessárias revisões e ajustes de rumo, espera-se que os atores participantes deste passo inicial continuem atuantes, e que ampliem as discussões, pois é por meio de debates de idéias e entendimentos resultantes que se traçam ações efetivas para toda a sociedade.

Santa Luzia do Itanhhy, 2008



ÍNDICE

VOLUME 1

DOCUMENTO DE ENCAMINHAMENTO À CÂMARA MUNICIPAL	12
ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR	14
ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PERÍMETRO URBANO	32
ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	35
ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO	49
ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES.....	64
ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO AMBIENTAL	94

VOLUME 2

PARTE I – ESTRUTURA E PRINCIPAIS ASPECTOS DO ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR.....	16
1 A LEI DO PLANO DIRETOR	17
2 ESTRUTURA DA LEI DO PLANO E PRINCIPAIS ASPECTOS	17
2.1 Objetivos.....	17
2.2 Anexos da Lei.....	17
2.3 Política municipal de desenvolvimento	17
2.4 Política municipal de desenvolvimento urbano.....	18
2.5 Organização do território municipal	18
2.6 Sistemas rodoviário e viário municipal.....	19
2.7 Uso e ocupação do solo	19
2.7.1 Macrozoneamento	19
2.7.2 Zoneamento	20
2.8 Instrumentos da política de desenvolvimento urbano.....	21
2.9 Sistema de Planejamento e Gestão	25
3 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORITÁRIOS.....	29
3.1 Estrada parque do Crasto	29
3.2 Consolidação de RPPNs como atrativos turísticos	29
4 DIRETRIZES PARA GESTÃO DO PLANO DIRETOR.....	30
4.1 Instrumentos de Acompanhamento e Controle	30
PARTE II – LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL	32
1 O MUNICÍPIO	33
1.1 Inserção Regional	33
2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS.....	37
2.1 Aspectos Fisiográficos	37
2.1.1 Hidrografia	37
2.1.2 Clima.....	42
2.1.3 Geologia e Geomorfologia	44
2.1.4 Altimetria e Declividade.....	46
2.1.5 Pedologia.....	49



2.2	Aspectos Bióticos	52
2.2.1	Fitofisionomias.....	52
2.2.2	Vegetação e Paisagem.....	53
2.3	Áreas de Preservação Ambiental.....	56
2.3.1	Área de Interesse Ambiental e Turístico.....	57
2.3.2	Vulnerabilidade e Necessidade de Ações de Preservação.....	57
3	CARACTERIZAÇÃO SOCIAL.....	58
3.1	Demografia.....	58
3.1.1	Evolução da População	61
3.1.2	População Estimada.....	62
3.2	Habituação.....	63
3.3	Saúde.....	66
3.4	Educação.....	68
3.4.1	Evolução das Taxas e Índices de Escolaridade.....	69
3.4.2	Dados municipais (2007)	70
3.5	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	73
3.5.1	Vulnerabilidade.....	73
3.6	Cultura, Esporte e Lazer	73
3.7	Patrimônio Histórico-Cultural	74
3.8	Organização e Promoção Social.....	75
3.9	Situação Fundiária.....	76
3.10	Segurança Pública e Justiça	76
4	DINÂMICA ECONÔMICA.....	77
4.1	Estrutura Produtiva Setor Primário.....	77
4.2	Estrutura Produtiva – Setor Secundário.....	80
4.3	Estrutura Produtiva – Setor Terciário	80
4.3.1	Turismo	80
4.4	Emprego e Renda.....	81
4.5	Produto Interno Bruto.....	83
5	CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA URBANA	83
5.1	Histórico	83
5.1.1	Caracterização do Espaço Urbano/Formas do Uso e Ocupação do Solo	85
6	CARACTERIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA.....	97
6.1	Abastecimento de água.....	97
6.2	Esgotamento sanitário.....	101
6.3	Drenagem.....	102
6.4	Resíduos Sólidos.....	103
6.4.1	Destino do Lixo	104
6.5	Transporte, Trânsito, Circulação e Mobilidade	105
6.6	Energia Elétrica.....	106
6.7	Meios de Comunicação.....	106
6.8	Outros Serviços	106



6.9	Caracterização da Gestão Municipal	107
6.9.1	Estrutura da Administração Municipal	107
6.9.2	Legislação Municipal	108
6.9.3	Estrutura das Finanças Municipais	108
PARTE III – A SITUAÇÃO DESEJADA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL		110
1	A SITUAÇÃO DE PARTIDA	111
1.1	Análises interna e externa	114
1.2	Organização das variáveis.....	115
1.2.1	Forças.....	116
1.2.2	Oportunidades	117
1.2.3	Fragilidades.....	117
1.2.4	Ameaças.....	120
1.3	A análise matricial das Forças, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças	121
1.4	Leitura da matriz SWOT/FOFA para Santa Luzia do Itanhhy	122
2	OS CENÁRIOS POSSÍVEIS	125
3	O CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	127
4	DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO E CIDADE DESEJADOS	129
4.1	O Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano	129
4.2	O objetivo central para o município	130
4.3	Os Princípios	130
4.4	As Diretrizes	131
4.5	As Linhas Estratégicas	133
PARTE IV – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR		138
1	O PLANO DIRETOR	139
2	O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	141
3	ETAPAS E FASES.....	142

VOLUME 3

LEITURAS COMUNITÁRIAS E OFICINAS PARTICIPATIVAS		12
QUESTIONÁRIO DE LEITURA COMUNITÁRIA APLICADO		13
TRANSCRIÇÃO DAS LEITURAS COMUNITÁRIAS.....		21
1	LEITURAS COMUNITÁRIAS DA REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA	22
1.1	Inserção Regional	22
1.2	Condicionantes Ambientais.....	22
1.3	Caracterização Social	22
1.3.1	Emprego e renda	22
1.3.2	Desigualdade Social	23
1.3.3	Prostituição e Trabalho Infantil	23
1.3.4	Drogas	23
1.3.5	Cultura	23
1.3.6	Educação	24



1.3.7	Saúde.....	25
1.3.8	Segurança Pública	25
1.4	Dinâmica Econômica	26
1.4.1	Estrutura Produtiva – Setor primário: Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	26
1.4.2	Estrutura Produtiva – Setor Secundário	27
1.4.3	Estrutura Produtiva – Setor Terciário	27
1.4.4	Desemprego	27
1.4.5	Turismo	27
1.5	Meio Urbano	27
1.5.1	Crescimento Urbano	27
1.5.2	Tipologia das edificações	28
1.5.3	Infra-Estruturas e Serviços.....	28
1.6	Caracterização da Gestão Municipal	31
1.6.1	Da Participação Popular.....	31
1.6.2	Da Situação Fundiária	31
	LISTAS DE PRESENÇA DAS LEITURAS COMUNITÁRIAS	32
	APRESENTAÇÃO DA OFICINA 1	46
	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA OFICINA 1	60
	LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA 1	65
	APRESENTAÇÃO DA OFICINA 2	68
	TRANSCRIÇÃO DO RESULTADO DA DINÂMICA DE GRUPO DA OFICINA 2 LINHAS ESTRATÉGICAS	76
	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA OFICINA 2	80
	LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA 2	85
	APRESENTAÇÃO DA OFICINA 3	88
	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA OFICINA 3	95
	LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA 3	97
	REGULAMENTO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA	99
1	Introdução	100
2	A audiência pública final do plano diretor participativo.....	101
2.1	Objetivo	101
2.2	Regulamento da audiência pública final	101
	CONVITE PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA	103
	APRESENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.....	105
	LISTA DE INSCRIÇÃO E PERGUNTAS ESCRITAS PARA SESSÃO DE MANIFESTAÇÃO PÚBLICA	113
	REGISTRO FOTOGRÁFICO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	115
	ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	118
	LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA / ANEXO DA ATA	121



ÍNDICE DE FIGURAS – VOLUME II

PARTE I

Figura 01: Mapa de macrozoneamento do município de Santa Luzia do Itanhy	26
Figura 02: Planta de zoneamento da sede municipal – Santa Luzia do Itanhy	27
Figura 03: Mapa do perímetro urbano da sede municipal do município de Santa Luzia do Itanhy	28

PARTE II

Figura 04: Hidrografia de Santa Luzia do Itanhy	39
Figura 05: Aquíferos de Santa Luzia do Itanhy	40
Figura 06: Hidrogeologia de Santa Luzia do Itanhy	41
Figura 07: Precipitação em Santa Luzia do Itanhy	43
Figura 08: Geomorfologia de Santa Luzia do Itanhy	45
Figura 09: Hipsometria de Santa Luzia do Itanhy	47
Figura 10: Declividade de Santa Luzia do Itanhy	48
Figura 11: Pedologia de Santa Luzia do Itanhy	51
Figura 12: Uso do solo em Santa Luzia do Itanhy	54
Figura 13: Zoneamento agroecológico de Santa Luzia do Itanhy	55
Figura 14: Comunidade de Rio da Palha – Casas de Taipa	66
Figura 15: Santa Luzia – sede – habitação em área menos estruturada	66
Figura 16: Escola em boas condições – Povoado de Areia Branca	70
Figura 17: Postos de saúde e escolas de Santa Luzia do Itanhy	72
Figura 18: Usina de São Félix: a primeira de Sergipe	85
Figura 19: Vista Típica de ruas da sede municipal	88
Figura 20: Igreja da Matriz e Praça	88
Figura 21: Vista parcial da cidade	88
Figura 22: Vista típica da ocupação da parte alta da cidade	89
Figura 23: Sede, área para expansão urbana	89
Figura 24: Quadra de esportes	89
Figura 25: Sede, área com loteamento mais recente e área de expansão ao fundo	90
Figura 26: Área com erosão, próxima à sede do município	90
Figura 27: Casario no lado oposto da rodovia, apêndice da cidade	90
Figura 28: Área sem ocupação, próxima à Prefeitura	91
Figura 29: Igreja Abandonada	91
Figura 30: Área de Alagamento	92
Figura 31: Esgoto a céu aberto	92
Figura 32: Rua pavimentada e construção - tipo e de maior porte	93
Figura 33: Centro comunitário	93
Figura 34: Rodovia dividindo a comunidade	93
Figura 35: Escola vista do campo de futebol – área de lazer da comunidade	94
Figura 36: Escola vista do campo de futebol – área de lazer da comunidade	94



Figura 37: Precárias condições de infra-estrutura	94
Figura 38: Campo de futebol e casas	95
Figura 39: Precárias condições de infra-estrutura	95
Figura 40: Casa de Farinha da comunidade	95
Figura 41: Casa com roça – típico da comunidade	96
Figura 42: Ligação direta com atividade agrícola	96
Figura 43: Lançamento de água servida (esgoto) no quintal	96
Figura 44: Captação d'água de Santa Luzia do Itanhy	99
Figura 45: Infra-estrutura de Santa Luzia do Itanhy	100

PARTE III

Figura 01: Matriz FOFA – das características próprias de cada quadrante.....	122
Figura 02: Matriz FOFA – da intensidade e agrupamento das incidências	123
Figura 03: Matriz FOFA de Santa Luzia do Itanhy.....	124
Figura 04: Cenários possíveis	126

ÍNDICE DE TABELAS – VOLUME II

PARTE II

Tabela 01: Série da pluviometria anual de 1964 a 1986 (intercalada por ausência de dados)	42
Tabela 02: População por faixa etária, município de Santa Luzia do Itanhy, 2000.....	60
Tabela 03: Evolução da população urbana segundo o sexo, Santa Luzia do Itanhy 1970-2000	61
Tabela 04: População rural segundo o sexo	61
Tabela 05: População total segundo o sexo por ano	62
Tabela 06: Estimativa das populações residentes	63
Tabela 07: População projetada, Santa Luzia do Itanhy, Sergipe. 2010-2015.	63
Tabela 08: Situação dos Domicílios, por condição de propriedade, 2000. Santa Luzia do Itanhy/SE	64
Tabela 09: Acesso dos domicílios a serviços básicos, Santa Luzia do Itanhy, Sergipe. 1991-2000.	66
Tabela 10: Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade. 1991 e 2000.	67
Tabela 11: Ensino - matrículas rede escolar 2006 Santa Luzia do Itanhy - SE	68
Tabela 12: Ensino – docentes, rede escolar 2006 Santa Luzia do Itanhy - SE.....	68
Tabela 13: Ensino rede escolar, número de escolas, 2006 Santa Luzia do Itanhy - SE.....	68
Tabela 14: Nível de educação da população jovem. 1991 e 2000.....	70
Tabela 15: Nível de educacional da população adulta (25 anos ou mais). 1991 e 2000 Santa Luzia do Itanhy/SE	70
Tabela 16: Equipamentos de Educação – Dados Municipais 2007, Santa Luzia do Itanhy/SE.....	71
Tabela 17: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanhy/SE.....	73
Tabela 18: Indicadores de vulnerabilidade, 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanhy/SE	73
Tabela 19: Efetivo de rebanhos	77
Tabela 20: Extrativismo vegetal – quantidades em toneladas por ano	78
Tabela 21: Lavouras permanentes – áreas plantadas em hectares por ano.....	78



Tabela 22: Lavouras permanentes – quantidades produzidas em toneladas por ano	79
Tabela 23: Lavoura temporária – áreas plantadas em hectares por ano	79
Tabela 24: Lavoura temporária – quantidades produzidas em toneladas por ano.....	80
Tabela 25: Pessoas com 10 anos e mais de idade economicamente ativas e pessoas com 10 anos e mais ocupadas, 2000. Santa Luzia do Itanh/SE	81
Tabela 26: PIA, PEA e PEA ocupada na semana de referência, 2000. Santa Luzia do Itanh/SE.....	82
Tabela 27: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade. 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanh/SE.....	82
Tabela 28: Porcentagem da renda apropriada por extratos da população. 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanh/SE.....	82
Tabela 29: Acesso a bens de consumo. 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanh/SE.....	82
Tabela 30: Produto Interno Bruto 2004, Santa Luzia do Itanh/SE.....	83
Tabela 31: PIB per Capita, 1999 – 2002, Santa Luzia do Itanh/SE	83
Tabela 32: Abastecimento de Água 2000, município de Santa Luzia do Itanh/SE.....	97
Tabela 33: Sistema de esgotamento sanitário, 2000. Município de Santa Luzia do Itanh/SE.....	101
Tabela 34: Número de banheiros nos domicílios 2000. Município de Santa Luzia do Itanh/SE.....	102
Tabela 35: Destino Final do Lixo, 2000. Município de Santa Luzia do Itanh/SE.....	104
Tabela 36: Finanças Públicas, Receitas 2004 Santa Luzia do Itanh - SE	108
Tabela 37: Finanças Públicas, Despesas 2004 Santa Luzia do Itanh - SE.....	109
Tabela 38: Finanças Públicas, Fundos e Impostos externos ao município 2004 Santa Luzia do Itanh - SE	109

ÍNDICE DE GRÁFICOS – VOLUME II

PARTE II

Gráfico 01: Distribuição da população, áreas rural e urbana, município de Santa Luzia do Itanh, 2000	58
Gráfico 02: Distribuição da população, por sexo, município de Santa Luzia do Itanh, 2000	58
Gráfico 03: Percentual da população urbana segundo o sexo, município de Santa Luzia do Itanh, 2000	59
Gráfico 04: Percentual da população rural segundo o sexo, município de Santa Luzia do Itanh, 2000.....	59
Gráfico 05: Percentual da população rural segundo o sexo, município de Santa Luzia do Itanh, 2000.....	60
Gráfico 06: Evolução da população urbana segundo o sexo, Santa Luzia do Itanh 1970-2000	61
Gráfico 07: Evolução da população rural	62
Gráfico 08: Estimativa das populações residentes	63
Gráfico 09: Domicílios particulares e permanentes, e moradores, por condição de propriedade, 2000. Santa Luzia do Itanh/SE.....	64
Gráfico 10: Distribuição dos domicílios, áreas rural e urbana, município de Santa Luzia do Itanh, 2000	65
Gráfico 11: Condição de ocupação por domicílio, município de Santa Luzia do Itanh, 2000.....	65
Gráfico 12: Lavoura permanente – quantidade produzida em toneladas por ano.....	79
Gráfico 13: Lavoura temporária – quantidade produzida em toneladas por ano	80
Gráfico 14: Abastecimento de Água 2000, município de Santa Luzia do Itanh/SE.....	97
Gráfico 15: Sistema de esgotamento sanitário, 2000. Município de Santa Luzia do Itanh/SE	101
Gráfico 16: Número de banheiros nos domicílios 2000. Município de Santa Luzia do Itanh/SE.....	102
Gráfico 17: Destino Final do Lixo, 2000. Município de Santa Luzia do Itanh/SE.....	104



ÍNDICE DE QUADROS – VOLUME II

PARTE II

Quadro 01:	Comunidades principais ("Distritos") e Povoados Satélites, município de Santa Luzia do Itanhy, 2000	35
Quadro 02:	Assistência Técnica 2007, Santa Luzia do Itanhy/SE	76
Quadro 03:	Atividades principais das Comunidades, 2007, Santa Luzia do Itanhy/SE	86
Quadro 04:	Estabelecimentos de comércio e serviço, sede municipal, 2007. Santa Luzia do Itanhy/SE	87
Quadro 05:	Industriais e Abastecimento, sede municipal, 2007. Santa Luzia do Itanhy/SE	87
Quadro 06:	Edificações Poder Público, sede municipal, 2007. Santa Luzia do Itanhy/SE	87
Quadro 07:	Armazéns e beneficiamento de apoio da produção agropecuária, 2007 Santa Luzia do Itanhy/SE	87
Quadro 08:	Expansão Urbana, sede municipal, 2007. Santa Luzia do Itanhy/SE	87
Quadro 09:	Resíduos Sólidos, 2007. Município de Santa Luzia do Itanhy/SE	103
Quadro 10:	Empresas intermunicipais transporte coletivo	105
Quadro 11:	Frota 2006 Santa Luzia do Itanhy - SE	105
Quadro 12:	Equipamentos de Abastecimento e Produção, 2007. Município de Santa Luzia do Itanhy/SE	107
Quadro 13:	Alimentação e Lazer, 2007. Município de Santa Luzia do Itanhy/SE	107
Quadro 14:	Legislação Municipal Principal, 2007. Município de Santa Luzia do Itanhy/SE	108

PARTE III

Quadro 01:	CENÁRIO ATUAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHY – SE	111
Quadro 02:	CENÁRIO FUTURO / DE REFERÊNCIA	127



PARTE I – ESTRUTURA E PRINCIPAIS ASPECTOS DO ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR



1 A LEI DO PLANO DIRETOR

O Plano Diretor se consolida em forma de lei municipal que deverá ordenar o planejamento municipal, em busca do desenvolvimento estratégico e sustentável. Seu objetivo é orientar e dar transparência às escolhas políticas de atuação e aplicação de programas e projetos, bem como proporcionar maior democratização dos processos de construção de políticas públicas e participação social.

Essa Lei é o instrumento básico da política de desenvolvimento municipal e ordena o conjunto de ações para expansão urbana, devendo ser, necessariamente, parte integrante do processo de planejamento municipal, englobando o território do município como um todo.

2 ESTRUTURA DA LEI DO PLANO E PRINCIPAIS ASPECTOS

2.1 Objetivos

São objetivos gerais do Plano Diretor de Santa Luzia do Itanhú:

- assegurar o desenvolvimento sócio-econômico, cultural e físico do município, concomitante à valorização do meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando à melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da coletividade;
- fortalecer a posição do município na região como pólo de preservação e recuperação de remanescentes do ecossistema do litoral brasileiro;
- promover o fortalecimento institucional da gestão pública municipal, ampliando possibilidades de participação em planos e projetos regionais e nacionais;
- estabelecer o macrozoneamento e zoneamento, para ordenação e controle do uso do solo municipal.

2.2 Anexos da Lei

A Lei do Plano Diretor é instrumento de desenvolvimento municipal, mas também de ordenamento territorial, para o qual consta com o apoio das plantas de macrozoneamento do território municipal e de zoneamento da sede municipal, que constituí a única área urbana do município.

2.3 Política municipal de desenvolvimento

A política municipal de desenvolvimento aponta as diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável de Santa Luzia do Itanhú, que deve, como indica este Plano Diretor, ser pautada em:

- melhoria do desempenho das dimensões inserção regional, ambiental, econômica, social, urbana e de gestão;
- gestão democrática e cooperação entre poder público e iniciativa privada;
- compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a proteção ambiental;
- fortalecimento de entidades sociais;
- organização do território municipal.

É na política municipal de desenvolvimento que se formalizam as linhas estratégicas, eixos prioritários, que devem pautar a inclusão de problemas na agenda governamental. São



temas prioritários para ações e programas a serem desenvolvidos pelo Poder Público Municipal:

- preservação ambiental e valorização do ambiente construído;
- assegurar o direito à saúde, educação e segurança pública de qualidade e favorecer o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer a toda a população;
- elaboração de programas que promovam o desenvolvimento regional, com base nos princípios para o Pólo Costa dos Coqueirais;
- promover a formação de mão-de-obra qualificada voltada às vocações locais;
- promover um planejamento municipal respeitando as vocações de cada localidade;
- tornar o município mais independente de verbas de repasse com sistemas de arrecadação municipal mais eficiente;
- rever o limite do perímetro urbano da sede municipal e consolidar os distritos como núcleos de apoio ao meio rural;
- garantir o direito à mobilidade e comunicabilidade da população, melhorando e reforçando o sistema viário municipal, bem como os serviços de comunicação;
- promover a interação entre o poder público, a iniciativa privada e a população para fortalecimento dos processos de planejamento e gestão eficazes;
- promover atividades diferenciadas para fortalecimento da economia, como o beneficiamento agrícola, o incentivo ao turismo e o desenvolvimento do comércio e serviços;
- efetivar a regularização fundiária, garantindo o direito à propriedade;

2.4 Política municipal de desenvolvimento urbano

A política municipal de desenvolvimento urbano estabelece as bases para o desenvolvimento e crescimento ordenado das áreas urbanas, segundo as seguintes diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor:

- a distribuição dos ônus e benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana;
- promoção de regularização fundiária;
- a recuperação e conservação do meio ambiente e da paisagem urbana;
- prioridade na consolidação e adensamento dos bairros que já apresentam alguma ocupação;
- definição de áreas para expansão urbana futura;

2.5 Organização do território municipal

A organização do território municipal diz respeito à definição das localidades distribuídas pelo município, que devem ser consolidadas como núcleos de apoio à área rural.

Os núcleos de apoio não constituem área urbana, mas se estruturam como comunidades que agregam atividades e serviços públicos, dando apoio a outras localidades menores da área rural.



2.6 Sistemas rodoviário e viário municipal

A definição de uma hierarquia nos sistemas rodoviário (de estradas federais, estaduais e municipais) e viário (ruas de área urbana), é essencial para otimizar investimentos e garantir maior unidade territorial, permitindo uma estratégia de ações contínuas para a melhoria das condições das vias, que permitam condições mais seguras e confortáveis para a circulação de mercadorias e pessoas por toda a área do município de Santa Luzia.

Um dos fatores importantes para melhoria da interligação entre localidades municipais e para o desenvolvimento do turismo, é a estruturação da estrada do Crasto, concebida como estrada parque, melhor detalhada no tópico de Projetos Estratégicos Prioritários.

A Lei do Plano Diretor define a hierarquia das vias bem como as diretrizes para melhorias efetivas.

2.7 Uso e ocupação do solo

É a parte da Lei do Plano Diretor que define as macrozonas do território municipal e as zonas da área urbana, a fim de organizar e ordenar a ocupação do solo, tanto em áreas rurais e urbanas.

2.7.1 Macrozoneamento

O macrozoneamento trata da classificação do território municipal, com o objetivo de possibilitar o planejamento adequado para implementação das estratégias e ações definidas pelo Plano Diretor, segundo as vocações e potenciais de cada região do município.

O território do município de Santa Luzia de Itanhý, fica definido em quatro macrozonas, cada uma com potencialidades específicas, a saber:

Macrozona Rural 1

É a parte que compreende a maior porção do território, estando seu uso destinado às atividades do setor primário da economia, especialmente para agropecuária, e onde as características físico-ambientais permitem um uso mais intensivo do solo.

Macrozona Rural 2

Esta macrozona compreende áreas de preservação permanente de mangues e alagados, faixa de amortização para estas APPs, bem como parte do território municipal onde está delimitada a Área de Proteção Ambiental – APA – do Litoral Sul de Sergipe.

Por tratar-se de uma região de maior fragilidade ambiental, é importante que se estabeleça metas de preservação e recuperação de áreas degradadas. Nas partes que não correspondam à APPs, ficam permitidas as atividades do setor primário da economia, desde que instaladas sem prejuízos ao meio ambiente, e sendo preferencialmente voltadas às atividades de exploração sustentável do meio ambiente.

Macrozona Rural de Interesse Turístico

Definida pela área do povoado do Crasto, com maior potencial turístico pela sua localização beira-rio e por sua paisagem natural de estuários e mangues. Apesar de não se caracterizar como área urbana o povoado deve seguir parâmetros para ocupação e uso do solo, a fim de que não cresça desorganizada.



As diretrizes para ordenamento desta área devem incluir ações que visem:

- preservar a paisagem natural de estuários e mangues e a paisagem urbana do povoado;
- promover a implantação de infra-estrutura adequada para o turismo, como saneamento básico, comércio e serviços;
- incentivar atividades para exploração do turismo sustentável;

Macrozona Urbana

Define a área urbana do município de Santa Luzia, caracterizada pela sede municipal.

A estruturação da macrozona urbana se dá pela definição do perímetro urbano e também pela organização das atividades permitidas nessa área, de acordo com o zoneamento estabelecido para a área urbana.

2.7.2 Zoneamento

O zoneamento subdivide a macrozona urbana em zonas de uso e ocupação do solo, onde as atividades permitidas ou proibidas e a ocupação dos lotes ficam definidas conforme sua localização nas seguintes áreas estabelecidas pelo Plano Diretor:

Zona de Abastecimento e Atividades de Apoio

Área onde são admitidas atividades como: oficinas mecânicas, postos de abastecimentos de combustíveis, borracharias, estabelecimentos comerciais de grande porte, restaurantes e lanchonetes, estabelecimentos de serviços industriais e armazéns atacadistas. Admitem-se atividades comerciais e de serviços que se relacionam com os usos citados.

Zona de Uso Misto

Áreas mais consolidadas da sede municipal, em alguns trechos lindeira às vias principais, onde se desenvolvem atividades comerciais, de serviços e habitacionais com residências uni e multifamiliares, sendo admitidas atividades institucionais e indústrias de pequeno porte que não ofereçam riscos à atividade residencial.

Zona de Consolidação

Áreas destinadas à ocupação prioritária, devendo constituir-se como predominantemente residencial, de habitações unifamiliares, sendo admitido comércio e serviços que se relacionam com o uso habitacional, atividades institucionais e também indústrias de pequeno porte que não ofereçam riscos à atividade residencial.

Zona de Preservação da Paisagem

Áreas de preservação permanente, não passíveis de ocupação.

Zona de Praças e Áreas Livres

Áreas destinadas exclusivamente à manutenção ou consolidação de praças e áreas verdes, admitindo a instalação de quadras esportivas descobertas.



Zona de Uso Institucional

Áreas destinadas exclusivamente aos usos institucionais.

Zona de Expansão Urbana 1

Áreas destinadas à expansão urbana prioritária, quando da total ocupação das unidades imobiliárias nas demais zonas da Macrozona Urbana.

Zona de Expansão Urbana 2

Áreas destinadas à expansão urbana secundária, quando da total ocupação das unidades imobiliárias nas demais zonas da Macrozona Urbana, inclusive Zona de Expansão Urbana 1.

2.8 Instrumentos da política de desenvolvimento urbano

Os instrumentos da política de desenvolvimento urbano são aqueles que visam a estruturação de uma política fundiária que garanta a função social da propriedade e são classificados em instrumentos de planejamento, de tributação e jurídicos.

Instrumentos que podem ser aplicados

- planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- planejamento municipal, em especial:
 - plano diretor;
 - disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
 - zoneamento ambiental;
 - plano plurianual;
 - diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
 - gestão orçamentária participativa;
 - planos, programas e projetos setoriais;
 - planos de desenvolvimento econômico e social;
- institutos tributários e financeiros:
 - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
 - contribuição de melhoria;
 - incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- institutos jurídicos e políticos:
 - desapropriação;
 - servidão administrativa;
 - limitações administrativas;
 - tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;



- instituição de unidades de conservação;
- instituição de zonas especiais de interesse social;
- concessão de direito real de uso;
- concessão de uso especial para fins de moradia;
- parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- usucapião especial de imóvel urbano;
- direito de superfície;
- direito de preempção;
- outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- transferência do direito de construir;
- operações urbanas consorciadas;
- regularização fundiária;
- assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- referendo popular e plebiscito;
- estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Regras Gerais para aplicação dos instrumentos

- Os instrumentos regem-se por legislação própria, observado o disposto na Lei do Estatuto da Cidade.
- Para implantação de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, poderá ocorrer a contratação coletiva da concessão de direito real de uso de imóveis públicos.
- Os instrumentos que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil.

Parcelamento, edificação e utilização compulsórios

Em área específica, incluída no plano diretor, poderá ser determinado o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado. Para tanto, deve-se fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

Regras/considerações:

- O imóvel será considera-se subutilizado quando o aproveitamento for inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.
- O proprietário será, diretamente, notificado por funcionário do Poder Público Municipal (ou, caso frustrada, por edital publicado três vezes), devendo a notificação ser averbação em cartório de registro de imóveis.
- O prazo mínimo para protocolamento do projeto (após a notificação), é de um ano, e de dois anos para início da obra (após aprovação do projeto).



Direito de preempção

O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

- Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- regularização fundiária;
- execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- constituição de reserva fundiária;
- ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

Regras/considerações:

- A lei municipal deve enquadrar cada área em que incidirá o direito de preempção em uma ou mais das finalidades mencionadas.
- O proprietário deve notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município, no prazo máximo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.
- A notificação deve ser acompanhada por proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.
- O município deve publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da notificação recebida e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.
- Se não houver manifestação até o final do prazo previsto, o proprietário pode realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.
- Concretizada a venda, o proprietário deve apresentar ao município, em trinta dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.
- A alienação processada em condições diferentes da proposta apresentada não é tem efeito legal.
- Se ocorrer o caso previsto no item anterior, o município pode adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

Estudo de impacto de vizinhança

Lei municipal define os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança



(EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

- O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:
 - adensamento populacional;
 - equipamentos urbanos e comunitários;
 - uso e ocupação do solo;
 - valorização imobiliária;
 - geração de tráfego e demanda por transporte público;
 - ventilação e iluminação;
 - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
- Deve ser dada publicidade aos documentos integrantes do EIV, que devem ficar disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas na legislação ambiental.

Disposições Gerais

- O Poder Público municipal poderá facultar ao proprietário de área atingida pelo parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

(No consórcio imobiliário, o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.)

- Os tributos sobre imóveis urbanos, assim como as tarifas relativas a serviços públicos urbanos, serão diferenciados em função do interesse social.
- Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o Prefeito incorre em improbidade administrativa, quando:
 - deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público por meio de desapropriação com pagamento de títulos;
 - utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção em desacordo com o disposto em lei;
 - aplicar os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso em desacordo com o previsto em lei;
 - aplicar os recursos auferidos com operações consorciadas em desacordo com o previsto em lei;
 - impedir ou deixar de garantir os requisitos relativos a promoção participação da sociedade e disponibilidade de consulta à documentação relativa à elaboração do Plano Diretor e fiscalização de sua implementação;



- deixar de tomar as providências necessárias para garantir a revisão da Lei do Plano Diretor em um prazo máximo de 10 anos ou de sua elaboração no prazo máximo previsto na Lei do estatuto da Cidade;
- adquirir imóvel objeto de direito de preempção pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado.

2.9 Sistema de Planejamento e Gestão

A abordagem do Sistema de Planejamento e Gestão define competências e obrigações para gestão continuada e sistêmica do Plano Diretor Participativo de Santa Luzia do Itanhy, a ser mais bem abordado no item 3.2 deste relatório.



Figura 01: Mapa de macrozoneamento do município de Santa Luzia do Itanhy

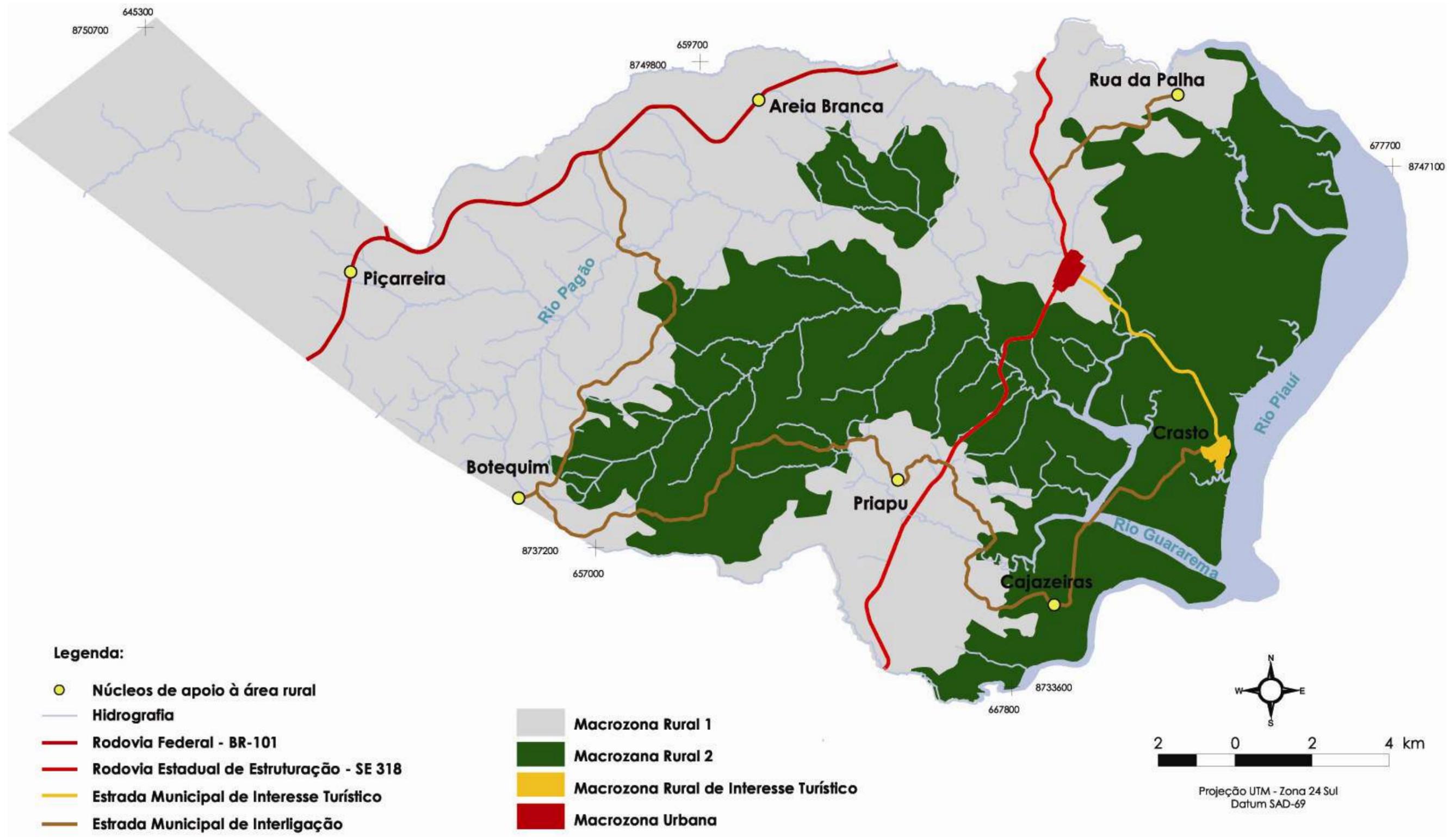
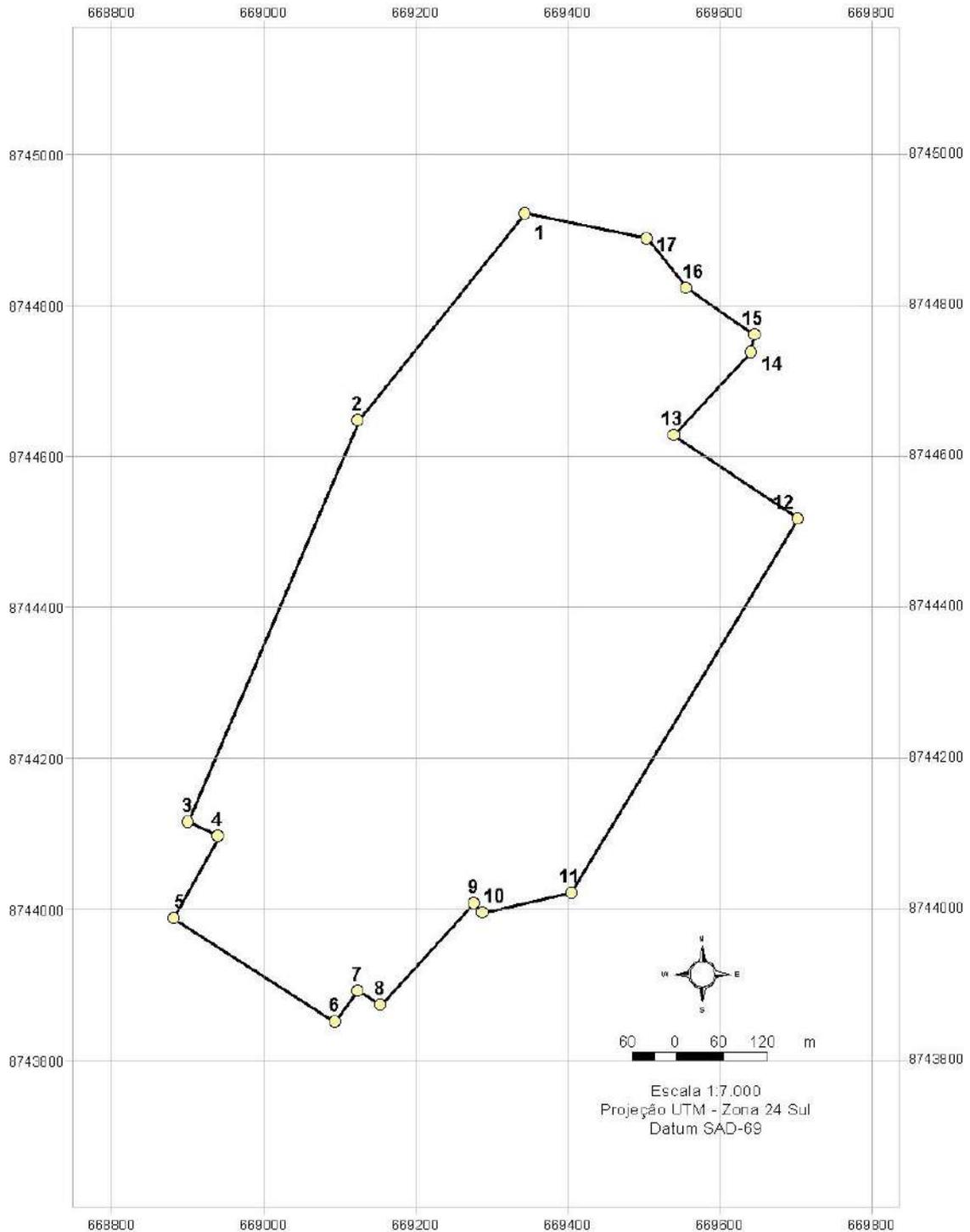


Figura 02: Planta de zoneamento da sede municipal – Santa Luzia do Itanhy



Figura 03: Mapa do perímetro urbano da sede municipal do município de Santa Luzia do Itanh



3 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORITÁRIOS

O Plano Diretor Participativo de Santa Luzia do Itanhy é construído com base nos princípios da função social da propriedade e na busca pelo desenvolvimento sustentável, pautado em ações contínuas para melhores condições de vida.

Sem prejuízo das obrigações para com o pleno desenvolvimento social do município, e justamente para ampliar as possibilidades de crescimento, cabe ao Poder Público fazer os investimentos necessários à ampliação da capacidade de geração de renda própria, bem como fomentar o desenvolvimento da economia local.

O cenário de inserção regional de Santa Luzia do Itanhy, como parte integrante do Pólo Turístico Costa dos Coqueirais do estado de Sergipe, pede atenção ao fomento da atividade turística, como oportunidade para dinamização do crescimento municipal.

O desenvolvimento do turismo deve guiado com base em ações efetivas que permitam o retorno dos investimentos. A conquista de melhores indicadores sociais e econômicos para o município de Santa Luzia deve se dar através da implementação dos projetos estratégicos ao desenvolvimento municipal, segundo previsto e orientado no Plano Diretor Participativo.

3.1 Estrada parque do Crasto

A melhoria da malha viária em Santa Luzia do Itanhy, de rodovias federais, estaduais e estradas vicinais, é importante, de modo geral, para permitir melhores possibilidades de escoamento da produção, condições adequadas de circulação e transporte de pessoas e para promover maior unidade territorial.

No entanto, pode-se dar destaque à necessidade de requalificação da estrada vicinal que liga a sede municipal, cidade de Santa Luzia do Itanhy à localidade do Crasto.

O povoado do Crato possui potencial para se desenvolver como ponto de turismo beira-rio no município de Santa Luzia, podendo consolidar-se como atrativo alternativo a rotas nacionais já estabelecidas.

A estrada do Crato deve ser concebida nos moldes de estrada parque, através de:

- conservação e reflorestamento da vegetação nativa na sua área de tutela;
- implantação de pavimentação preferencialmente não asfáltica;
- criação de áreas de recuo junto às formações naturais interessantes, como unidades de conservação, com fins de observação da paisagem.

3.2 Consolidação de RPPNs como atrativos turísticos

Santa Luzia destaca-se no estado de Sergipe pela manutenção de áreas de mata atlântica, de importante valor biológico e ambiental, registrando inclusive um número significativo de RPPNs voltadas à preservação desse ecossistema.

A exploração sustentável dessas reservas, aliadas a uma política municipal para o desenvolvimento do turismo, deve favorecer o reconhecimento e importância ambiental dos remanescentes de mata atlântica dessa região.

Implantação de sistemas de saneamento ambiental

As condições de saneamento ambiental, em área urbana e áreas rurais do município de Santa Luzia, são hoje bastante precárias. O município não dispõe de redes de esgoto,



tanto menos de estações de tratamento, e essa situação acaba por gerar situações de risco tanto para a saúde das pessoas como para o meio ambiente, que vêm sofrendo com a poluição causada por esgotos e lixo.

Para se alcançar melhores índices de desenvolvimento social e econômico, pautados em grande parte pelas possibilidades de consolidação do turismo, é indispensável que a cidade de Santa Luzia e suas localidades ofereçam melhores condições de saneamento tanto para sua população residente como para a implantação de empreendimentos turísticos.

Não se concebe desenvolvimento turístico e requalificação de áreas de atrativos sem os investimentos necessários em infra-estrutura básica e saneamento ambiental, sendo este, portanto, um dos projetos fundamentais ao desenvolvimento sustentável de Santa Luzia do Itanhy.

4 DIRETRIZES PARA GESTÃO DO PLANO DIRETOR

4.1 Instrumentos de Acompanhamento e Controle

Cadastro técnico multifinalitário e IPTU

Tão importante como a elaboração do Plano Diretor Participativo, que deve organizar e direcionar ações de planejamento para o desenvolvimento municipal, é a elaboração e implementação do cadastro técnico multifinalitário.

O cadastro municipal dos bens imóveis é uma ferramenta importante para o controle do desenvolvimento urbano e ambiental da cidade. Atua como instrumento de monitoramento e análise das dinâmicas urbanas, padrões de uso e ocupação do solo. É capaz de fornecer informações importantes aos gestores municipais e promove a construção de bases técnicas confiáveis, principalmente para a cobrança de impostos municipais, importantes fontes de arrecadação, como o IPTU e o ITBI.

O município de Santa Luzia do Itanhy deve iniciar o processo de construção do cadastro técnico multifinalitário, o qual nunca se encontra concluído, mas continuamente sendo atualizado e revisado, com fins de promover o encaminhamento duma política municipal de controle do uso do solo, pautada nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Participativo, e através do qual o Poder Público Municipal disporá de bases mais sólidas para cobrança dos impostos municipais com maior eficiência e equidade.

A construção de um cadastro deve partir da ação do Poder Público Municipal para promover o levantamento dos imóveis das áreas urbanas, bem como o levantamento das ocupações em cada unidade imobiliária. É preciso se fixar bases do endereçamento dos lotes, da propriedade e inclusive e indispensavelmente, da situação fundiária dos imóveis, visto que o cadastro também será ferramenta para as ações de regularização fundiária, tão importantes à formalização das áreas urbanas de Santa Luzia do Itanhy.

Sistema de Planejamento e Gestão

O Sistema de Planejamento e Gestão tem por seu objetivo principal a garantia da implementação do Plano Diretor Participativo, por meio dum processo sistêmico e permanente de ações e deliberações no sentido de garantir e viabilizar as diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento municipal, pautado no planejamento estratégico construído e institucionalizado pelo Plano.

O Sistema de Planejamento e Gestão é constituído pelos órgãos de apoio e informação ao Prefeito, para as decisões referentes à realização dos objetivos do Plano Diretor, as Secretarias Municipais e o Conselho de Desenvolvimento Municipal, sendo que cabe às



Secretarias e demais órgãos da Administração Direta e Indireta participar da implementação do Plano Diretor, elaborando os planos de ação e os projetos de normas disciplinadoras nas áreas de sua competência, nos termos estabelecidos pelo Plano Diretor.

É competência do Sistema não apenas gerir ações do Plano Diretor, mas também organizar e dar publicidade ao processo de planejamento, bem como das informações constantes do Sistema de Informações Municipais, que deve se constituir como uma base de dados sobre:

- aspectos físico-naturais, socioeconômicos e institucionais;
- estrutura demográfica;
- atividades econômicas e mercado de trabalho;
- uso e ocupação do solo;
- habitação, equipamentos urbanos e comunitários e sistema viário;
- qualidade ambiental e saúde pública;
- cadastro técnico multifinalitário.



PARTE II – LEITURA DA REALIDADE MUNICIPAL



1 O MUNICÍPIO

1.1 Inserção Regional

O município está localizado na região sul-sudeste do Estado de Sergipe, limitando-se a sul com o município de Indiaroba, a sudoeste com Umbaúba, a noroeste com Arauá, a norte com Estância e a oeste com Itabaininha. A sede municipal tem uma altitude de 20 metros e coordenadas geográficas de 11°21'01" latitude sul e 37°26'52" de longitude oeste. O acesso a partir de Aracaju, é efetuado pelas rodovias pavimentadas BR-235, BR-101 e SE-318, num percurso total de 76 km.

Junto com outros 12 municípios, integra o Pólo Costa dos Coqueirais, eleito pelo Estado de Sergipe como prioritário para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur/ NE que busca viabilizar o desenvolvimento sustentável da região.

Fazendo divisa com os municípios de Indiaroba, Umbaúba, Itabaininha, Arauá e Estância, abrange uma área de 329,5 km², com altitude de 20 metros e distância de 66 km da capital estadual, Aracaju. Sua área representa 1,5038 % da área do Estado, 0,0212 % da Região e 0,0039 % de todo o território brasileiro.

Figura 01: Localização no Estado de Sergipe e no Pólo Costa dos Coqueirais



Fonte: PDITS – Pólo dos Coqueirais/SE, 2005.

O principal acesso à Santa Luzia se dá pela BR-101 e SE-318. Também é possível chegar ao município pela SE-100 (que faz ligação com a Linha Verde na Bahia), com dois trechos de travessia de balsa, nos rios Vaza Barris e Piauí, e depois com ligação novamente na SE-100. Essa segunda rota possui um caráter mais turístico, sendo considerada como uma rota alternativa.

Complementam o acesso rodoviário a SE-475 que faz a ligação entre Umbaúba e Arauá, a SE-285 entre Novo Jardim e Saguim, e a SE-444 que interliga a sede municipal ao povoado de Crasto.



Figura 02: Sistema viário de Santa Luzia do Itanhú



Às margens do município encontra-se uma série de cursos d'água navegáveis, formando sistemas interessantes e de porte significativos, com vilas e povoados dispostos estrategicamente. Porém, a estrutura para o transporte fluvial ainda deixa muito a desejar, não sendo representativo enquanto meio de transporte intermunicipal.

Localidades do Município

A rede de localidades do município de Santa Luzia do Itanhy é formada pela sede municipal – cidade de Santa Luzia, pelos “distritos” e demais povoados. Os chamados “distritos” são comunidades concentradoras de outros povoados de suas áreas. São assim chamados por agregarem atividades ligadas à educação e saúde, porém, assim como a sede municipal, todas as demais comunidades acabam se dirigindo aos municípios maiores, com destaque para os municípios de Umbaúba, mas principalmente de Estância.

Em termos de mobilidade e acessibilidade interna ao município, as estradas vicinais encontram-se em péssimo estado de conservação, dificultando as ligações entre povoados, distritos e sede municipal. A má conservação das estradas de terra prejudica a eficiência do transporte escolar, a locomoção de pacientes, escoamento da produção e até mesmo o desenvolvimento do turismo na região, como no exemplo da chamada estrada do Crasto, SE-444, que liga a sede municipal ao povoado de Crasto, considerada como obra prioritária para aplicação de investimentos visando sua melhoria, inclusive para fins de fortalecimento do turismo.

Quadro 01: Comunidades principais (“Distritos”) e Povoados Satélites, município de Santa Luzia do Itanhy, 2000

“Distritos”	Povoados satélites
Sede Municipal	Bom Viver, Mucambo, Retiro, Malícia, João Dias, Santa Cruz
Crasto	Crasto
Piçarreira	Ferinha, Murici, Cambui, Novo Jardim, Riacho do Marcos, Imbé, Tabuleiro, Campo de Nossa Senhora
Areia Branca	Gonçala, Bomfim, Pau do Jegue, Catruz
Cajazeiras	Taboa, Baixa Funda, Pedra d'água, Tanque dos Bois, Timóteo e Bode
Priapu	Jibóia, Pau Torto, São José e Bom Jesus da Palha
Rua da Palha	São Gonçalo, Pedra Furada, Caju, Limeira, Alagados
Botequim	Coqueiro, Tapera, Pissava, Cleonice Alves, Beija Flor, Baltazar, Riacho Preto, Mangabeira, Caetitu

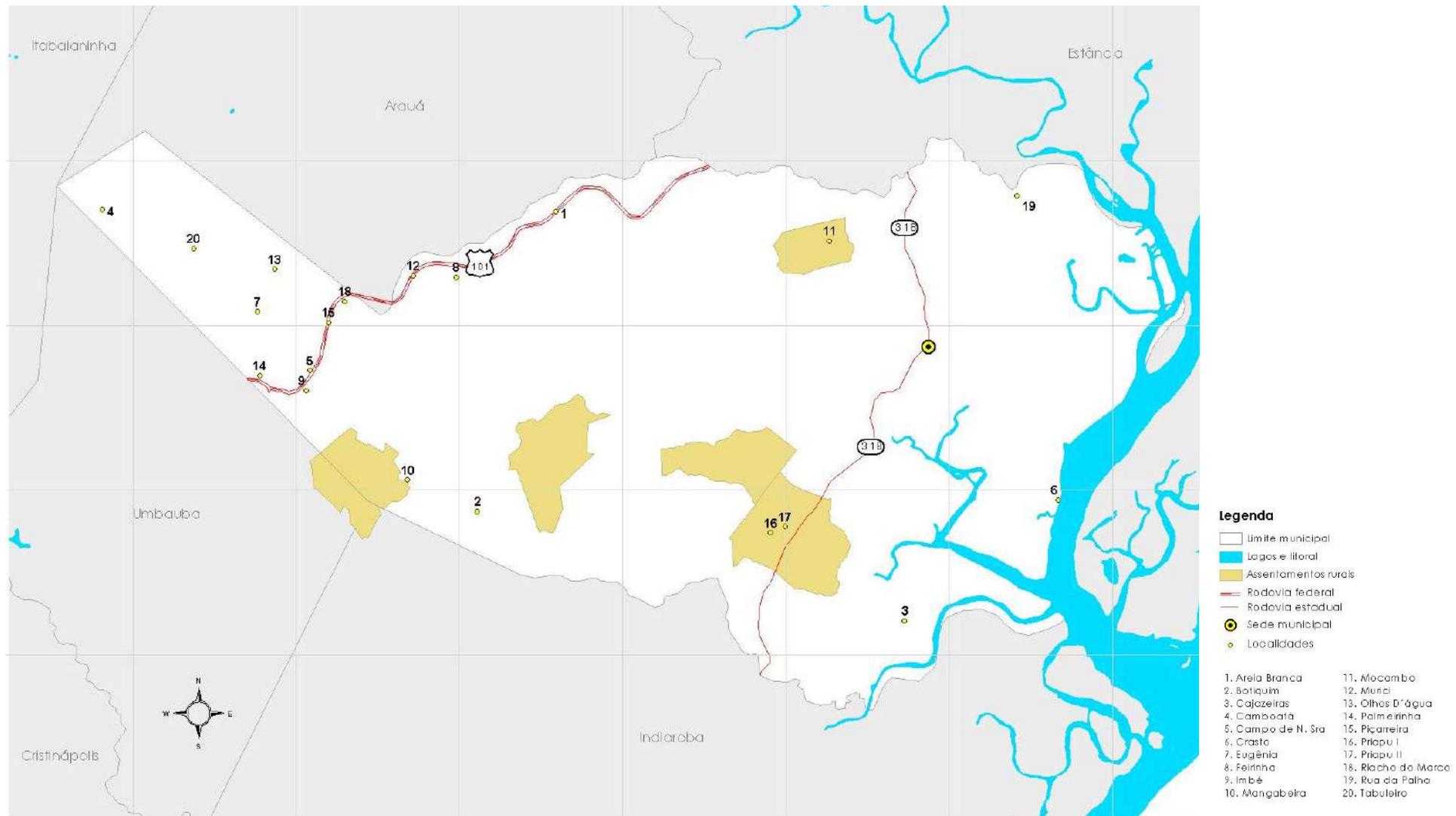
Existem no município de Santa Luzia do Itanhy, vários assentamentos rurais, a saber, Mocambo, Vitória da União (Priapu I e Priapu II), Projeto Santa Luzia e Cleonice Alves, instituídos pelo INCRA, e São Sebastião (Beija-flor), São José e Bom Jesus da Palha, criados pelo Banco da Terra. Existem os acampamentos, Bom Viver e 08 de Agosto.

Há também a presença de comunidades quilombolas na região.

O município de Santa Luzia do Itanhy possui um posicionamento privilegiado, já que se encontra numa área estratégica para a entrada do turista em Sergipe, porém, mostra-se desprovido de infra-estrutura para receber um fluxo turístico mais intenso, já que é dependente de municípios vizinhos, principalmente Estância, para suprir as carências nas áreas de comércio, serviços, saúde e educação. Como a sede municipal não é capaz de suprimir muitas necessidades, Santa Luzia do Itanhy acaba não se mostrando como pólo agregador de atividades ou serviços. Ao contrário, mostra-se bastante dependente em relação ao contexto regional.



Figura 03: Localidades de Santa Luzia do Itanhy



2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS

2.1 Aspectos Fisiográficos

Entre os condicionantes ambientais relevantes para um diagnóstico foram levantados, neste estudo, a hidrografia, clima, geologia, geomorfologia, altimetria, declividade, pedologia, fitofisionomias, uso do solo, aptidão agrícola e áreas de preservação.

Destacam-se a seguir os aspectos mais importantes que as informações do meio físico natural podem contribuir para a confecção do Plano Diretor Municipal de Santa Luzia do Itanhú.

2.1.1 Hidrografia

Águas Superficiais

Admitindo-se a bacia hidrográfica como unidade de estudo e planejamento, observa-se que, por ser um sistema aberto, todos os elementos nela inseridos estão ligados entre si e a fatores externos (Coelho Netto, 1995) fazendo com que os processos naturais ou antrópicos sejam levados em consideração no planejamento de manejo de uma região.

O município de Santa Luzia do Itanhú está inserido na bacia hidrográfica do Rio Piauí, que drena cerca de 32,5% da área de Sergipe. O rio nasce na Serra de Palmares e percorre cerca de 132 km até a foz, atravessando uma zona de plantação de laranjas, e podeter sua água aproveitada para o abastecimento público;

Sua rede hidrográfica é composta por rios perenes, formando a rede principal (rio Piauí e Guararema) e vários pequenos cursos de água intermitentes.

Águas Subterrâneas - Domínios Hidrogeológicos

Segundo dados da Companhia de Recursos Minerais (CPRM), no município pode-se distinguir quatro domínios hidrogeológicos: Formações Superficiais Cenozóicas, Cristalino, Grupo Estância e Bacias Sedimentares.

As Formações Superficiais Cenozóicas ocupam mais de 70% do território municipal e são constituídas por pacotes de rochas sedimentares que recobrem as rochas mais antigas das Bacias Sedimentares, da Faixa de Dobramentos Sergipana e do Embasamento Gnáissico. Em termos hidrogeológicos, têm um comportamento de "aqüífero granular", caracterizado por possuir uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento d'água. Na área do município este domínio está representado pelo Grupo Barreiras, depósitos fluvio-lagunares, terraços marinhos e depósitos de pântanos e mangues que, a depender da espessura e da razão areia/argila das suas litologias, pode produzir vazões significativas. Em grande parte dos casos, poços tubulares perfurados neste domínio, vão captar água do aqüífero subjacente.

O Cristalino tem comportamento de "aqüífero fissural". Como basicamente não existe uma porosidade primária nesse tipo de rocha, a ocorrência da água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro deste contexto, em geral, as vazões produzidas por poços são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semi-árido e do tipo de rocha, é, na maior parte das vezes, salinizada. Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas cristalinas sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa de abastecimento nos casos de pequenas comunidades ou como reserva estratégica em períodos prolongados de estiagem.



O domínio hidrogeológico denominado Grupo Estância, envolve os sedimentos essencialmente arenosos da unidade geológica homônima, e que tem como características fundamentais um intenso fraturamento, litificação acentuada e forte compactação. Essas características lhe conferem além do comportamento de aquífero granular com porosidade primária baixa, um comportamento fissural acentuado (porosidade secundária de fendas e fraturas), motivo pelo qual prefere-se enquadrá-lo com mais propriedade como aquífero do tipo granular e "misto", com baixo a médio potencial hidrogeológico.

As Bacias Sedimentares são constituídas por rochas sedimentares bastante diversificadas, e representam os mais importantes reservatórios de água subterrânea, formando o denominado aquífero do tipo granular. Em termos hidrogeológicos, estas bacias têm alto potencial, em decorrência da grande espessura de sedimentos e da alta permeabilidade de suas litologias, que permite a exploração de vazões significativas. Em regiões semi-áridas, a perfuração de poços profundos nestas áreas, com expectativas de grandes vazões, pode ser a alternativa para viabilizar o abastecimento de água das comunidades assentadas tanto no seu interior quanto no seu entorno.



Figura 04: Hidrografia de Santa Luzia do Itanhý

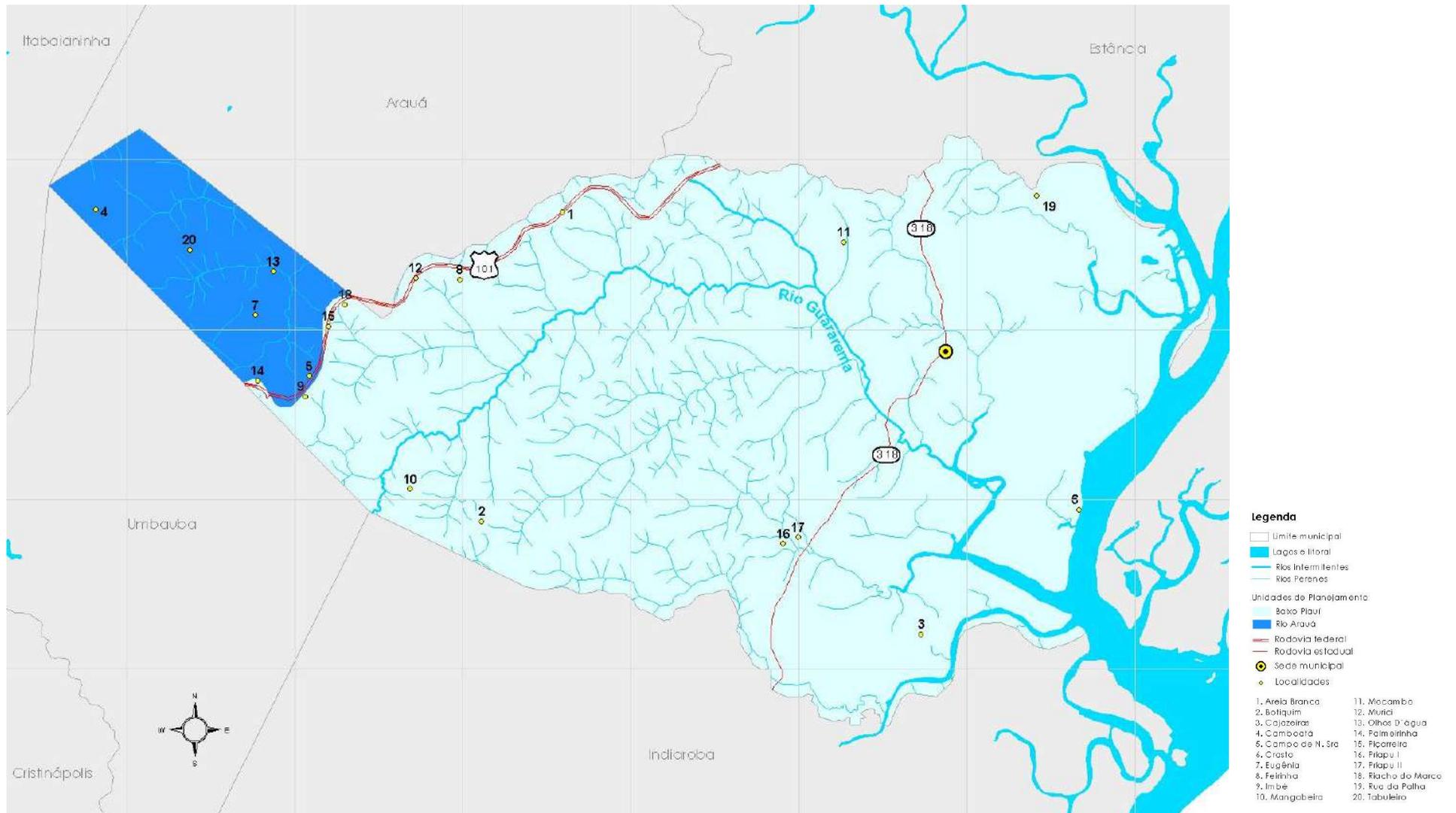


Figura 05: Aquíferos de Santa Luzia do Itanhú

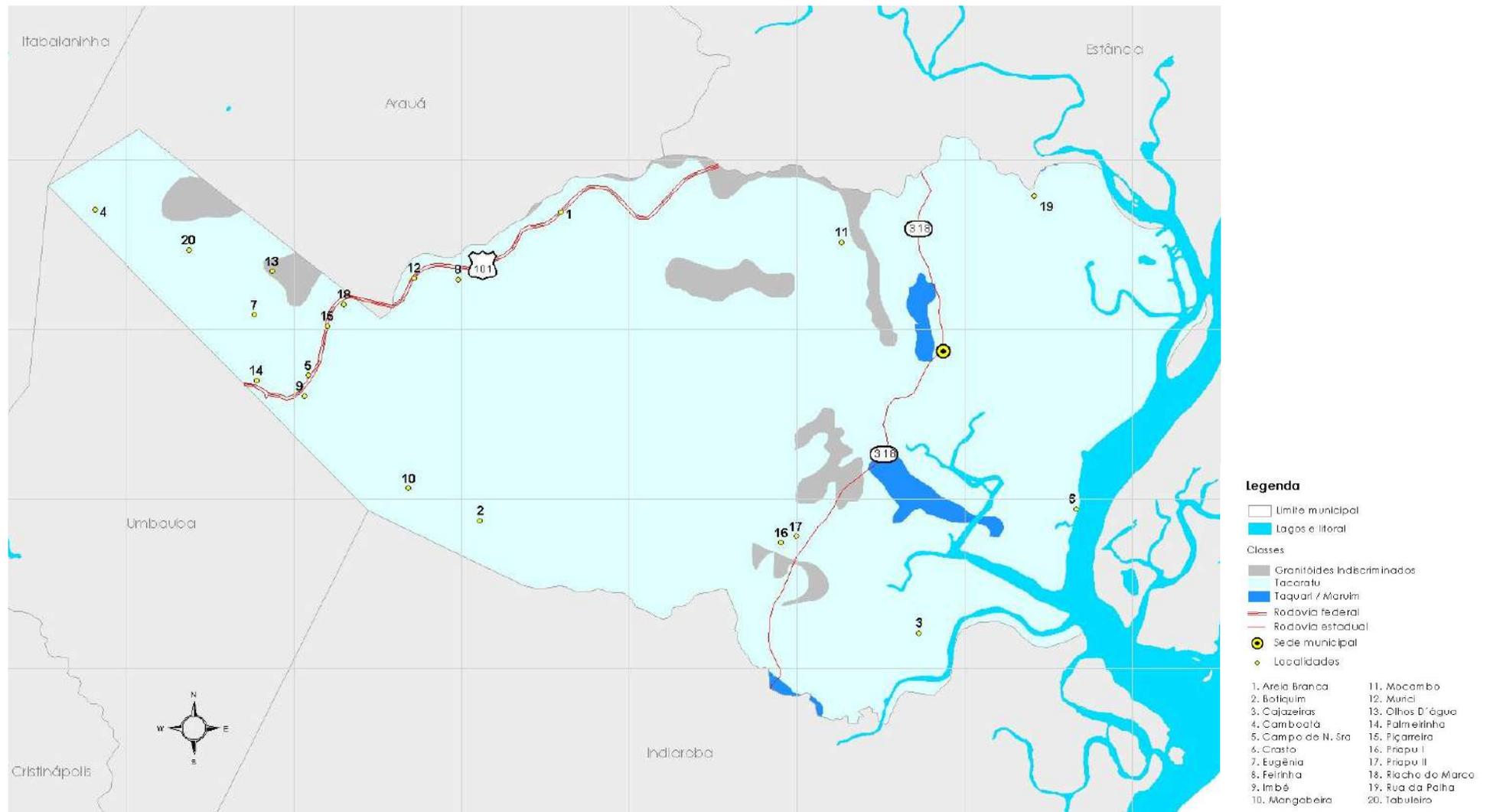
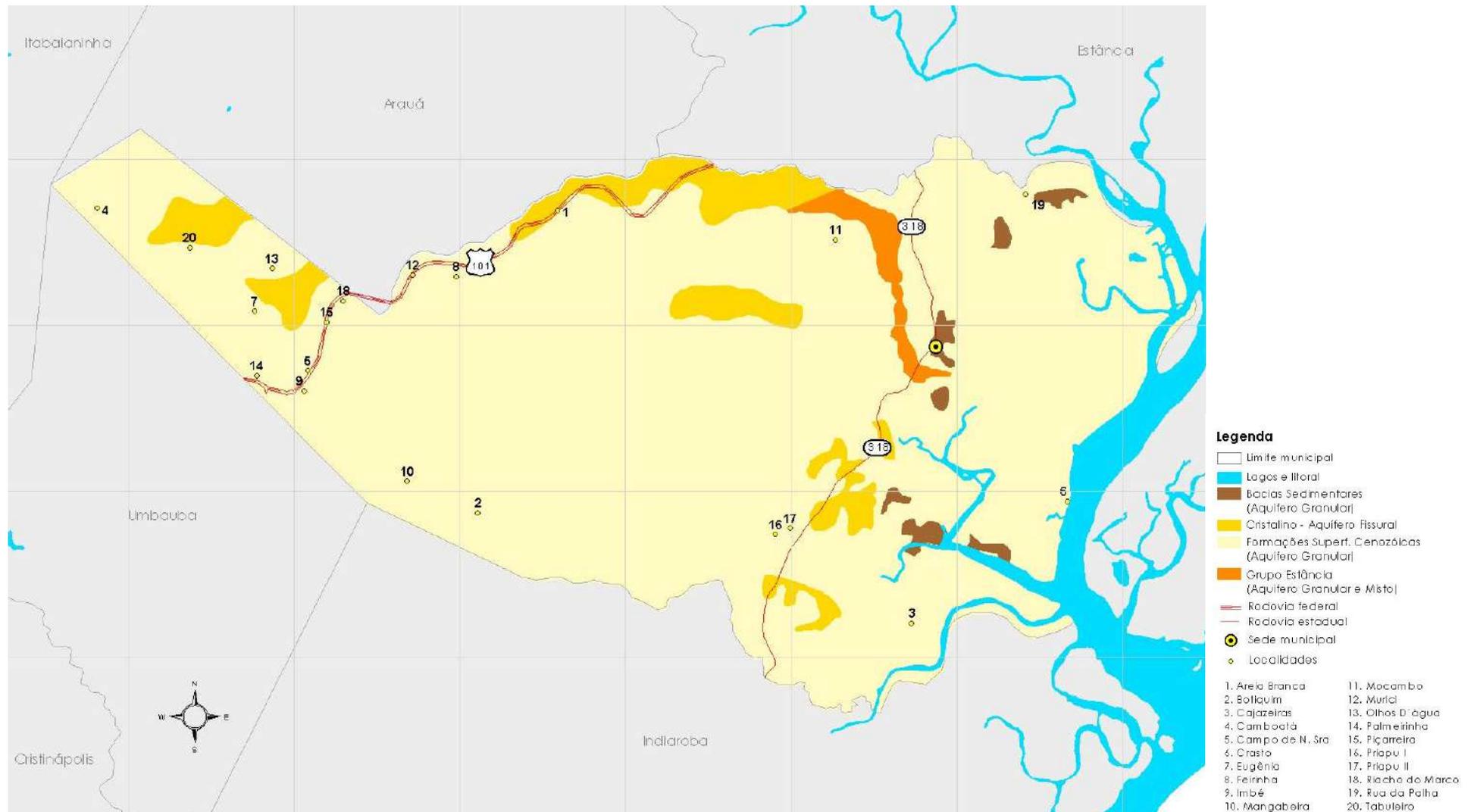


Figura 06: Hidrogeologia de Santa Luzia do Itanhy



2.1.2 Clima

O clima do município é do tipo megatérmico úmido, transição para sub-úmido, com precipitação pluviométrica média anual de 1.992,6mm e período chuvoso concentrado entre os meses de fevereiro a setembro, com 60% a 91% de umidade relativa do ar. A temperatura média é de 24,8°C.

Segundo Köppen, prevalece no estado o tipo climático caracterizado como **BSsh'**, muito quente, semi-árido, tipo estepe, com estação chuvosa no inverno, mas, na região da município o clima pode ser denominado de litoral úmido.

No município existe apenas uma estação pluviométrica federal (ANA, 2007), denominada "Santa Luzia do Itanhhy", de código 1137002. Essa registra séries históricas desde 1964, intercaladas por alguns anos de ausência de dados, registrando os totais pluviométricos anuais abaixo relacionadas (dados processados até 1986):

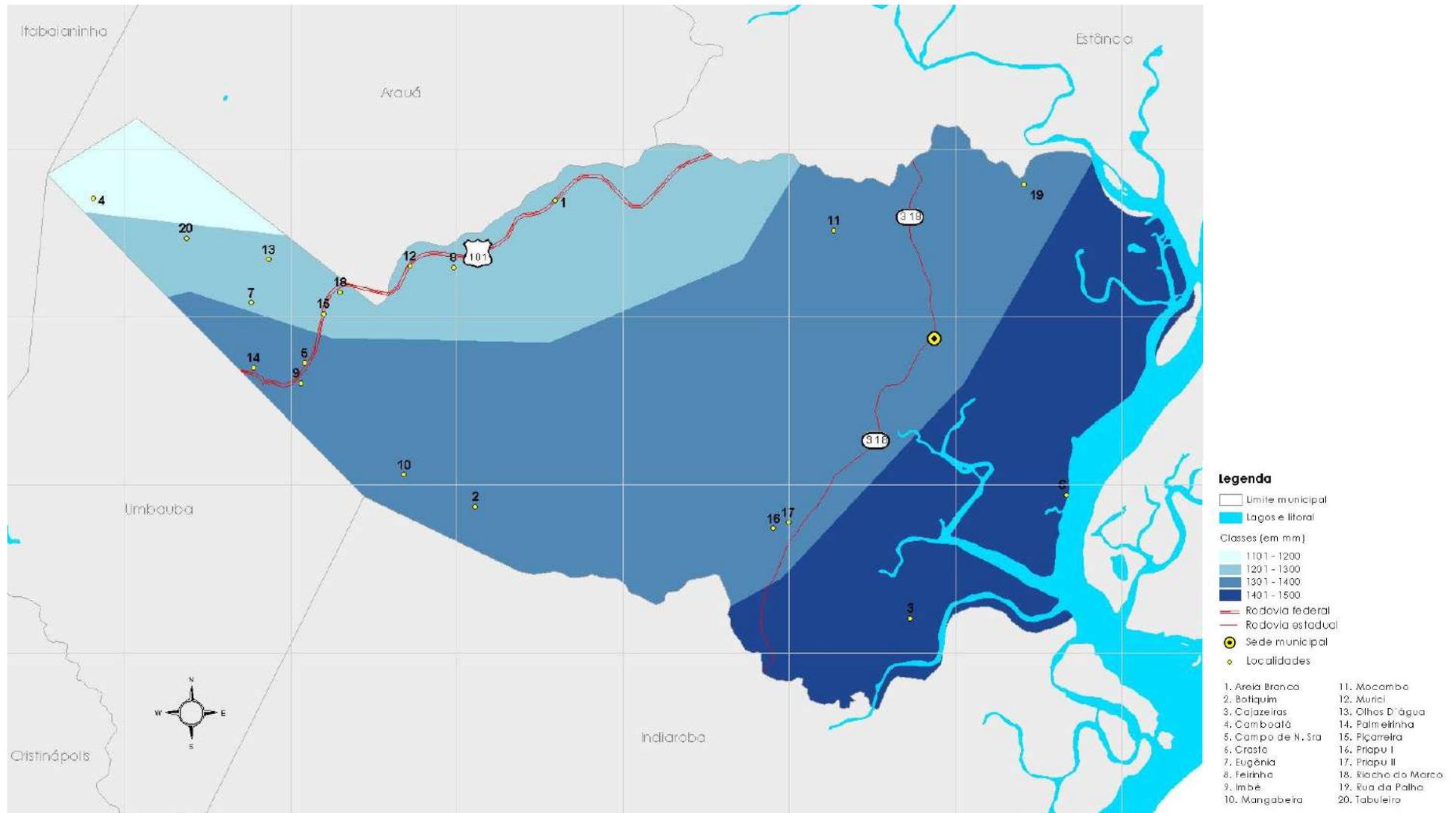
Tabela 01: Série da pluviometria anual de 1964 a 1986 (intercalada por ausência de dados)

Ano	Total Pluviométrico (mm)
1964	1893,1
1966	3438,5
1967	2409,7
1968	2090,8
1969	2063,4
1971	1519,2
1972	1496,6
1975	2120,9
1976	1618,6
1977	1871,2
1978	1844,2
1980	1685,5
1981	1452,3
1982	1853,7
1983	1687,9
1984	2203,3
1985	2406,9
1986	2144,3

De acordo com a tabela, pode-se observar que a região, mesmo estando dentro da faixa de clima semi-árido, possui médias anuais relativamente altas, quando comparadas ao interior do estado devido à sua proximidade com o litoral.



Figura 07: Precipitação em Santa Luzia do Itanhú



2.1.3 Geologia e Geomorfologia

Geologia

O contexto geológico do município está representado, em sua maior parte, por sedimentos das Formações Superficiais Continentais (Cenozóico), composta por depósitos aluvionares e coluvionares, leques aluviais coalescentes, pântanos, mangues, depósitos flúviolagunares e terraços marinhos mais recentes, além de litótipos do Grupo Barreiras, representado por areias finas e grossas com níveis argilosos a conglomeráticos.

As Formações Superficiais Continentais estão localizadas predominantemente na parte leste, formada por sedimentos mesozóicos da Bacia de Sergipe, relacionados à Formação Cotinguiba (argilitos e folhelhos com intercalações de arenitos).

Na parte central observam-se exposições de rochas neo a mesoproterozóicas do Grupo Estância (Formação Lagarto), representadas por argilitos, siltitos e arenitos (localmente conglomeráticos) intercalados.

Rochas do Embasamento Gnáissico relacionadas ao Complexo Granulítico (ortognaisses, kinzigitos, calcossilicáticas e metanoritos) ocorrem em forma de uma pequena mancha também na parte central, enquanto todo o restante do município é tem o subsolo formado por arenitos, conglomerados e argilitos.

Geomorfologia

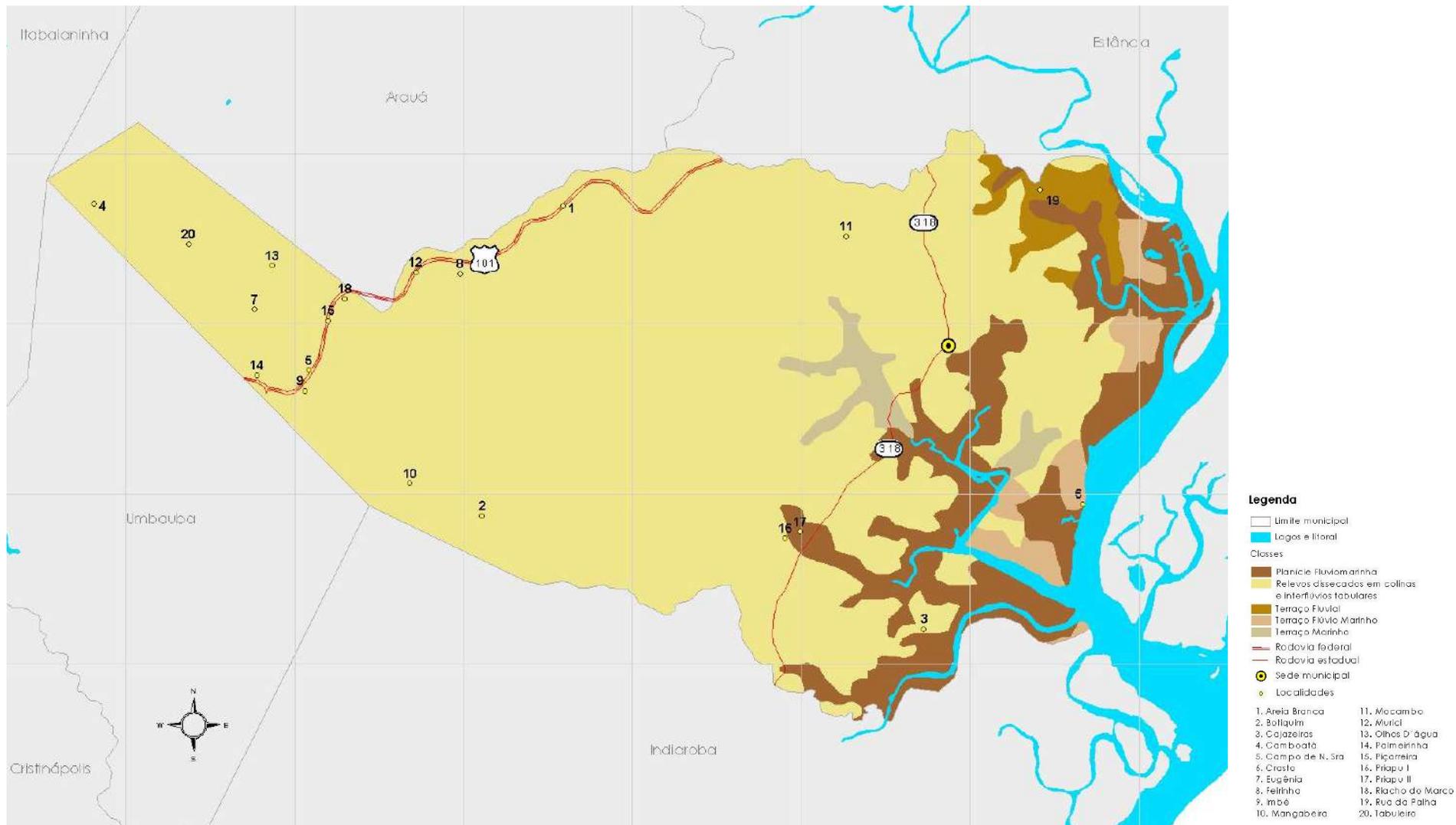
O relevo está representado pelos seguintes domínios morfológicos: a) depósitos sedimentares que abrangem as regiões das planícies litorâneas, contendo as planícies marinha, flúvio-marinha, fluvial e terraço; b) Pediplano Sertanejo, que inclui relevos dissecados em colinas, cristas e interflúvios tabulares.

A área de estudo caracteriza-se por altitudes modestas que se elevam à medida que se caminha para o interior. O relevo da região pode ser compartimentado, basicamente, em três níveis:

- Depósitos sedimentares (Planícies Litorâneas, contendo as planícies marinha e flúvio-marinha): estende-se de Norte a Sul, ao longo de toda a faixa costeira e é formada por praias, restingas e dunas, estas últimas com alturas de até 30 metros. É caracterizada por área plana resultante da combinação de processos de acumulação fluvial e marinha, geralmente sujeitas a inundações periódicas, com vegetação de mangues, podendo chegar a até 35 km para o interior;
- Pediplano Sertanejo, que inclui relevos dissecados em colinas, cristas e interflúvios tabulares – Tabuleiros Costeiros: após a Planície Litorânea, em direção ao interior, os tabuleiros aparecem formando morros e colinas. Os tabuleiros costeiros possuem forma topográfica de terreno que se assemelha a planaltos. Na zona costeira de Sergipe a paisagem é de topografia plana, sedimentar e de baixa altitude. Os tabuleiros costeiros constituem uma unidade geomorfológica posicionada no sentido norte-sul da costa brasileira com largura variável entre 20 e 120 km e altitude que varia de 20 a pouco mais de 700m com predominância entre 20 e 220m. Estima-se que o domínio dos Tabuleiros Costeiros cobre uma área de aproximadamente 125.000 km² em todo o país, correspondendo a 1,5% do território brasileiro.



Figura 08: Geomorfologia de Santa Luzia do Itanhú



2.1.4 Altimetria e Declividade

Altimetria

O município de Santa Luzia do Itanhú possui, no que se refere à altimetria, pequena variação ao longo de seu território. Podem ser encontradas desde áreas com altitude de aproximadamente 20 metros até elevações de 120 metros.

Essas áreas estão distribuídas da seguinte forma:

- Na parte leste prevalecem as menores altitudes, entre 20 e 40 metros, próximas à planície flúvio-marinha;
- Na parte central estão distribuídas as altitudes entre 40 e 80 metros;
- No extremo oeste encontram-se as maiores altitudes do município, que podem atingir até 120 metros, na região dos tabuleiros costeiros.

A sede municipal está localizada em baixa altitude, em média 30 a 40 metros, próxima ao rio Real.

Declividade¹

Devido às suas características geomorfológicas, que possui feições planas e suave onduladas, a declividade no município varia desde zero, áreas totalmente planas, até declividades acima de 20°, pontualmente distribuídas ao longo da região.

A distribuição da declividade está diretamente relacionada com a altimétrica. Portanto, as classes de declividade estão distribuídas da mesma forma:

- Na parte leste prevalecem as áreas de menor declividade, entre 0° e 10°, próximas à foz do rio Real;
- Na parte central estão localizadas as declividades ainda baixas, entre 10° e 15°; e
- Na região oeste encontram-se as maiores declividades do município, acima de 20°. Apesar desses valores, o município é considerado bastante plano.

No contexto do município, as áreas com declividade acima de 15° representam apenas 0,4% do total.

¹ A Declividade do município foi obtida com base em um Modelo Digital de Terreno. Esse modelo utilizou informações das diferentes variações existentes na superfície terrestre, detectadas por leituras de radar, tratando-se, portanto, de valores estimados.



Figura 09: Hipsometria de Santa Luzia do Itanhy

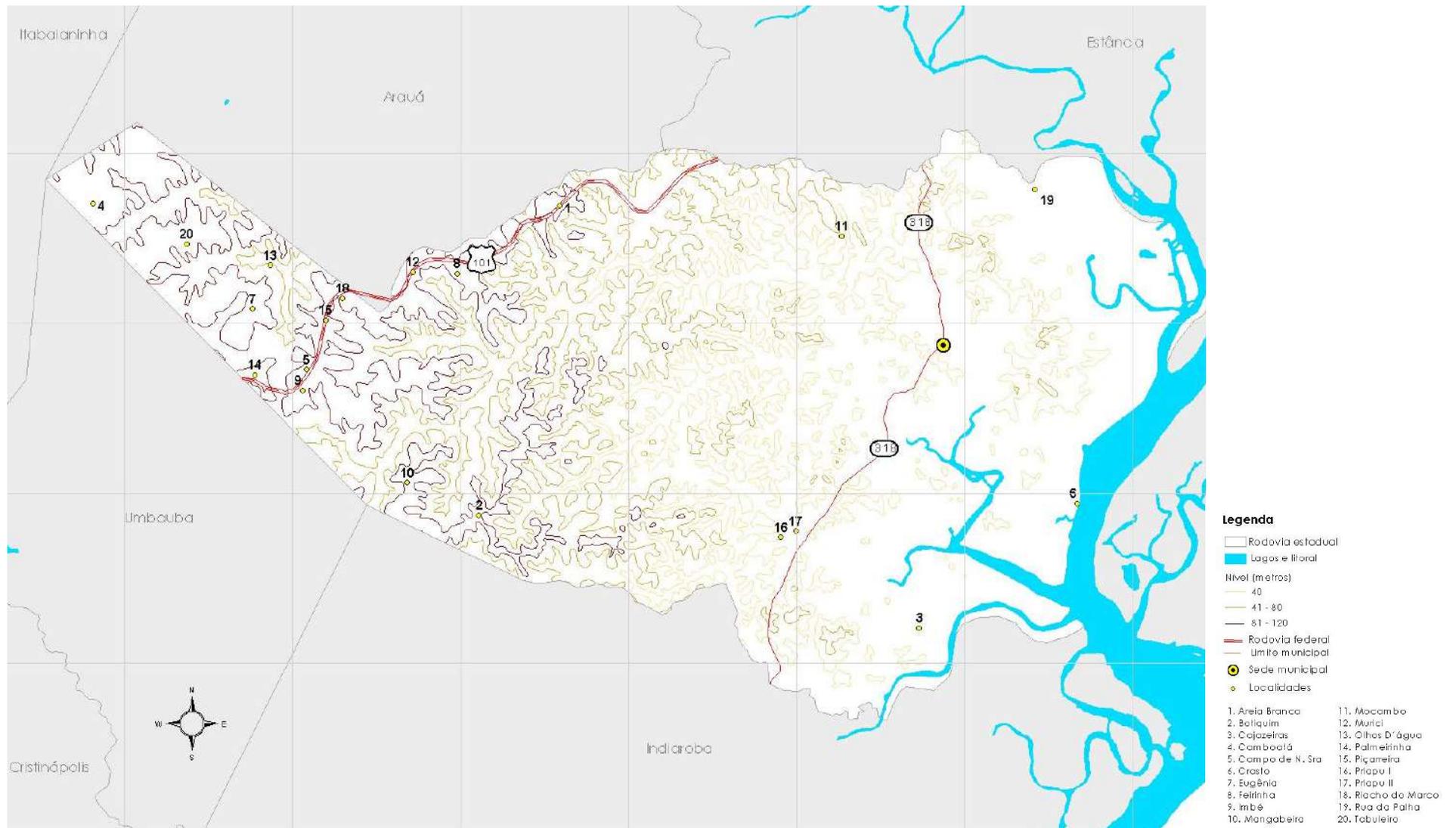


Figura 10: Declividade de Santa Luzia do Itanhý



2.1.5 Pedologia

As classes pedológicas (SIRH-SE, 2004) têm estreita relação com a geomorfologia, a geologia e o clima da região. Os solos do município estão classificados como:

- **Podzólico Vermelho-Amarelo:** solo mineral não-hidromórfico, com horizonte A ou E seguidos de horizonte B textural não plíntico, cores vermelhas e amarelas, apresentando distinta individualização de horizontes. Varia bastante quanto à profundidade e textura e, do ponto de vista analítico, apresenta-se ácido. É comum apresentar concreções ferruginosas, com tamanho variável, desde cascalho a matacões, representando sério impedimento ao uso agrícola mecanizado, dependendo das proporções em que este acontece. Esse solo está representado na imensa maioria do município.
- **Podzol:** é predominante arenoso, fortemente ácido e de muito baixa fertilidade natural, também formado por sedimentos arenoquartzosos da planície litorânea. Existem formações de restinga em suas diversas modalidades e associações com outras formações típicas desse solo. Apresenta problemas de drenagem nas áreas onde o horizonte B aparece muito endurecido e próximo da superfície, funcionando como uma camada de certa impermeabilidade. Normalmente, alagam na época chuvosa, sendo vagarosa a absorção hídrica, permanecendo encharcados por quase todo o período chuvoso.
- **Halomórficos (Solos indiscriminados de Mangues):** possuem textura argilosa e arenosa, localizados em relevo plano, muito mal drenado, com alto conteúdo de sais. Não são usados para agricultura, estando totalmente cobertos pela vegetação natural (mangues).
- **Hidromórfico (Gley pouco húmico):** Ocorrem geralmente em locais planos e ricos em matéria orgânica, mal drenados e inundados temporariamente (margens de córregos, rios, vales úmidos), porém, apresentando, muitas vezes, umidade excessiva, necessitando de drenagem adequada.

Predisposição à erosão dos solos

Os solos não são estáticos, pelo contrário, encontram-se em estado de contínuas modificações. As enxurradas causadas pelas chuvas, os rios e os ventos desgastam a superfície da Terra, transportando lentamente as partículas do solo. No estado natural do solo, a vegetação cobre-o como um manto protetor, o que faz com que sua remoção seja muito lenta e, portanto, compensada pelos contínuos processos de formação do solo. No entanto, quando o homem se põe a cultivar a terra para o seu sustento, este equilíbrio benéfico pode ser rompido. Para cultivar o solo é necessário destruir sua cobertura vegetal e arar a camada superficial. Estas operações, quando efetuadas sem o devido cuidado apressam grandemente a remoção dos horizontes superficiais, promovendo a erosão acelerada.

A erosão acelerada pode ser tecnicamente definida como a remoção das partículas do solo das partes mais altas, pela ação das águas da chuva ou dos ventos, e o transporte e deposição destas partículas para as partes mais baixas do relevo, ou para o fundo dos lagos, rios e oceanos.

Existem basicamente três tipos de erosão hídrica: a erosão laminar que se manifesta pela remoção gradual de uma fina camada superficial de espessura relativamente uniforme, cobrindo praticamente todo o relevo; a erosão em sulcos que é o desgaste em faixas estreitas dirigidas ao longo dos maiores declives do terreno; e a erosão em voçorocas representada pelo deslocamento de massas de solo, formando grandes



desbarrancamentos ou cavidades. Desses três tipos, a erosão laminar é a mais importante.

A maior ou menor suscetibilidade de um terreno à erosão pela água depende de uma série de fatores, dos quais, quatro são considerados como principais: clima da região, tipo de solo, declividade do terreno e manejo do solo. Os fatores mais importantes do clima com respeito à erosão são: a distribuição; a quantidade e a intensidade das chuvas que, em forma de aguaceiros, provoca em alguns minutos grandes enxurradas e intensa erosão.

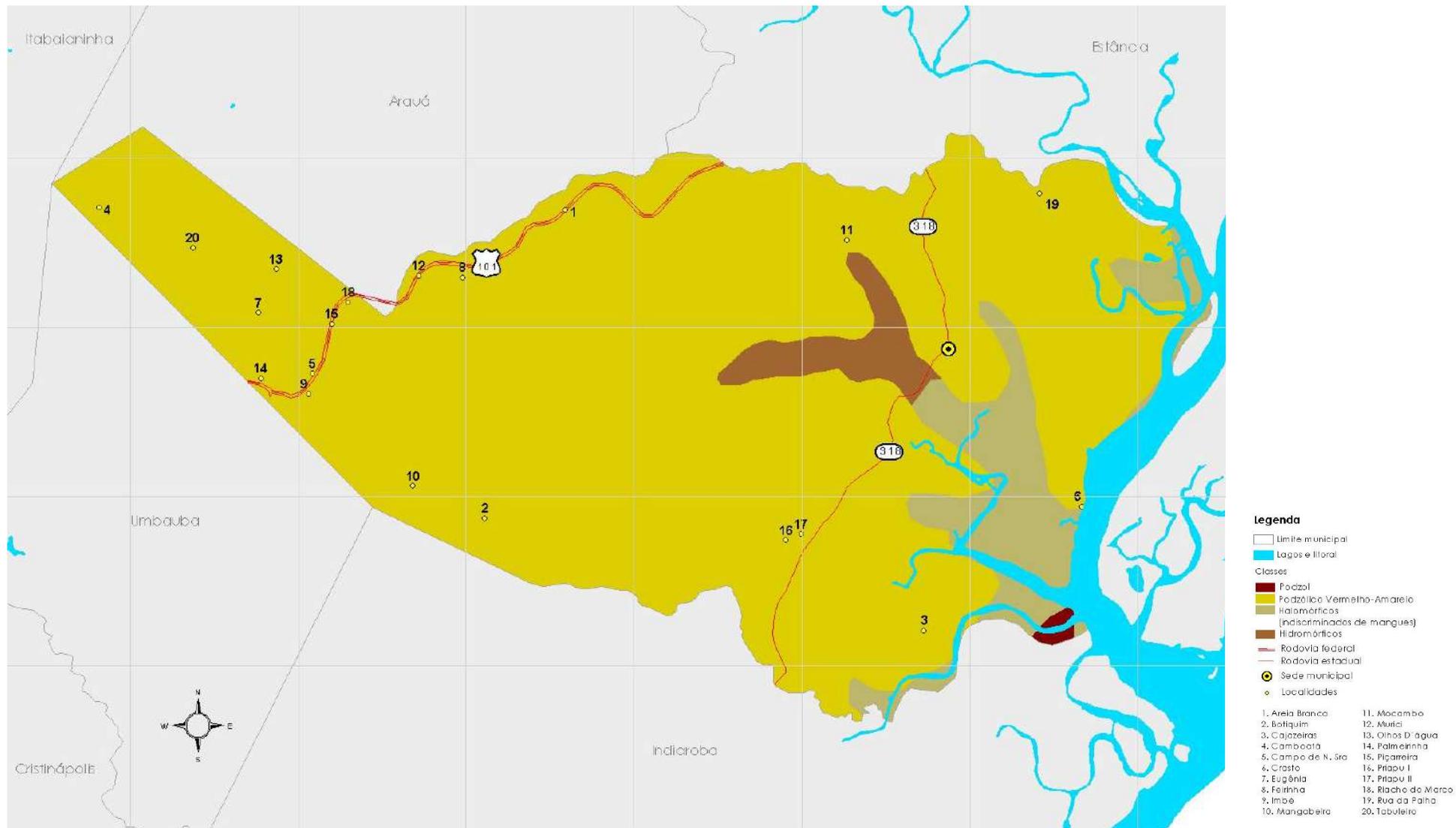
Alguns tipos de solos são mais susceptíveis à erosão que outros, dependendo, especialmente, de suas propriedades físicas, notadamente, textura, permeabilidade e profundidade.

Assim, solos de textura arenosa são mais facilmente erodidos. A permeabilidade também é outro fator importante. Da mesma forma, solos rasos (< 50cm de profundidade) são mais erodíveis que os profundos (100cm-200cm de profundidade), porque neles a água das chuvas acumula-se acima das rochas ou camada adensada, que é impermeável, encharcando-se mais rapidamente, o que facilita o escoamento superficial e, conseqüentemente, o arraste do horizonte A.

Dado o exposto, vale salientar que os solos existentes na região de Santa Luzia do Itanhý devem ser devidamente manejados para que maiores problemas causados por erosão (voçorocas, erosão regressiva etc.) não ocorram na área.



Figura 11: Pedologia de Santa Luzia do Itanhy



2.2 Aspectos Bióticos

2.2.1 Fitofisionomias

Da mesma forma que em outras áreas do estado e do território nacional, a área em estudo vem sofrendo ações de desmatamento motivadas pela abertura de frentes de cultivo, de expansão de pastagens e exploração de recursos naturais.

No município são encontrados, principalmente, os tipos vegetacionais denominados vegetação de Capoeira, Caatinga, restinga e vegetação de mangue.

- **Capoeira:** vegetação secundária que desenvolve-se em áreas abandonadas. Aberta com forração de gramíneas e outras ervas, possui árvores e arbustos esparsamente distribuídos. Surge após a destruição da cobertura vegetal primitiva (ação antrópica) para uso agrícola ou pecuário, e posterior abandono, obedecendo a uma sucessão natural, dividida em fases de colonização.
- **Caatinga:** é dominada por tipos com características xerófitas – formações vegetais secas, que compõem uma paisagem cálida e espinhosa – com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio (3 a 7 metros de altura), caducifólias (folhas que caem), com grande quantidade de plantas espinhosas (exemplo: leguminosas), entremeadas de outras espécies como as cactáceas e as bromeliáceas. Entre outras espécies destacam-se a jurema-preta, mufumbo, faveleiro, marmeleiro, xique-xique e facheiro.
- **Restinga:** vegetação baixa, arbustiva, xeromorfa e com muitas de espécies suculentas, muitas vezes separadas por tufos de gramíneas. Essa vegetação tem árvores de até quinze metros de altura e são comuns o cajueiro, oitizeiro, pitombeira, angelim e araçazeiro. A mata de restinga muitas vezes recobre faixas até de doze quilômetros de largura e serve para fixar as dunas móveis. Do ponto de vista geomorfológico é um depósito arenoso de origem marítima e é considerada vegetação de preservação permanente, pelo Código Florestal.
- **Mangue:** sistema ecológico costeiro tropical, dominado por espécies vegetais - mangues e animais típicos aos quais se associam outras plantas e animais, adaptadas a um solo periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de salinidade. São as formações mais duramente atingidas nos últimos anos. São usadas para a fabricação de carvão, construções civis, combustíveis para indústrias, panificadoras e restaurantes.

Estão presentes ainda, nas formações vegetais existentes na área, manchas de Mata Atlântica que, entre todas as formações vegetais é a que mais recebe atenções e práticas preservacionistas.

Originalmente esta percorria o litoral brasileiro de ponta a ponta. Estendia-se do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, e ocupava uma área de 1,3 milhão de quilômetros quadrados. Tratava-se da segunda maior floresta tropical úmida do Brasil, só comparável à Floresta Amazônica.



2.2.2 Vegetação e Paisagem

As classes de uso da terra (SIRH-SE, 2004) estão divididas, em sua maioria, em áreas de floresta, área cultivada, pastagem e uma pequena mancha de mata secundária.

As áreas de cultivo estão distribuídas ao longo de todo o município. A região de floresta prevalece na região central e é formada por grandes manchas. Já as pastagens estão concentradas no extremo leste.

Zoneamento Agroecológico

No contexto de planejamento do uso do solo para a agricultura, a EMBRAPA elaborou o Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil – ZANE (Silva *et al.*, 2000), em escala 1:2.000.000. Apesar da pequena escala do trabalho, o município de Santa Luzia do Itanhú está inserido em três unidades, denominadas por suas regiões mais características:

- L07 - Tabuleiros Dissecados de Estância, Aporanga, D'Ajuda e Divina Pastora – SE;
- M02 - Áreas de Podzóis da Bahia e Sergipe;
- M03 - Áreas de Manguezais da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Maranhão;

Para cada uma dessas zonas, a EMBRAPA faz um prognóstico agrícola mais adequado às características físicas da região.



Figura 12: Uso do solo em Santa Luzia do Itanhy

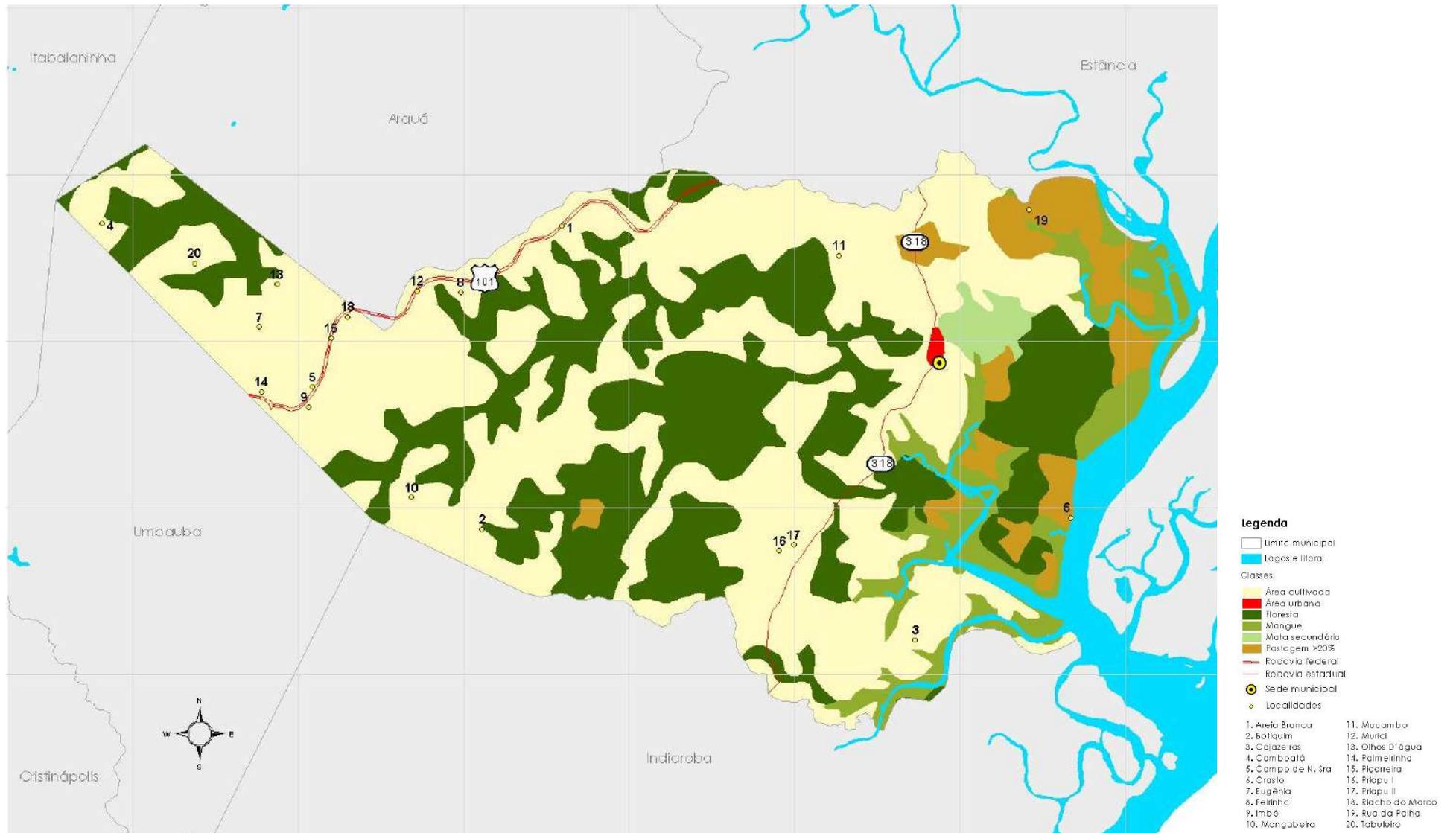
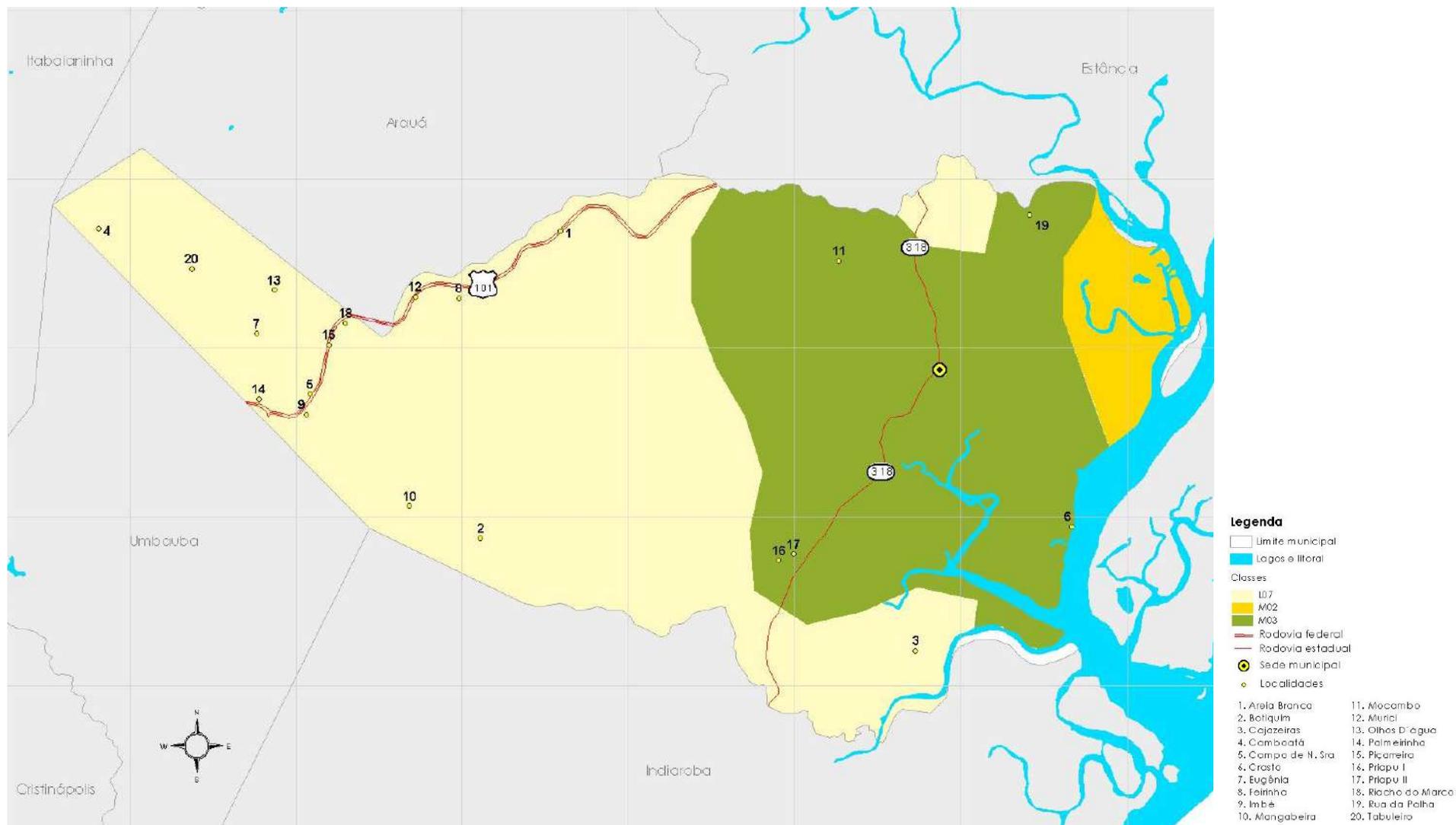


Figura 13: Zoneamento agroecológico de Santa Luzia do Itanhú



2.3 Áreas de Preservação Ambiental

Apesar de ser o menor estado do país, Sergipe apresenta peculiaridades ecossistêmicas que merecem destaque, além de estar inserido ou possuir em seu território seis bacias hidrográficas de significativa importância: São Francisco, Sergipe, Japarutuba, Vaza Barris, Piauí e Real.

Devido ao intenso processo de substituição desordenada das áreas com vegetação nativa por atividades agropecuárias, cidades, estradas e indústrias, as áreas de preservação permanente do estado encontram-se quase que em sua totalidade desprotegidas, o que compromete a manutenção das nascentes e conseqüente disponibilidade de água (Gomes et al, 2006).

Um estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2004), que fez um mapeamento estabelecendo áreas consideradas como de prioridade para a conservação da biodiversidade no planeta, coloca o estado de Sergipe com grandes faixas indicando áreas de extrema e alta prioridade para a conservação da biodiversidade. Os ecossistemas predominantes nestas regiões são mata atlântica e caatinga, que foram intensamente exploradas desde a colonização do país, com substituição de espécies nativas por cultivos e pastagens.

O Zoneamento Ecológico Econômico elaborado para o Litoral Sul, aborda as áreas dos municípios de São Cristóvão, Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhú e Laranjeiras. No trabalho foram consideradas as áreas totais dos municípios citados, isto é, seus limites político-administrativos.

Na área foram identificadas diversas restrições e limitações ao uso do solo, sendo as principais:

- Problemas de drenagem sobre as áreas inundáveis e os fundos de vales;
- Restrições por fertilidade dos solos;
- Restrições de ordem legal (dunas, manchas de matas, mangues e restingas e o uso de mananciais previsto no reenquadramento dos corpos d'água); e
- Erosão marinha, eólica e pluvial e assoreamento.

Além dessas restrições, verifica-se o uso inadequado dos mananciais superficiais, o que vem comprometendo os recursos disponíveis e degradando as condições naturais dos ecossistemas estuarinos. A utilização dos mananciais como local de despejos urbanos domésticos e de efluentes industriais tem comprometido a qualidade das águas, principalmente nos estuários dos rios Sergipe e Piauí.

A presença de áreas úmidas e de lagos que servem de refúgio para a fauna, principalmente as aves, é merecedora de atenção especial, visando impedir que ocupação desordenada contamine os corpos de água. Por outro lado, os cordões dunares têm sido alvo constante das mineradoras de areia e dos empreendedores imobiliários, implicando em sucessivas atuações por parte do Ministério Público Federal e Estadual. Também a flora remanescente, restrita a manchas de Mata Atlântica e manguezais deve ser preservada para a manutenção das funções ecológicas.

Existe na região de estudo uma Área de Proteção Ambiental Estadual, a APA do Litoral Sul. Transformada em Unidade de Conservação por meio do Decreto 13.468 de 22 de janeiro de 1993, que define a estrutura de ocupação da área compreendida entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior, já dispondo de Plano de Manejo.



Esta abrange os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Laranjeiras. Insere-se nesta APA as praias mais habitadas do Estado, destacando-se a Caueira, Saco e Abais, além das maiores áreas de Restingas arbóreas, Manguezais e manchas mais preservadas de Mata Atlântica do Estado. Compreende, ainda, área de grande fragilidade ambiental formada por dunas, lagoas e manguezais, que vem sofrendo início de processo de pressão em virtude do desenvolvimento turístico e econômico do Litoral Sul, notadamente após a abertura da rodovia SE-100.

Além desta APA, vale salientar que os manguezais são protegidos, assim como áreas de preservação permanente previstas em legislação federal.

2.3.1 Área de Interesse Ambiental e Turístico

Como área de interesse ambiental e turístico, ressalta-se a RPPN do Crasto, localizada às margens dos rios Piauí e Piauítinga. Com área de 780 ha, é uma das maiores reservas de Mata Atlântica de Sergipe. Área de preservação ambiental com várias espécies de fauna e flora nativa, ameaçadas de extinção, proporciona belas trilhas para trekking e é ótima opção para eco-turismo.

2.3.2 Vulnerabilidade e Necessidade de Ações de Preservação

Atualmente, o eixo do desenvolvimento para o Estado assenta-se na política do turismo que tem provocado impactos na zona costeira, sobretudo, em relação ao uso do solo. As áreas outrora exploradas com o cultivo do coco da baía rapidamente serão parceladas e transformadas em loteamentos, à beira da praia.

Aliado ainda ao dinamismo dos loteamentos, há uma demanda crescente no Estado pelas atividades relacionadas à carcinicultura. Sabendo-se que o foco das referidas atividades é a zona costeira, fundamentalmente, a área delimitada pela APA do litoral Sul e que o Estado e os Municípios não dispõem de normas específicas para o ordenamento do território, acredita-se ser o Plano de Manejo o instrumento básico para nortear o desenvolvimento do litoral Sul sergipano.

Nas Leituras Comunitárias foram relatados problemas de degradação ambiental, relacionados principalmente com os corpos d'água, conforme a seguir:

- Rios: poluição pelo lançamento de esgotos, assoreamento pelo desmatamento, inclusive da mata ciliar, lançamento de veneno para pesca predatória do camarão de água doce.
- Fontes de água e poços: poluição da água potável pela presença de esgotos e caramujos transmissores da esquistossomose.
- Mangues: também foi relatado o despejo de esgoto e lixo.

A presença de criatórios de peixes e camarões também vem causando problemas de poluição e degradação. Segundo a população, desde a instalação de fazendas de carcinicultura, a mortalidade de caranguejos aumentou consideravelmente.

Existe a pesca predatória de caranguejos com material proibido, as chamadas redinhas e também na época do defeso.

Nas áreas de mata, nota-se o grande desmatamento e a caça predatória de animais silvestres, muitos dos quais já desapareceram das matas. Segundo a população, a fiscalização ambiental feita pelo IBAMA só acontece nas épocas do defeso e é deficiente.



Segundo a população, é necessária uma fiscalização mais efetiva por parte dos órgãos responsáveis, principalmente sobre os corpos d'água e pontos de captação de água para a população.

Por outro lado já há embriões de experiências de educação ambiental, a exemplo de uma escola na comunidade de Crasto que desenvolveu por iniciativa própria um programa de coleta seletiva de lixo, com reversão da renda do material vendido para a própria instituição.

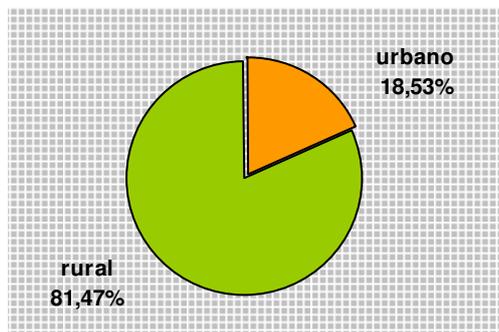
Os assentamentos rurais de Mocambo e Priapu também mencionaram existir uma espécie de conscientização, movida ou pela própria comunidade ou por incentivo do INCRA, porém, no tocante à educação ambiental, o que acontece no município são experiências pontuais, sem embasamento num programa específico.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

3.1 Demografia

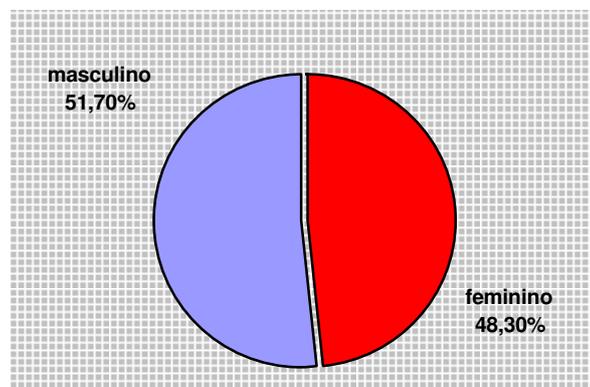
O município de Santa Luzia do Itanhy possui uma população de 13.948 habitantes, composta de 7.211 homens e 6.737 mulheres, sendo que do total dos Habitantes 2.585 residiam na zona urbana e 11.363 na zona rural do município, conforme IBGE de 2000.

Gráfico 01: Distribuição da população, áreas rural e urbana, município de Santa Luzia do Itanhy, 2000



Fonte: IBGE Censo Demográfico – ano de referência 2000.

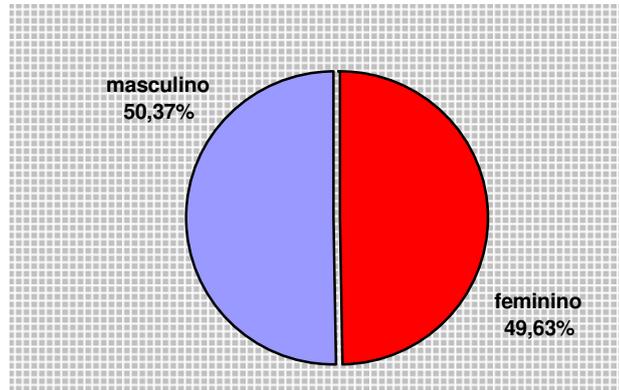
Gráfico 02: Distribuição da população, por sexo, município de Santa Luzia do Itanhy, 2000



Fonte: IBGE Censo Demográfico – ano de referência 2000, em www.cnm.org.br

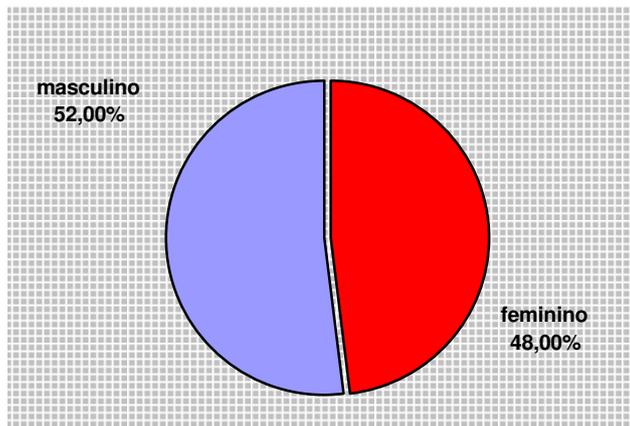


Gráfico 03: Percentual da população urbana segundo o sexo, município de Santa Luzia do Itanhhy, 2000



Fonte: IBGE Censo Demográfico – ano de referência 2000, em www.cnm.org.br

Gráfico 04: Percentual da população rural segundo o sexo, município de Santa Luzia do Itanhhy, 2000



Fonte: IBGE Censo Demográfico – ano de referência 2000, em www.cnm.org.br

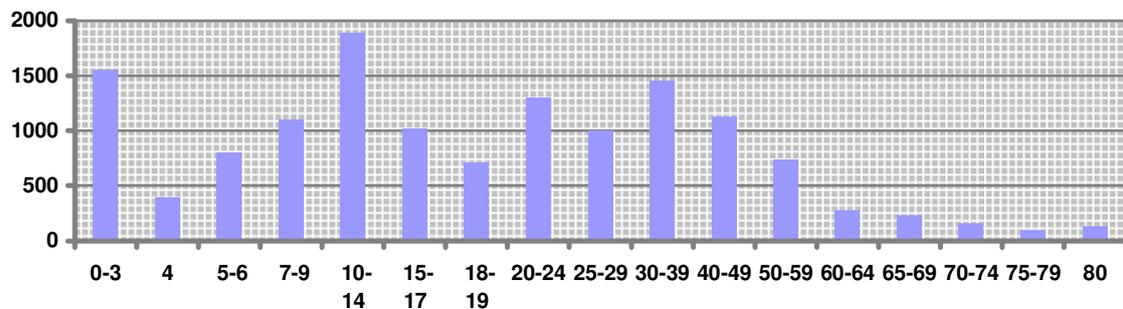


Tabela 02: População por faixa etária, município de Santa Luzia do Itanhhy, 2000

Faixa Etária	Número de Pessoas
0 a 3 anos	1.555
4 anos	392
5 e 6 anos	798
7 a 9 anos	1.097
10 a 14 anos	1.883
15 a 17 anos	1.020
18 a 19 anos	713
20 a 24 anos	1.299
25 a 29 anos	996
30 a 39 anos	1.453
40 a 49 anos	1.121
50 a 59 anos	740
60 a 64 anos	270
65 a 69 anos	227
70 a 74 anos	158
75 a 79 anos	98
80 anos e mais	128

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000
NOTA : Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

Gráfico 05: Percentual da população rural segundo o sexo, município de Santa Luzia do Itanhhy, 2000



Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000
NOTA : Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.



3.1.1 Evolução da População

Para entendimento da evolução da população, são apresentadas informações baseadas nos censos demográficos realizados pelo IBGE (www.ibge.gov.br) nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A metodologia utilizada pelo IBGE em relação à população residente total, por sexo e situação de domicílio é referente aos moradores habituais em cada residência. O recenseamento dos moradores habituais do domicílio que estavam ausentes na data de referência é apresentado respeitando a presença inferior a 12 meses na residência em relação à data em que foi feito o recenseamento.

População urbana

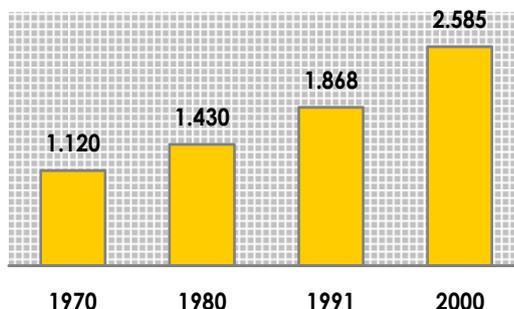
Tabela 03: Evolução da população urbana segundo o sexo, Santa Luzia do Itanhy 1970-2000

	1970	1980	1991	2000
Feminina	582	741	928	1.283
Masculina	538	689	940	1.302
Total	1.120	1.430	1.868	2.585

Fonte: IBGE – Censo Demográfico em www.cnm.org.br

* Informações Metodológicas – População Residente: Os dados de População Residentes por sexo e situação de domicílio referenciam os moradores habituais em cada residência. A quantificação se baseia nas pessoas presentes ou ausentes na data de referência.

Gráfico 06: Evolução da população urbana segundo o sexo, Santa Luzia do Itanhy 1970-2000



Fonte: IBGE Censo Demográfico – ano de referência 2000, em www.cnm.org.br

População rural

Tabela 04: População rural segundo o sexo

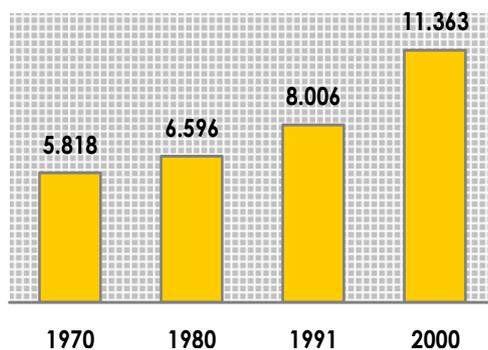
	1970	1980	1991	2000
Feminina	2.856	3.215	3.842	5.454
Masculina	2.962	3.381	4.164	5.909
Total	5.818	6.596	8.006	11.363

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

* Informações Metodológicas – População Residente: Os dados de População Residentes por sexo e situação de domicílio referenciam os moradores habituais em cada residência. A quantificação se baseia nas pessoas presentes ou ausentes na data de referência.



Gráfico 07: Evolução da população rural



Fonte: IBGE Censo Demográfico – ano de referência 2000, em www.cnm.org.br

População total

Tabela 05: População total segundo o sexo por ano

Ano	Masculino	Feminino	Total
1970	3.500	3.438	6.938
1980	4.070	3.956	8.026
1991	5.104	4.770	9.874
2000	7.211	6.737	13.948

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, em www.cnm.org.br

Informações Metodológicas – População Residente: Os dados de População Residentes por sexo e situação de domicílio referenciam os moradores habituais em cada residência. A quantificação se baseia nas pessoas presentes ou ausentes na data de referência.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 (PNUD), no período 1991-2000, a população de Santa Luzia do Itanhú teve uma taxa média de crescimento anual de 4,07%, passando de 9.874 em 1991 para 13.948 em 2000. A taxa de urbanização diminuiu 2,04, passando de 18,92% em 1991 para 18,53% em 2000. Em 2000, a população do município representava 0,78% da população do Estado, e 0,01% da população do país.

3.1.2 População Estimada

O IBGE dispõe estimativas dos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. Para esse cálculo é respeitada uma série de equações estatística desenvolvidas pelo IBGE na década de 90.

“O modelo adotado para estimar os contingentes populacionais dos municípios brasileiros emprega metodologia desenvolvida pelos demógrafos Madeira e Simões, onde se observa a tendência de crescimento populacional do município, entre 2 Censos Demográficos consecutivos, em relação à mesma tendência de uma área geográfica hierarquicamente superior (área maior).”

O método requer a existência de uma projeção populacional, que leve em consideração a evolução das componentes demográficas (fecundidade, mortalidade e migração), para uma área maior que o município, quer dizer, para a Unidade da Federação, Grande Região ou País. Desta forma, o modelo matemático desenvolvido estaria atrelado à dinâmica demográfica da área maior.

Em síntese, o que a metodologia preconiza é que:



- Se a tendência de crescimento populacional do município entre os Censos for positiva, a estimativa populacional será maior que a verificada no último levantamento censitário; caso contrário, a estimativa apontará valor inferior ao último Censo"

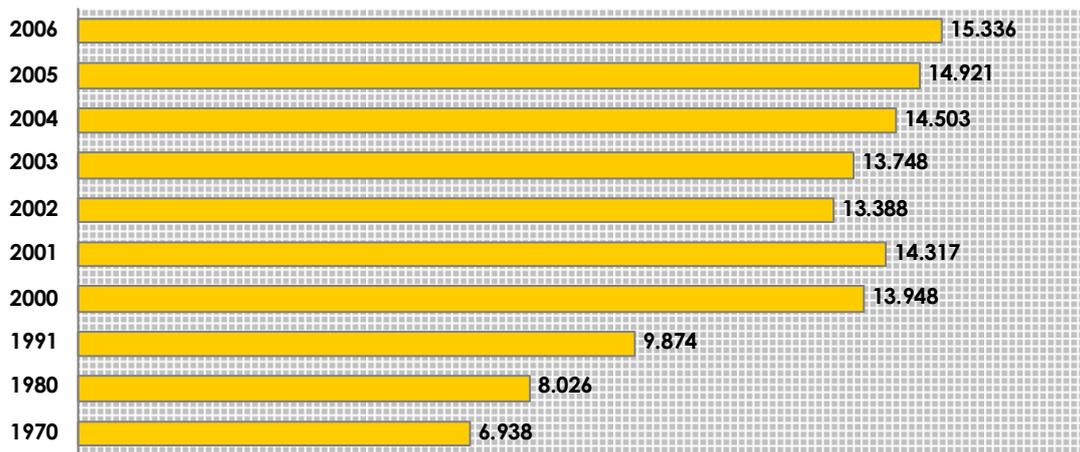
Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br)

Tabela 06: Estimativa das populações residentes

Ano	Estimativa
2001	14.317
2002	13.388
2003	13.748
2004	14.503
2005	14.921
2006	15.336

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, em www.cnm.org.br

Gráfico 08: Estimativa das populações residentes



Fonte: IBGE Censo Demográfico – ano de referência 2000, em www.cnm.org.br

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, elaborado em 2005 para o Pólo Costa dos Coqueirais apresenta projeções da população para os anos de 2010 e 2015, a partir da extrapolação das projeções disponíveis no Anuário Estatístico de Sergipe (1999).

Tabela 07: População projetada, Santa Luzia do Itanhú, Sergipe. 2010-2015.

Localidade	População 2010 (Projeção)	População 2015 (Projeção)
Santa Luzia do Itanhú	16.878	18.424
Pólo Costa dos Coqueirais	1.036.572	1.132.021

Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, Pólo Costa dos Coqueirais, 2005

3.2 Habitação

O número de município particulares permanentes em 2000 é de 2.999 (IBGE, Resultado da Amostra do Censo Demográfico 2.000, conforme Divisão Territorial vigente em 01.01.2001), sendo 2.882 o número de domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar.



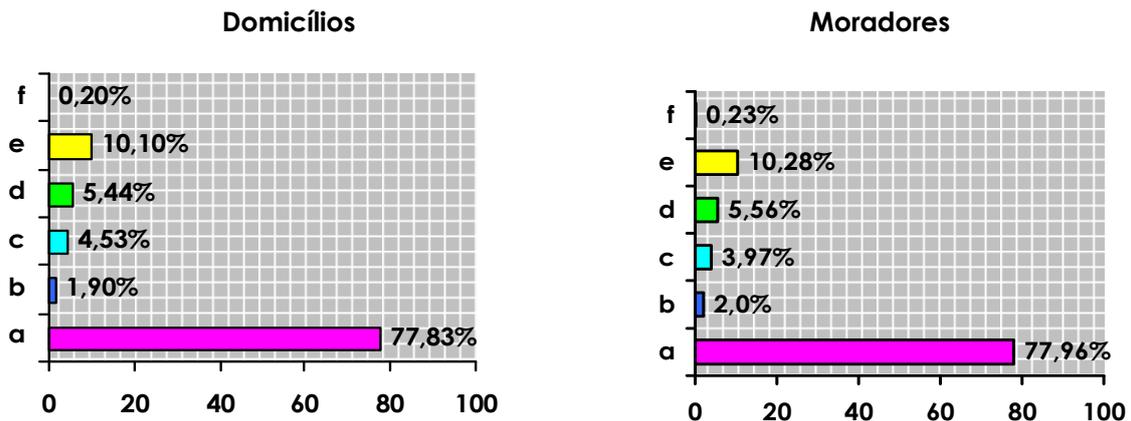
O número de famílias residentes nesses domicílios particulares é de 3.267 famílias.

Tabela 08: Situação dos Domicílios, por condição de propriedade, 2000. Santa Luzia do Itanhhy/SE

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	2.999	13.741
Próprio	2.391	10.988
Próprio já quitado (a) 	2.334	10.713
Próprio em aquisição (b) 	57	275
Alugado (c) 	136	546
Cedido	466	2.176
Cedido por empregador (d) 	163	764
Cedido de outra forma (e) 	303	1.412
Outra forma (f) 	6	31

Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

Gráfico 09: Domicílios particulares e permanentes, e moradores, por condição de propriedade, 2000. Santa Luzia do Itanhhy/SE

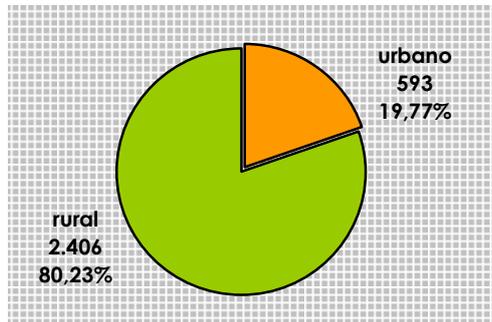


Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

* Informações Metodológicas Domicílios Particulares Permanentes e Moradores: Domicílio construído para fim residencial (casa, apartamento e cômodo).



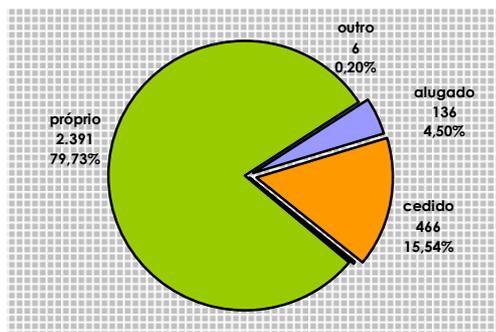
Gráfico 10: Distribuição dos domicílios, áreas rural e urbana, município de Santa Luzia do Itanhhy, 2000



Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe, 2004.

A média de moradores por município é de 4,58 pessoas, sendo que na área urbana a média é de 4,34 pessoas, enquanto na área rural essa mesma média é de 4,64 pessoas.

Gráfico 11: Condição de ocupação por domicílio, município de Santa Luzia do Itanhhy, 2000



Fonte: Anuário Estatístico de Sergipe, 2004.

Do total dos domicílios 2.306 (77%) são ligados à rede de energia elétrica, com variação no período 2000/1990 de 166,9%. A média de moradores por município é de 4,58 pessoas, sendo que na área urbana a média é de 4,34 pessoas, enquanto na área rural essa mesma média é de 4,64 pessoas.

O grande problema, segundo visita *in loco* e relato da comunidade é a existência, em muitas comunidades, de grande número de casas de taipa. Em Cajazeiras, a Leitura Comunitária apontou o número de 116 casas, sendo ainda relatada a necessidade de construção de casas de alvenaria para quilombolas.

Sob estas condições de habitação, há a presença de escorpiões e principalmente barbeiros, transmissores do Mal de Chagas.

As comunidades de Retiro, Piçarreira, Botequim e Crasto também apontaram a existência de casas de taipa. Na comunidade de Jibóia, todas as casas são de taipa.

Na maioria das vezes, as melhorias das edificações foram feitas pelo proprietário ou com assistência da Prefeitura Municipal.



Figura 14: Comunidade de Rio da Palha – Casas de Taipa



Figura 15: Santa Luzia – sede – habitação em área menos estruturada



Tabela 09: Acesso dos domicílios a serviços básicos, Santa Luzia do Itanh, Sergipe. 1991-2000.

Tipo de Serviço	1991	2000
Água encanada	21,5	24,3
Energia Elétrica	51,6	85,7
Coleta de Lixo ¹	21,9	82,7

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000
Nota: 1 Somente domicílios urbanos

3.3 Saúde

Segundo o IBGE o município contava em 2005 com 8 estabelecimentos de saúde, todos sem internação, e sendo 7 de saúde geral e 1 de saúde com especialidade. Todos os estabelecimentos são públicos, com atendimento ambulatorial e odontológico (com dentista), e prestam serviços ao SUS ambulatorial (IBGE, Assistência Médica Sanitária 2005).



Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2000), no período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 29,90%, passando de 96,27 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 67,49 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 5,01 anos, passando de 53,63 anos em 1991 para 58,64 anos em 2000.

Tabela 10: Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade. 1991 e 2000.

	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	96,3	67,5
Esperança de vida ao nascer (anos)	53,6	58,6
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	5,3	4,4

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

É senso comum, em todas as comunidades, que o atendimento de saúde é deficitário. A sede e comunidades de maior destaque contam com posto de saúde, porém, existe uma grande dependência de Estância quanto a problemas mais sérios quando se necessita o apoio hospitalar. O município dispõe de “carro de saúde”, na sede, para o transporte dos doentes, tanto das comunidades para a sede como para centros maiores, como Estância e mesmo Aracaju.

Existem postos de saúde nos denominados “distritos”, mas não necessariamente em todas as comunidades.

A quantidade atendimentos disponibilizados pelo sistema de fichas, não supre as demandas da população, tanto para atendimento médico como odontológico.

Foram relatados problemas de saúdes relacionados à qualidade da água, como micoses e verminoses, com destaque à grande incidência de esquistossomose, em todas as comunidades.

É grande a incidência de casas de taipa com a presença de barbeiros, embora a população não saiba precisar sobre a ocorrência de Mal de Chagas, muitas vezes pela dificuldade em realizar exames e fazer o correto diagnóstico da doença. Apenas a comunidade de Botequim disse ter conhecimento de casos diagnosticados, e os pacientes vêm sendo medicados.

O acompanhamento de gestantes e recém nascidos é feito, na maioria das vezes pelos agentes de saúde, ou nos postos, no caso dos exames pré-natais. Os partos são feitos no hospital na cidade de Estância. O programa de vacinação infantil acontece regularmente e de maneira positiva, mas não é mais feito acompanhamento específico para desnutrição infantil.

É grande a incidência da gravidez na adolescência, embora venham sendo realizados trabalhos educativos, inclusive com distribuição gratuita de métodos contraceptivos.

Os agentes de saúde também atuam no acompanhamento de idosos, tendo atenção específica com casos de diabetes e hipertensão, embora isso não ocorra em todas as comunidades, como no caso de Cajazeiras e Priapu, e Areia Branca, que relataram respectivamente, assistência específica deficiente e inexistente. A falta de medicamentos para terceira idade também foi apontada como um sério problema.

O papel dos agentes de saúde foi apontado como de grande importância, embora nem sempre a demanda de atendimentos ou acompanhamento por parte da população possa ser atendida pelo número de agentes que trabalham no município.



Outra questão de saúde diz respeito à grande quantidade de animais criados soltos pelas ruas; gado, cavalos e principalmente cachorros. Há relatos da vacinação dos cachorros, mas também da presença de animais doentes pelas ruas.

3.4 Educação

O município conta com 23 escolas de nível fundamental (22 municipais e 1 estadual), com 4.077 crianças matriculadas, 1 de nível médio (estadual), com 170 alunos e 23 escolas de ensino pré-escolar, com 913 crianças (municipal). Não há oferta de ensino superior.

Tabela 11: Ensino - matrículas rede escolar 2006 Santa Luzia do Itanhhy - SE

Nível de Ensino	Natureza	Matrículas
Ensino fundamental		4.077
	escola pública estadual	370
	escola pública municipal	3.707
Ensino médio		170
	escola pública estadual	170
Ensino pré-escolar		913
	escola pública municipal	913

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, Censo Educacional 2006.

Tabela 12: Ensino – docentes, rede escolar 2006 Santa Luzia do Itanhhy - SE

Nível de Ensino	Natureza	Docentes
Ensino fundamental		253
	escola pública estadual	23
	escola pública municipal	230
Ensino médio		10
	escola pública estadual	10
Ensino pré-escolar		48
	escola pública municipal	48

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, Censo Educacional 2006.

Tabela 13: Ensino rede escolar, número de escolas, 2006 Santa Luzia do Itanhhy - SE

Nível de Ensino	Natureza	Escolas
Ensino fundamental		23
	escola pública estadual	1
	escola pública municipal	22
Ensino médio		1
	escola pública estadual	1
Escolas - Ensino pré-escolar		23
	escola pública municipal - 2006 (1)	23

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -, Censo Educacional 2006.

O ensino fundamental melhorou bastante nos últimos anos. Segundo a população, há vagas para todos os alunos e embora alguns povoados não disponham de escola para todas as séries, os alunos são sempre encaminhados aos centros de ensino mais próximos. As escolas estão distribuídas por todo território municipal.



Não existem creches em nenhum distrito e povoado do município de Santa Luzia.

No caso da comunidade de Mocambo, a escola não possui sede própria, sendo as aulas ministradas em prédio cedido pelo INCRA, com turmas multisseriadas, o que dificulta o aprendizado dos alunos.

Na comunidade de Botequim, muitos alunos que moram na porção da comunidade que está em Santa Luzia, acabam atendendo à escola ligada ao município de Indiaroba.

Quanto ao ensino médio, cresce a dependência quanto à sede municipal e outras sedes regionais, como Estância, sendo que o transporte nesses casos é oferecido pela Prefeitura Municipal.

Existem no município programas de educação específicos:

- EJA (Educação de Jovens e Adultos) – tendo sido relatado pela comunidade, grande evasão por parte dos alunos;
- PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) – com a permanência dos alunos na escola, porém, com a observação de que deveria atender muito mais crianças do que atualmente;
- Programa Se Liga – de combate à repetência escolar, e o Projeto Segundo Tempo, mencionados pela população da sede municipal.

Para cursar qualquer curso técnico ou específico (como aulas de inglês, informática, etc.), ou curso de nível superior, é preciso se deslocar para Estância ou Aracaju. A possibilidade de acesso a esse tipo de educação está diretamente relacionada com a disponibilidade financeira do interessado, já que são, na maioria das vezes, cursos particulares e caros para a maioria da população.

Em geral, as comunidades se mostraram satisfeitas com a qualidade do ensino.

Os anseios na educação estão relacionados à melhoria da qualidade das escolas, com implantação de áreas para esportes, acesso a bibliotecas e meios multimídias, como salas de vídeo e computadores, bem como de escolas técnicas ou de atividades escolares relacionados à realidade local, agricultura e pesca.

No que diz respeito à educação, as maiores reclamações dizem respeito ao transporte escolar, que não atende todos os povoados e muitas vezes é prejudicado pela baixa qualidade das estradas vicinais, principalmente à época das chuvas, já que há casos onde inclusive é necessária fazer a travessia de rios para se chegar à escola.

3.4.1 Evolução das Taxas e Índices de Escolaridade

No que tange às taxas de escolaridade apresentada pelo censo de 1996, revelavam um grave quadro de precariedade. Os dados, no entanto referiam-se ao total da população maior de 4 anos de idade, de acordo com informações do IBGE quando da contagem da população de 1996.

Pelo censo de 2000 a situação da educação se mostra bastante melhorada – isso pode se dever a dois fatores concomitantemente: 1. o parâmetro para a medição é a faixa etária com 10 ou mais anos de idade; 2. uma melhoria do acesso da população ao ensino.



Tabela 14: Nível de educação da população jovem. 1991 e 2000.

Faixa etária (anos)	analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	75,5	47,2	-	-	-	-	52,3	92,5
10 a 14	65,0	29,3	97,0	84,8	-	-	55,7	93,0
15 a 17	49,3	21,7	79,3	57,5	98,7	98,5	32,5	68,2
18 a 24	55,1	27,7	75,2	54,0	94,3	87,5	-	-

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Nota: - = Não se aplica

Tabela 15: Nível de educacional da população adulta (25 anos ou mais). 1991 e 2000 Santa Luzia do Itanhú/SE

Indicador	1991	2000
Taxa de analfabetismo	68,4	55,9
% com menos de 4 anos de estudo	87,0	79,0
% com menos de 8 anos de estudo	96,5	94,3
Média de anos de estudo	1,2	2,0

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Figura 16: Escola em boas condições – Povoado de Areia Branca



3.4.2 Dados municipais (2007)

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação, em 2007 tem-se um total de 4.594 alunos matriculados nas 50 escolas municipais (890 em educação infantil e 3704 no ensino fundamental).

Para atender a todo o município de Santa Luzia do Itanhú, a Secretaria Municipal de Educação conta com um corpo docente com 276 membros: 36 locados nos colégios da rede municipal de ensino pré-escolar e 240 locados nos colégios municipais de ensino fundamental.

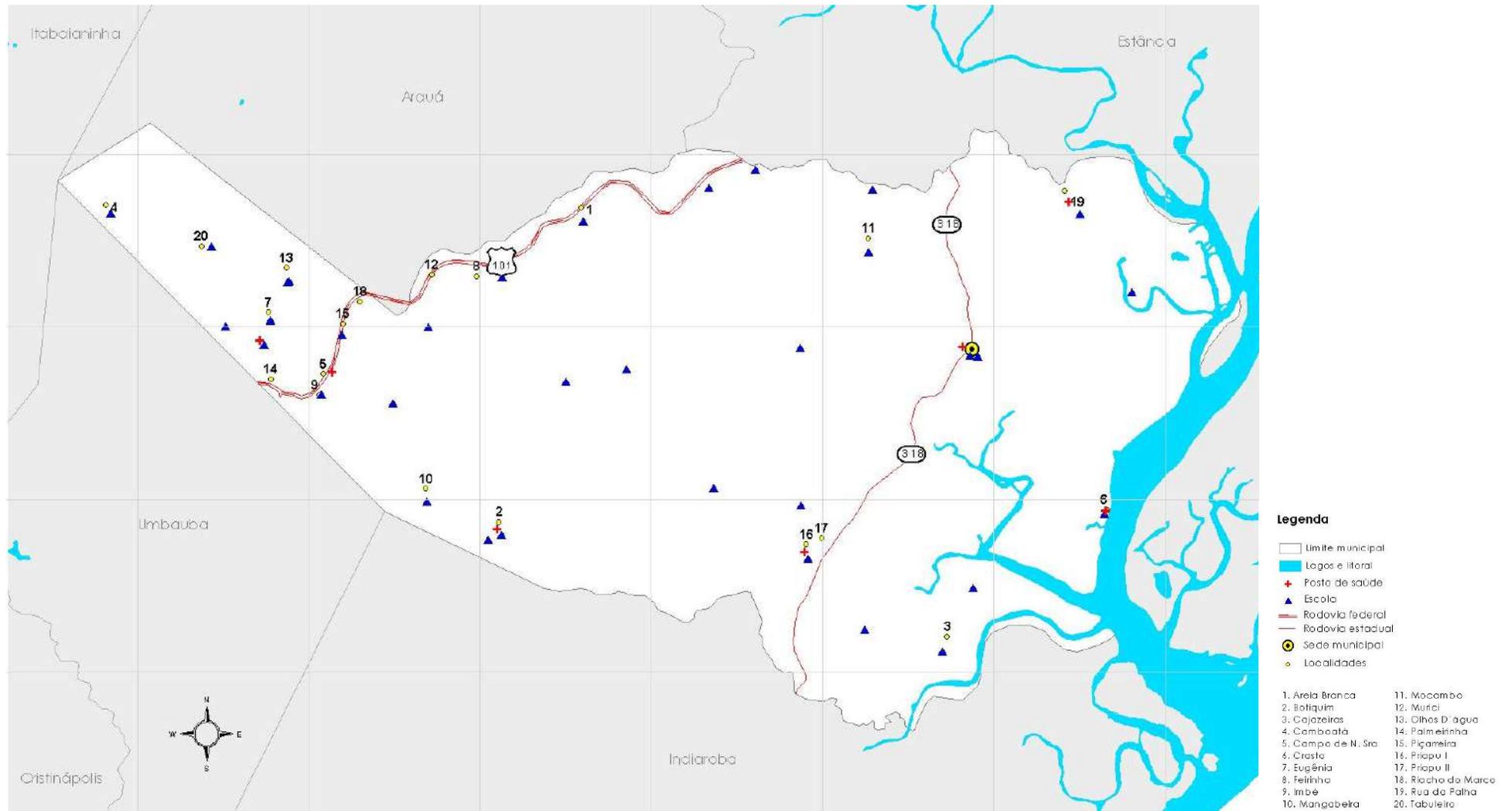
Tabela 16: Equipamentos de Educação – Dados Municipais 2007, Santa Luzia do Itanh/SE

Equipamentos de Educação	Escolas	Professores	Alunos	Turnos
Escolas de ensino pré escolar – Total	26	36	890	Mat. e vesp.
Escolas de ensino fundamental - Total	24	240	4.594	Mat. e vesp.
Escola Munic. Reunidas			421	
Escola Munic. Adelson Silveira Lima			246	
Escola Munic. Leite Neto			249	
Escola Munic. Paulo Souza Vieira			259	
Escola Munic. Raimundo Carvalho de Menezes			694	
Escola Munic. Monsenhor José Paes Santiago (anexo)			10	
Escola Munic. Padre Gaspar Loureço			56	
Escola Munic. Antonio Ribeiro Soutelo			610	
Escola Munic. Acrísio Cruz			140	
Escola Munic. Paulo Fernando Ribeiro Soutelo			101	
Escola Munic. Idalina Maria da Costa			161	
Escola Munic. Edmar José da Cruz			231	
Escola Munic. Agemiro Franklim do Amor			396	
Escola Munic. José L. dos Santos (anexo)			09	
Escola Munic. Adelson Silveira Lima (anexo)			115	
Escola Munic. Monsenhor José Paes Santiago (anexo)			86	
Escola Munic. José L. dos Santos			100	
Escola Munic. Edézio Souza Néris			52	
Escola Munic. Edézio Souza Néris (anexo)			30	
Escola Munic. João Batista Costa			37	
Escola Munic. Noberto José Cardoso			84	
Escola Munic. Maria Luiza R. Soutelo			30	
Escola Munic. Esmeralda V. da Costa			10	
Escola Munic. Luiz Campo			39	
Escola Munic. Nicolau C. dos Santos			122	
Escola Munic. Infantil Cinderela			171	
Escola Munic. Pica Pau Amarelo			135	

Fonte: Secretaria de Educação Municipal (2007)



Figura 17: Postos de saúde e escolas de Santa Luzia do Itanhhy



3.5 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Santa Luzia do Itanhi cresceu 27,63%, passando de 0,427 em 1991 para 0,545 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 67,7%, seguida pela Longevidade, com 23,8% e pela Renda, com 8,5%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 20,6%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 18,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 13,4 anos para alcançar Aracaju (SE), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,794).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santa Luzia do Itanhi é 0,545. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Santa Luzia do Itanhi apresenta uma situação ruim: ocupa a 5340ª posição, sendo que 5339 municípios (96,9%) estão em situação melhor e 167 municípios (3,1%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Santa Luzia do Itanhi apresenta uma situação ruim: ocupa a 74ª posição, sendo que 73 municípios (97,3%) estão em situação melhor e 1 município (2,7%) estão em situação pior ou igual.

Tabela 17: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanhy/SE

Indicador	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,427	0,545
Educação	0,387	0,626
Longevidade	0,477	0,561
Renda	0,418	0,448

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

3.5.1 Vulnerabilidade

Tabela 18: Indicadores de vulnerabilidade, 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanhy/SE

Indicador	1991	2000
% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos	ND	0,4
% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	49,3	10,9
% de crianças em famílias com renda inferior a ½ salário mínimo	92,7	91,2
% de mães chefe de família, sem cônjuge, com filhos menores	7,9	6,3

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Nota: ND = Não disponível

3.6 Cultura, Esporte e Lazer

As manifestações culturais relatadas pela comunidade estão ligadas na maioria das vezes a festas religiosas, com grande destaque para as comemorações de São João, onde os povoados geralmente se encontram na sede municipal pra os festejos e concurso de quadrilhas.



A população relatou também o acontecimento de serestas e aniversário da comunidade, nos assentamentos rurais e da Festa dos Pescadores, nos povoados pesqueiros, com destaque para Crasto.

A produção artesanal é pequena, embora já tenha havido cursos promovidos inclusive pela parceria Prefeitura Municipal/SEBRAE. Há produção de peças de crochê, pintura, bordados, palha e argila, porém, com produção individual, sem um núcleo artesanal consolidado. As maiores dificuldades para a produção artesanal está relacionada à dificuldade de venda dos objetos produzidos, não sendo o artesanato representativo para renda familiar.

Existem no município comunidades quilombolas, porém, não com uma participação cultural expressiva dentro da sociedade, já que as próprias comunidades têm dúvidas quanto a que lugares são ou não remanescentes de quilombos.

Esporte e Lazer

Segundo a população, todas as comunidades de Santa Luzia encontram-se muito carentes quanto aos espaços dedicados ao esporte e lazer.

O município conta com 6 quadras de esporte, sendo uma na sede e 2 com arquibancadas.

A atividade de lazer mais significativa é o futebol, e assim mesmo, faltam quadras e campos esportivos para a prática desse esporte e de outras modalidades. Há apenas um clube esportivo (voltado ao futebol), sem sede própria.

Na sede municipal foram apontadas a recuperação das praças e a construção de três quadras de esportes nos últimos anos. O distrito de "Botequim" apontou a existência de quadras de esporte e praça para a comunidade.

No geral, há uma grande reivindicação por praças, quadras e campos para crianças, jovens e adultos.

Há reivindicações para espaço de lazer para os idosos.

Na maioria das comunidades também foi relatada a necessidade de construção ou revitalização dos prédios das associações comunitárias como centro de reuniões e lazer.

Como equipamentos urbanos de Cultura o município conta somente com uma biblioteca na sede e um centro comunitário para idosos (com cerca de 200 lugares), não tendo para a população a disponibilidade de museus, cinemas ou cine-teatros. Na área de esportes o município conta com seis quadras de esportes e nenhum um ginásio Polivalente.

3.7 Patrimônio Histórico-Cultural

Testemunhas do período da colonização portuguesa, o município de Santa Luzia do Itanhú dispõe de acervo cultural, com exemplos arquitetônicos e religiosos. Tendo tido relevante posição nos aspectos histórico-culturais do Estado e do País, encontram-se ainda no município edificações de caráter singular, remanescentes dessa época, notadamente antigos engenhos (Castelo, São José Pirapu, Antas e Engenho de Ferro), alguns datados do século XVI, com relevante valor histórico. Tratam-se de edificações, em variados estados de utilização, quase todas de propriedade privada.

Destacam-se ainda como edificações de interesse cultural, apesar de não serem tombadas em nenhuma instância: a Igreja Matriz, as ruínas no Crasto e o Marco Histórico da 1ª missa celebrada no Estado.



Berço de figuras de destaque, tem entre destaque em sua história;

- Pedro de Calazans - Nascido a 29 de janeiro de 1837. Escritor, crítico e poeta consagrado. É considerado uma das glórias da literatura nacional. Entre outros trabalhos, destacam-se 'Contos da Infância' e 'Páginas Soltas'.
- José Dantas de Souza Leite - Nascido a 11 de maio de 1859. Médico formado pela Faculdade de Paris. Vencedor de vários concursos em Serviços Clínicos da Europa. Escreveu vários estudos sobre Medicina.
- Joaquim Esteves da Silveira - Médico e poeta.
- João Batista da Costa Carvalho - Jurista e desembargador.

3.8 Organização e Promoção Social

Organização Social

Praticamente todas as comunidades são representadas por meio de um líder comunitário, eleito de forma democrática dentro da sua comunidade, para representar aquela parcela da população do município.

Além de tomar parte nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Santa Luzia do Itanhy - CONDEMS, o líder acaba desempenhando o papel de "voz da comunidade" e figura como um elo de ligação entre sua comunidade e o Poder Público Municipal.

Por sua vez, muitos líderes destacaram que a participação popular em reuniões do interesse da comunidade é pequena, já que ainda é muito forte a cultura da política do clientelismo.

Promoção Social

A maioria das comunidades e povoados não identifica problemas de desigualdade social entre os moradores. Chegam a relatar a ocorrência de algumas pessoas com mais posses, mas definem-se todos como iguais, pertencentes à mesma classe social.

Em geral não há relatos de bolsões de pobreza, mas ocorre certa contradição, em apontar áreas mais bem estruturadas e maiores dificuldades e piores condições de vida para aqueles que vivem mais isolados do núcleo urbano dos povoados.

Os programas sociais do município são os de natureza federal, como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o Bolsa Família e outros.

Prostituição e Trabalho Infantil

As comunidades relataram que a questão do trabalho infantil teve boa melhora nos últimos anos com a implantação do PETI, porém ainda acontecem casos de trabalho infantil, principalmente ligados à questão da ajuda que as crianças devem dar para as atividades econômicas da família, seja na pesca ou agricultura.

Na sede municipal foi apontado problemas relativos à prostituição infantil, com exploração na própria comunidade e por passantes, principalmente às margens da rodovia BR-101.

Nas demais comunidades, segundo a população, não existe prostituição infantil, entendida a troca de serviços sexuais por dinheiro, mas as relações acontecem em prol da conquista de bens e muitas vezes para o consumo de bebidas alcoólicas.



Drogas

Os problemas com drogas estão relacionados com o consumo de maconha por determinadas pessoas dentro das comunidades.

A bebida não é, em geral, citada como entorpecente, embora cause diversos problemas sociais, geralmente relacionados com a violência.

Assistência Técnica

Quadro 02: Assistência Técnica 2007, Santa Luzia do Itanhy/SE

Órgãos	Característica
DEAGRO	Sede própria no município
INCRA	Sede própria no município
CREA	Visita semestral

3.9 Situação Fundiária

Mesmo na sede municipal, legalmente, a única área urbana instituída no município de Santa Luzia do Itanhy, a maioria dos proprietários não possuem escritura dos lotes, tendo recibo de compra e venda ou recibo de doação.

Em áreas urbanas, o único relato de ocupação irregular subnormal foi apontado pela comunidade de Crasto, com a presença de oito famílias vivendo no antigo prédio da creche.

Segundo a população, não existe programa de regularização fundiária para áreas urbanas.

A situação fundiária da área rural apresenta um quadro de concentração de propriedade, o que, segundo a população, dificulta o acesso a terra.

A população em geral, é dona de lotes ou sítios. Salvo raras exceções, os proprietários possuem apenas recibos de compra e venda, não tendo escrituras registradas das propriedades.

3.10 Segurança Pública e Justiça

Existe uma delegacia policial na sede municipal, que conta com viatura, mas as demais comunidades sentem falta de postos policiais. Há um sentimento de insegurança por estar desprovido de segurança pública, tendo sido relatado que muitas vezes o policiamento da sede não tem recursos para atender os demais povoados.

Os problemas de segurança relatados, na maioria dos casos, são brigas e desentendimentos provocados muitas vezes pela ingestão excessiva de álcool e pequenos roubos, geralmente nas residências.

As comunidades de Priapu II e Rua da Palha foram mais enfáticas, tendo relatado a falta da segurança na escola e ocorrência de assassinatos e estupros respectivamente.

Complementam os equipamentos de justiça e segurança municipal o Fórum, localizado na sede municipal. Ainda na sede existe um cartório, com prédio independente.



4 DINÂMICA ECONÔMICA

A dinâmica econômica do município de Santa Luzia do Itanhy está fortemente pautada no setor primário, com produção agrícola e pesca.

Segundo a população, a economia tem melhorado ao longo dos últimos anos pelo aumento do poder de compra, diminuição da fome e aumento de renda, em grande parte com o auxílio de programas do Governo Federal, como o Bolsa Família.

4.1 Estrutura Produtiva Setor Primário

A pesca artesanal é significativa para as comunidades de Crasto e Cajazeiras, com destaque para o caranguejo, cuja produção vem diminuindo ao longo dos anos.

Existe ainda a carcinicultura, porém com destaque para grandes grupos privados e cujas atividades não oferecem empregos à população local.

Na agricultura destacam-se o plantio da mandioca e a fruticultura, principalmente laranja, mas também maracujá, coco e abacaxi.

Os frutos, de produção individual, são na maior parte vendidos para as fábricas em Estância ou para atravessadores, que revendem em outras regiões do país.

Foi apontado pelo assentamento Priapu as dificuldades quanto à manutenção das taxas de produtividade, principalmente pelo esgotamento do solo mal manejado, já que a assistência técnica para auxílio dos pequenos produtores tem deixado a desejar.

O fortalecimento dos produtores rurais enquanto grupo (como no caso de cooperativas) foi apontado como uma possível solução para melhorar as condições de venda dos produtos produzidos.

Pecuária

Tabela 19: Efetivo de rebanhos

Rebanho	1991	2000	2001	2002	2003	2005
Asininos	90	102	92	84	88	88
Bovinos	12.820	12.205	11.092	12.143	13.305	4.897
Bubalinos	197	97	116	187	184	213
Caprinos	95	36	41	45	43	50
Codornas	--	21.826	10.913	1.640	1.470	1.436
Coelhos	--	20	25	--	--	--
Eqüinos	215	593	568	557	575	608
Galinhas	3.090	4.460	4.698	5.118	5.580	5.925
Galos	5.870	27.675	30.207	31.733	34.765	37.435
Muares	265	320	288	274	280	294
Ovinos	482	462	487	527	542	568
Suínos	366	335	246	253	194	214

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal em www.cnm.org.br e IBGE - @Cidades

* Informações Metodológicas Pecuária: Os dados demonstrados são frutos de uma pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do país com o objetivo de obter informações estatísticas sobre os efetivos das espécies animais criadas. A obtenção dessas informações é realizada mediante o preenchimento de um questionário vinculado pelo IBGE para cada município. Os dados são levantados junto aos produtores, sindicatos, cooperativas, órgão de pesquisa, extensão rural, comercialização, crédito e outros relacionados com a pecuária. Estes dados são coletados entre os meses de janeiro a março de cada ano. O Portal CNM divulga estes dados em nível Brasil, Macrorregião, Estados Associações Municipais da CNM e Municípios, disponibilizando-os de 1990 a 2002 – Referenciando a Pesquisa Pecuária Municipal do Ibge.



Extratrativismo vegetal

A produção de lenha teve uma queda significativa entre os anos de 1991 e 2002.

Tabela 20: Extrativismo vegetal – quantidades em toneladas por ano

Produto	1991	2000	2001	2002	2005
Castanha de caju	5	3	3	3	3
Mangaba	10	6	6	6	6
Carvão vegetal	3	2	2	2	3
Lenha*	23.980	20.214	16.543	15.298	22.653
Madeira em tora*	240	106	92	83	122

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal em www.cnm.org.br e IBGE - @Cidades

* Quantidades em m³

** Informações Metodológicas - Extração Vegetal

Segundo o IBGE, esta pesquisa foi iniciada pelo Ministério da Agricultura em 1938. A responsabilidade da apuração e divulgação dos dados foi passada para o Ibge em 1974. A pesquisa, intitulada de Produção de Extração Vegetal é realizada anualmente em todos os municípios do país. Tem como objetivo a obtenção de informações estatísticas sobre o extrativismo vegetal. Os dados, segundo o IBGE, são obtidos por estimativas resultantes de informações prestadas por órgãos públicos, empresas e técnicos que atuam na exploração, industrialização e fiscalização dos recursos vegetais nativos. Nela se encontram duas variáveis: quantidade e preço médio; e para o pinheiro brasileiro (araucária): número de árvores abatidas e produção de madeira. Estes são coletados entre os meses de janeiro e março do ano posterior ao ano de referência. O Portal Municipal divulga estes dados em nível Brasil, Macrorregião, Estados Associações Municipais da CNM e Municípios, disponibilizando-os de 1990 a 2002 – Referenciando a Pesquisa Produção Extrativa Municipal do Ibge.

Agricultura

Considerando as plantações de lavoura permanente, a produção de laranja apresentou o maior crescimento desde 1991.

Tabela 21: Lavouras permanentes – áreas plantadas em hectares por ano

Produto	1991	2000	2001	2002	2003	2005
Banana	97	85	87	90	92	94
Côco-da-baía*	2.094	2.367	2.377	2.387	2.402	2.437
Laranja	629	1.992	1.996	2.041	2.071	2.637
Limão	2	12	36	36	36	40
Mamão	--	1	1	2	4	7
Manga	22	23	28	28	28	31
Maracujá	70	90	104	96	76	134
Tangerina	--	9	9	9	9	9

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal em www.cnm.org.br e IBGE - @Cidades

* Mil cachos

** Informações Metodológicas – Agricultura: Os dados demonstrados são frutos de uma pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do país com o objetivo de obter informações estatísticas sobre a atividade agrícola relativa a 29 produtos de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes. Para todos os produtos agrícolas levantados pelo IBGE, são demonstradas as seguintes variáveis: área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor de produção. A obtenção dessas informações é realizada mediante o preenchimento, pelo agente de coleta do IBGE, de um questionário para cada município. O IBGE explica que, de modo geral, as estimativas realizadas pelos agentes resultam de contatos e reuniões com técnicos de órgãos de pesquisa, extensão, comercialização, crédito etc., que atuam no setor agrícola do município, cooperativas, grandes produtores e, ainda, do próprio conhecimento que têm a região. Estes dados são coletados entre os meses de janeiro a março do ano de referência. O Portal Municipal divulga estes dados em nível Brasil, Macrorregião, Estados Associações Municipais da CNM e Municípios, disponibilizando-os de 1990 a 2002 – Referenciando a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

A produção da laranja apresentou uma queda brusca entre os anos de 2000 e 2001, porém, sendo ainda, a cultura de lavoura permanente mais significativa no município de Santa Luzia do Itanhú.



Tabela 22: Lavouras permanentes – quantidades produzidas em toneladas por ano

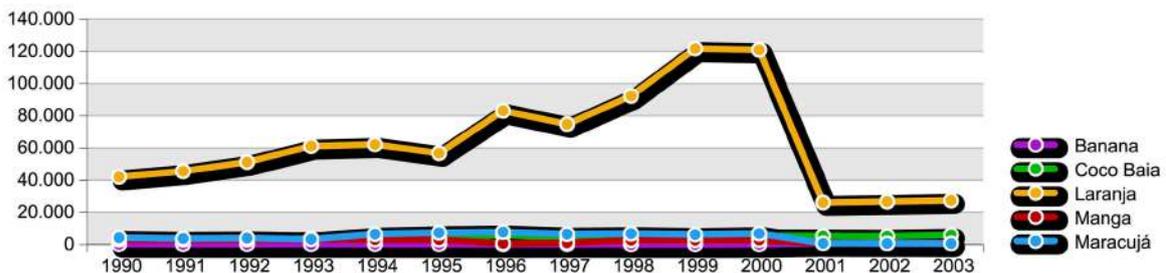
	1991	2000	2001	2002	2003	2005
Banana	162	82	819	971	1.000	1.056
Côco-da-baía*	3.317	5.326	5.239	5.072	5.873	5.910
Laranja	45.517	120.932	26.072	26.694	27.333	35.731
Limão	254	1.455	215	216	264	294
Mamão	--	41	30	62	139	244
Manga	2.998	2.783	677	687	695	804
Maracujá	3.696	6.821	672	628	558	1.069
Tangerina	--	1.118	135	138	137	140

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal em www.cnm.org.br e IBGE - @Cidades

* Mil frutos

** Informações Metodológicas – Agricultura: Os dados demonstrados são frutos de uma pesquisa realizada anualmente em todos os municípios do país com o objetivo de obter informações estatísticas sobre a atividade agrícola relativa a 29 produtos de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes. Para todos os produtos agrícolas levantados pelo IBGE, são demonstradas as seguintes variáveis: área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor de produção. A obtenção dessas informações é realizada mediante o preenchimento, pelo agente de coleta do IBGE, de um questionário para cada município. O IBGE explica que, de modo geral, as estimativas realizadas pelos agentes resultam de contatos e reuniões com técnicos de órgãos de pesquisa, extensão, comercialização, crédito etc., que atuam no setor agrícola do município, cooperativas, grandes produtores e, ainda, do próprio conhecimento que têm a região. Estes dados são coletados entre os meses de janeiro a março do ano de referência. O Portal Municipal divulga estes dados em nível Brasil, Macrorregião, Estados Associações Municipais da CNM e Municípios, disponibilizando-os de 1990 a 2002 – Referenciando a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE.

Gráfico 12: Lavoura permanente – quantidade produzida em toneladas por ano



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal em www.cnm.org.br

*Côco-da-baía – mil frutos

Tabela 23: Lavoura temporária – áreas plantadas em hectares por ano

	1991	2000	2001	2002	2003	2005
Abacaxi	10	18	10	12	21	18
Amendoim	25	27	25	23	25	26
Batata-doce	15	10	10	6	7	10
Cana-de-açúcar	--	--	--	--	--	7
Fava	12	16	15	12	14	20
Feijão	99	155	125	115	139	150
Fumo	5	25	25	22	10	23
Mandioca	550	612	645	636	687	988
Milho	134	178	134	122	136	150

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal em www.cnm.org.br e IBGE - @Cidades



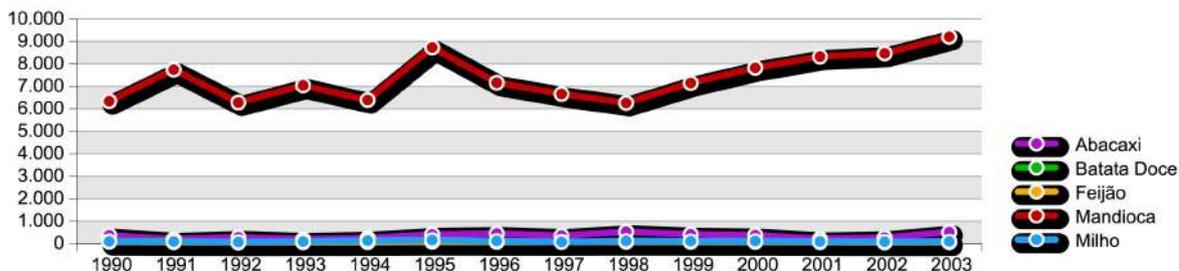
Tabela 24: Lavoura temporária – quantidades produzidas em toneladas por ano

	1991	2000	2001	2002	2003	2005
Abacaxi*	184	373	202	259	504	445
Amendoim	27	30	28	26	29	30
Batata-doce	102	68	69	41	49	76
Cana-de-açúcar	–	–	–	–	–	352
Fava	5	6	6	5	6	10
Feijão	51	65	53	50	65	75
Fumo (em folha)	5	28	28	25	12	27
Mandioca	7.739	7.821	8.316	8.459	9.205	12.859
Milho	79	106	80	74	87	98

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal em www.cnm.org.br e IBGE - @Cidades

* Mil frutos

Gráfico 13: Lavoura temporária – quantidade produzida em toneladas por ano



Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal em www.cnm.org.br

* Abacaxi – mil frutos

4.2 Estrutura Produtiva – Setor Secundário

A atividade industrial mais significativa apontada pela população é a produção de farinha de mandioca, feita e vendida de maneira individual, sem qualquer tipo de associação entre produtores.

As vendas acontecem em feiras, tanto do mercado interno, em Santa Luzia, como nos municípios vizinhos, Estância, Umbaúba e Indiaroba.

4.3 Estrutura Produtiva – Setor Terciário

Não foram apontadas pela população atividades significativas no setor terciário. Há grande carência de comércio e serviços e apenas na sede municipal existem mais atividades ligadas ao funcionalismo público, pela Prefeitura Municipal.

4.3.1 Turismo

O município de Santa Luzia do Itanhj destaca-se pela qualidade de seus atrativos turísticos. Inserido no roteiro estadual Costa das Dunas (Litoral Sul), encontra-se em localização estratégica sendo ponto de saída para Mangue Seco, que apesar de estar



localizado no estado da Bahia, tem seu acesso por Sergipe, e mais especificamente pelo município de Santa Luzia do Itanhý e Indiaroba.

Como atrativos para o turismo, têm destaque, ainda, os festejos de São João, com danças típicas e atividades diversas, e os engenhos, de relevante caráter histórico-cultural.

A chegada do turismo é vista com bons olhos, e foi apontada pela população como uma das possíveis soluções para melhorar a economia local, seja no caso da influência direta pelas atividades turísticas, como em Crasto, como pela influência indireta, criando mais mercado, demanda de serviços e possibilidade de oferta de produtos para as outras comunidades.

No caso de Crasto, além da visão como ponto de ligação entre outros destinos turísticos, como Mangue Seco, na Bahia, a comunidade vê a possibilidade da atração de turistas que desejem permanecer no local, fazendo passeios pelos rios e mangues ou desfrutando de atividades de lazer. Porém, a comunidade entende que é preciso grandes melhorias na infra-estrutura, tanto rodoviária, com a melhoria da rodovia, como de serviços.

Na sede municipal foi apontada a possível exploração dos antigos engenhos existentes no município como atrativos turísticos, inclusive com a criação de hotéis fazenda.

Foram apontados problemas que podem aumentar com a chegada do turismo, como a degradação ambiental, drogas e prostituição.

A despeito dos problemas, o turismo é visto de maneira positiva, podendo inclusive contribuir para fortalecer a atividade artesanal na região.

4.4 Emprego e Renda

Devido à dificuldade de oferta de emprego e a restrição de atividades econômicas desenvolvidas no município, com destaque para as atividades do setor primário da economia, muitas pessoas hoje dependem exclusivamente de programas do Governo Federal, como o Bolsa Família, para garantir a renda mensal.

Um grande número de pessoas depende de outros recursos públicos, como aposentadoria.

Para quem trabalha na pesca, durante a época do defeso do camarão ou caranguejo, o recebimento do benefício passa a ser a única fonte de renda. Porém, nem todos os pescadores recebem o defeso e muitas vezes a burocracia impede que as pessoas recebam o benefício nas datas estabelecidas.

Tabela 25: Pessoas com 10 anos e mais de idade economicamente ativas e pessoas com 10 anos e mais ocupadas, 2000. Santa Luzia do Itanhý/SE

Pessoas com 10 anos e mais de idade, por sexo.			Pessoas com 10 anos e mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, por sexo.			Pessoas com 10 anos e mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo.		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
10.106	5.305	4.801	5.421	3.586	1.835	4.565	3.283	1.283

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 26: PIA, PEA e PEA ocupada na semana de referência, 2000. Santa Luzia do Itanh/SE

PIA	PEA	PEA ocupada	Taxa Global Participação*	Taxa de Ocupação**	Taxa de Desemprego***
10.106	5.421	4.565	45,2%	84,2%	15,8%
673.053	361.380	283.731	42,2%	78,5%	21,5%
1.393.236	737.333	614.548	44,1%	83,3%	16,7%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

* Taxa Global de Participação – é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

** Taxa de Ocupação – é igual à relação ocupados/ PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

*** Taxa de Desemprego – total é igual à relação desempregados/ PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

Tabela 27: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade. 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanh/SE

Indicador	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	47,9	57,1
Proporção de Pobres (%)	85,8	81,8
Índice de Gini	0,47	0,53

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

A renda per capita média do município cresceu 19,39%, passando de R\$ 47,86 em 1991 para R\$ 57,14 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 4,72%, passando de 85,8% em 1991 para 81,8% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,47 em 1991 para 0,53 em 2000.

Tabela 28: Porcentagem da renda apropriada por extratos da população. 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanh/SE

Indicador	1991	2000
20% mais pobres	4,3	3,2
40% mais pobres	13,9	11,3
60% mais pobres	27,8	24,1
80% mais pobres	48,0	44,1
20% mais ricos	52,0	55,9

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Tabela 29: Acesso a bens de consumo. 1991 e 2000. Santa Luzia do Itanh/SE

Indicador	1991	2000
Geladeira	14,1	37,8
Televisão	17,6	57,7
Telefone	0,1	0,8
Computador	ND	0,5

Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Nota: ND = Não disponível



Existe carência de emprego para grande parte da população, principalmente àquela parcela ligada às atividades agrícolas, que durante os períodos de entressafra, fica sem emprego. O trabalho está relacionado à atividades próprias, na roça ou na pesca.

Os jovens que estudaram e concluíram o ensino médio ou superior, foram apontados como a parcela da população que tem mais dificuldades para conseguir um emprego de maior qualificação, porque não há ofertas de vagas. Assim, muitos acabam retornando à atividades ligadas à agricultura e pesca, ou deslocando-se para centros maiores.

A concentração das terras rurais também foi apontada como uma causa de desemprego ou escassez de trabalho, inclusive pela mecanização das grandes lavouras.

4.5 Produto Interno Bruto

Tabela 30: Produto Interno Bruto 2004, Santa Luzia do Itanhy/SE

Item	Valor	Unidade
Valor adicionado na agropecuária	19.043	mil reais
Valor adicionado na indústria	3.221	mil reais
Valor adicionado no serviço	23.370	mil reais
APU	17.923	mil reais
Dummy	0	mil reais
Impostos	21	mil reais
PIB	45.657	mil reais
População - 2004	14.503	habitantes
PIB per capita	3.148	Reais

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Tabela 31: PIB per Capita, 1999 – 2002, Santa Luzia do Itanhy/SE

Ano	(R\$)
1999	2.043
2000	1.959
2001	1.623
2002	2.059

Fonte: PDITS – Pólo dos Coqueirais/SE, 2005.

5 CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA URBANA

5.1 Histórico

O município de Santa Luzia data do início da colonização sergipana, tendo sido cenário das lutas entre portugueses e tupinambás, marcando o início da povoação mais antiga de Sergipe Del Rey.

Ainda antes da invasão européia no Brasil, uma comunidade indígena dos tupinambás se destacava no Sul de Sergipe. Organizados, viviam especialmente da pesca dos rios Piaguy, que depois veio a se chamar Piauí, e Itanhi, depois Rio Real.

Nesse ambiente, por volta de 1530, surge uma das primeiras povoações de Sergipe, São Luiz, hoje o município de Santa Luzia do Itanhy, palco também da própria colonização do



Estado - marcada pelo ato do governador-geral do Norte do Brasil, Luiz de Brito, de autorização de "tomada de posse" para o também português Garcia d'Ávila.

Rico e poderosos senhor de terras do sertão baiano, Garcia d'Ávila com espírito de explorador montou um verdadeiro exército e partiu para a conquista de novas terras pelos lados do Rio Real.

Segundo o historiador Clodomir Silva, autor do Álbum de Sergipe, Garcia d'Ávila também recebera a missão de barrar os avanços de colonizadores franceses, que já tinham grande influência na região. Dominando o território, os franceses o utilizavam em suas atividades de contrabando de Pau-Brasil, muitas vezes com a ajuda dos índios.

As tropas de Garcia d'Ávila chegaram e conseguiram expulsar os franceses e dominar os índios. Vencida essa etapa, estabeleceram-se no mesmo povoado e deram-lhe o nome de Santa Luzia, no entanto essa povoação foi logo abandonada. Segundo alguns historiadores, os índios não davam trégua aos invasores, sendo apontado como um dos motivos dessa reação dos tupinambás o aprisionamento de outros indígenas para trabalhar como escravos nas fazendas.

Segundo registros, em 1575 Padre Gaspar Lourenço e seu irmão de hábito, João Solônio, teriam chegado ao povoado abandonado por Garcia d'Ávila e reconquistado pelos índios. Os jesuítas levantaram a Igreja de Nossa Senhora da Esperança e fundaram a aldeia de São Tomé. Lá celebraram a primeira missa. Na frente, levantaram casas para moradia e escola para catequese. Subordinada à freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, na Bahia, a aldeia sofre com guerras entre os índios e as tropas do governador-geral do Norte do Brasil, Luiz de Brito.

Praticamente disseminada, a aldeia de Santa Luzia composta pelos jesuítas e pouquíssimos colonos, ressurgiu como vila em 1698, foi elevada à essa categoria por ordem do governador da Bahia, D. João de Lencastro, sob o nome oficial de Vila Real de Santa Luzia. Segundo ainda o historiador Rocha Pita, escritor de História da América Portuguesa, o povoamento teria se chamado inicialmente Vila Real de Piaguy (Piaguy era o nome primitivo do rio que veio a se chamar Piauí e que banha as terras de Santa Luzia).

A ação de elevação à categoria de vila, no entanto, provocou reações de moradores do município de São Cristóvão. Oficializados em 28 de maio de 1699, foram enviados à Câmara protestos contra sua criação, de autoria de religiosos do Carmo e até mesmo do vigário da capital de Sergipe, padre José de Araújo. Os protestos decorriam do fato de que a nova povoação esvaziava vilas que estavam sendo criadas, como Itabaiana, Lagarto e Vila Nova, mas principalmente a de São Cristóvão.

Por seu lado, a Câmara de Santa Luzia, já em 1704, oficializava ao Rei a solicitação de mais terras, avançando sobre o outro lado do Rio Real e englobando os distritos de Abadia e Itapicuru da Praia. Apesar de não atendida, já que a Câmara da Bahia foi contrária às intenções dos chefes políticos de Santa Luzia, a Câmara de Santa Luzia pede novamente ao rei a transferência da sede municipal para o sítio de Estância.

Depois de vários pedidos e negativas, a Câmara de Santa Luzia, em 1831, consegue a transferência da sede da vila para a progressista povoação de Estância. A forte reação dos luzienses, conforme registrado pelos historiadores é marcada pela luta contra a recém-criada Freguesia de Abadia (terras que hoje se constituem no município de Indiaroba). As lutas demoraram um século, só terminando em 1843, quando um Decreto Imperial reconheceu as terras como pertencentes a Sergipe.

Com a transferência da sede de Santa Luzia para Estância, a vila foi reduzida a um simples povoado. Os luzienses, boa parte índios 'catequizados', ainda conseguiram restauração de sua categoria. Em fevereiro de 1835, Santa Luzia consegue se libertar de



Estância e torna-se município independente. No final do século XIX, o novo município é composto basicamente por grandes latifundiários que cultivavam a cana-de-açúcar. Santa Luzia chegou a ter a maior arrecadação e população entre os municípios sergipanos. As seis usinas eram conhecidas internacionalmente por suas altas produções. A mais antiga de Sergipe é a de São Félix.

Santa Luzia teve em 1943, seu nome mudado, por meio do Decreto Estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943, passando a se chamar Inajaroba. Em 25 de novembro de 1948, porém, outro decreto estadual devolve o nome de Santa Luzia e acrescenta Itanhi, nome que os indígenas chamavam o Rio Real.

Figura 18: Usina de São Félix: a primeira de Sergipe



Com o declínio da produção açucareira, com a crescente força política e industrial de Estância, Santa Luzia iniciou um processo de decadência, estagnação e declínio. Atualmente, sem praticamente nenhuma cultura de cana-de-açúcar, seus habitantes vivem da agricultura de subsistência e do Fundo de Participação do Município que a prefeitura recebe.

O município de Santa Luzia que ocupou posição de destaque entre as maiores riquezas do Norte do País encontra-se hoje, com uma população estimada em 15 mil habitantes, dentre os 50 municípios mais pobres do Brasil.

5.1.1 Caracterização do Espaço Urbano/Formas do Uso e Ocupação do Solo

Conforme já mencionado o município de Santa Luzia do Itanhy é formada pela sede municipal – cidade de Santa Luzia, e demais povoados. Destacam-se dentre os povoados, alguns, denominados “distritos”, por ter um poder de comunidades concentradoras de outros povoados de suas áreas, agregando equipamentos, atividades e serviços.

Cada um desses “distritos” tem em atividades diferentes suas características principais.



Quadro 03: Atividades principais das Comunidades, 2007, Santa Luzia do Itanhhy/SE

Distritos	Atividade principal
Sede Municipal	Funcionalismo público
Crasto	Pesca
Piçarreira	Agricultura
Areia Branca	Agricultura
Cajazeiras	Pesca
Priapu	Agricultura
Rua da Palha	Pesca
Botequim	Agricultura

A população vê com bons olhos o crescimento da comunidade, embora tenha consciência que possa acarretar problemas de violência, drogas, etc.

Porém, aponta que não há disponibilidade de áreas públicas para crescer, já que as comunidades fazem sempre divisa com fazendas particulares.

Santa Luzia do Itanhhy – sede

Na sede municipal, o espaço urbano se caracteriza por um conjunto de 6 quadras, com dimensão padrão e boas regulares de urbanização. O traçado do desenho urbano é em forma de xadrez, com ruas perpendiculares.

A sede contém o núcleo histórico, sendo ocupado em sua grande maioria (cerca de 90%) pelo uso residencial. O comércio e o uso institucional aparecem em percentual bem pequeno (5% cada). Não há uso industrial. As habitações, predominantemente, são de baixa renda, com poucos espaços de lotes desocupados (cerca de 5%).

O sistema viário conta com 23 ruas, sendo a principal a SE 318, que na área urbana é denominada Barão do Rio Branco. A maioria das ruas é calcada com paralelos e dispõe de meio fio (apenas 5 ruas não tem meio-fio). A sinalização é precária, estando presente em 30% das vias.

Praticamente todas as vias dispõem de caixa de coleta de lixo. Existe, na sede municipal, apenas 1 abrigo de ônibus coberto. A arborização das vias e passeios públicos é escassa. A única área urbana com maior vegetação é representada pelas casas, com seus jardins e árvores frontais, em torno da praça principal. As demais praças, no total de 5, contam com vegetação escassa e equipamentos públicos, como bancos e lixeiras. Não há registro de coretos, quiosques, bandeiras ou bustos reconhecidos como marcos urbanos.

As casas na sede são em sua maioria de alvenaria em bom estado de conservação. O comércio é restrito, de pequeno porte.

Não há forte evidencia de expansão urbana. A tendência é na direção Leste, por processo natural de ocupação, com cerca de 70 casas. Não há ocorrência de parcelamentos ou processos de favelização.

Um dos principais problemas, em relação ao traçado viário e ocupação urbana é a divisão da cidade uma vez que ela é cortada pela rodovia.



Quadro 04: Estabelecimentos de comércio e serviço, sede municipal, 2007. Santa Luzia do Itanhhy/SE

Tipo de Estabelecimento	Disponibilidade/ Característica
Produtos Agropecuários	Não
Postos de Combustível	01
Drogarias e Farmácias	Não
Vestuário	01 Na Sede
Eletrodomésticos	01
Supermercados	01
Padarias	02 – Sede/01- Crasto
Bancos	Posto do Banese e Caixa Econômica, 01 caixa do Banco do Brasil
Açougues	Não
Oficinas Mecânicas	02

Quadro 05: Industriais e Abastecimento, sede municipal, 2007. Santa Luzia do Itanhhy/SE

Tipo de Estabelecimento	Disponibilidade/ Característica
Serrarias	Não
Cerâmicas/ Olarias	Não
Frigoríficos	Não
Armazéns	01 material de construção

Quadro 06: Edificações Poder Público, sede municipal, 2007. Santa Luzia do Itanhhy/SE

Tipo de Estabelecimento	Disponibilidade/ Característica
Prefeitura	01
Secretaria Municipal	04
Garagem da Prefeitura	01
Centros de Treinamento/ Local reuniões	Não
Fábricas	Não
Centros de Produção	Não

Quadro 07: Armazéns e beneficiamento de apoio da produção agropecuária, 2007 Santa Luzia do Itanhhy/SE

Tipo de Estabelecimento	Disponibilidade/ Característica
Armazéns	Fábrica de polpa
Armazém de Secagem	Não

Quadro 08: Expansão Urbana, sede municipal, 2007. Santa Luzia do Itanhhy/SE

	Característica
Direção da Expansão	Leste – 70 casas
Tipologia de parcelamento e ocupação	Não
Ocorrência de favelização (intensidade e localização)	Não



Figura 19: Vista Típica de ruas da sede municipal



Figura 20: Igreja da Matriz e Praça



Figura 21: Vista parcial da cidade



Figura 22: Vista típica da ocupação da parte alta da cidade



Figura 23: Sede, área para expansão urbana



Figura 24: Quadra de esportes



Figura 25: Sede, área com loteamento mais recente e área de expansão ao fundo



Figura 26: Área com erosão, próxima à sede do município



Figura 27: Casario no lado oposto da rodovia, apêndice da cidade



Figura 28: Área sem ocupação, próxima à Prefeitura



Crasto

Trata-se de uma vila de pescadores. Possui remanescentes quilombolas, mas que não tem ainda uma articulação com o assunto, tendo sido beneficiados com cestas básicas e construção de 42 casas.

Não tem nenhuma estrutura de comércio e serviço, dependendo da sede e municípios vizinhos, como Estância, para compras e serviços. A população reivindica comércio e serviços no povoado. Ponto de saída das embarcações fluviais para Mangue Seco, vê no turismo a grande âncora para desenvolvimento.

Figura 29: Igreja Abandonada



Figura 30: Área de Alagamento



Figura 31: Esgoto a céu aberto



Piçareira

Comunidade de características rurais, vive de agricultura de subsistência e plantio de laranja.

Figura 32: Rua pavimentada e construção - tipo e de maior porte



Figura 33: Centro comunitário



Figura 34: Rodovia dividindo a comunidade



Areia Branca

Comunidade bem articulada, também de características rurais. Relata com um dos maiores problemas a criação de animais soltos em vias públicas.

Figura 35: Escola vista do campo de futebol – área de lazer da comunidade



Figura 36: Escola vista do campo de futebol – área de lazer da comunidade



Figura 37: Precárias condições de infra-estrutura



Priapu

Assentamento do INCRA. Comunidade bem articulada, Não possui nenhuma estrutura de comércio ou serviços, dependendo do município vizinho, Estância, para compras e serviços.

Figura 38: Campo de futebol e casas



Figura 39: Precárias condições de infra-estrutura



Figura 40: Casa de Farinha da comunidade



Rua da Palha

Trata-se de uma vila de pescadores, com ligação à atividade agrícola. Com condições precárias, é uma das localidades onde há mais carência de habitação, com grande número de casas de taipa.

Figura 41: Casa com roça – típico da comunidade



Figura 42: Ligação direta com atividade agrícola



Figura 43: Lançamento de água servida (esgoto) no quintal



6 CARACTERIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

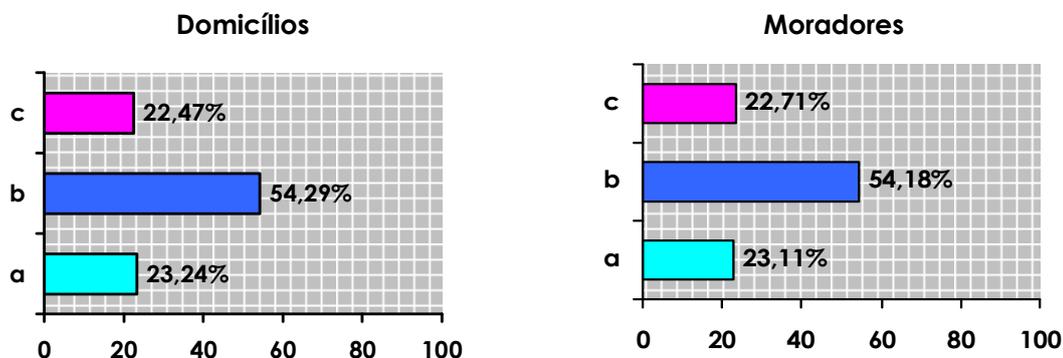
6.1 Abastecimento de água

Tabela 32: Abastecimento de Água 2000, município de Santa Luzia do Itanhhy/SE

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	2.999	13.741
Rede geral (a) 	697	3.120
Rede geral - canalizada em pelo menos um cômodo	609	2.689
Rede geral - canalizada só na propriedade ou terreno	88	431
Poço ou nascente (na propriedade) (b) 	1.628	7.445
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada em pelo menos um cômodo	113	493
Poço ou nascente (na propriedade) - canalizada só na propriedade ou terreno	32	130
Poço ou nascente (na propriedade) - não canalizada	1.483	6.822
Outra forma (c) 	674	3.176
Outra forma - canalizada em pelo menos um cômodo	7	32
Outra forma - canalizada só na propriedade ou terreno	3	17
Outra forma - não canalizada	664	3.127

Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

Gráfico 14: Abastecimento de Água 2000, município de Santa Luzia do Itanhhy/SE



Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

* Informações Metodológicas Abastecimento de Água: O IBGE considerou, durante pesquisa realizada, que o município tivesse rede geral de distribuição de água quando este atendesse a pelo menos um distrito, ou parte dele independentemente da extensão de rede, número de ligações ou de economias abastecidas.

A disponibilidade e qualidade da água potável são graves problemas enfrentados pela população de Santa Luzia do Itanhhy. Os exemplos relatados pela comunidade dão um claro panorama da realidade geral.

Na sede municipal, há água suficiente para atender à demanda da população, mas encontra-se poluída por infiltração de esgoto de casas vizinhas que foram construídas nas proximidades da área de captação. O órgão estadual responsável (DESO) afirma que a qualidade da água é boa, porém, a própria população já remeteu amostras para análise, comprovando a contaminação da água, e iniciando um processo de pressão junto ao órgão para a ligação da rede de água junto à outra fonte de captação.



O assentamento Mocambo relata que não existe água encanada e que a água dos poços não é suficiente para suprir a demanda ao longo do ano.

Em Cajazeiras foi relatado o descaso com a conservação da fonte de água, onde muitas pessoas inclusive lavam roupas.

Em Rua da Palha, nem todas as pessoas têm água encanada. Durante o verão, quando a água escassa, é preciso recorrer à água do poço.

Em Areia Branca não há falta de água, mas dificuldades, já que na seca tem que se buscar água no rio, que vêm sofrendo com poluição. A comunidade aponta que a água das cisternas tem mais qualidade, embora a comunidade faça uso de fossas negras.

Em Piçarreira as águas provem de poço ou cisterna, sendo escassa em época de seca, no verão. A água do poço tem mais qualidade, já que as cisternas ficam perto de fossas negras, devido às dimensões dos lotes; porém, nas cisternas, pode-se ter água encanada.

Em Crasto foram relatados problemas quanto à qualidade da água.

O assentamento Priapu possui poço artesiano, com água de boa qualidade e encanada, ao contrário de São José, que não possui água.

Em Botequim faz-se o uso de cisternas ou da água que vem diretamente do rio, que também sofre com problemas de poluição por esgoto e veneno.



Figura 44: Captação d'água de Santa Luzia do Itanhy

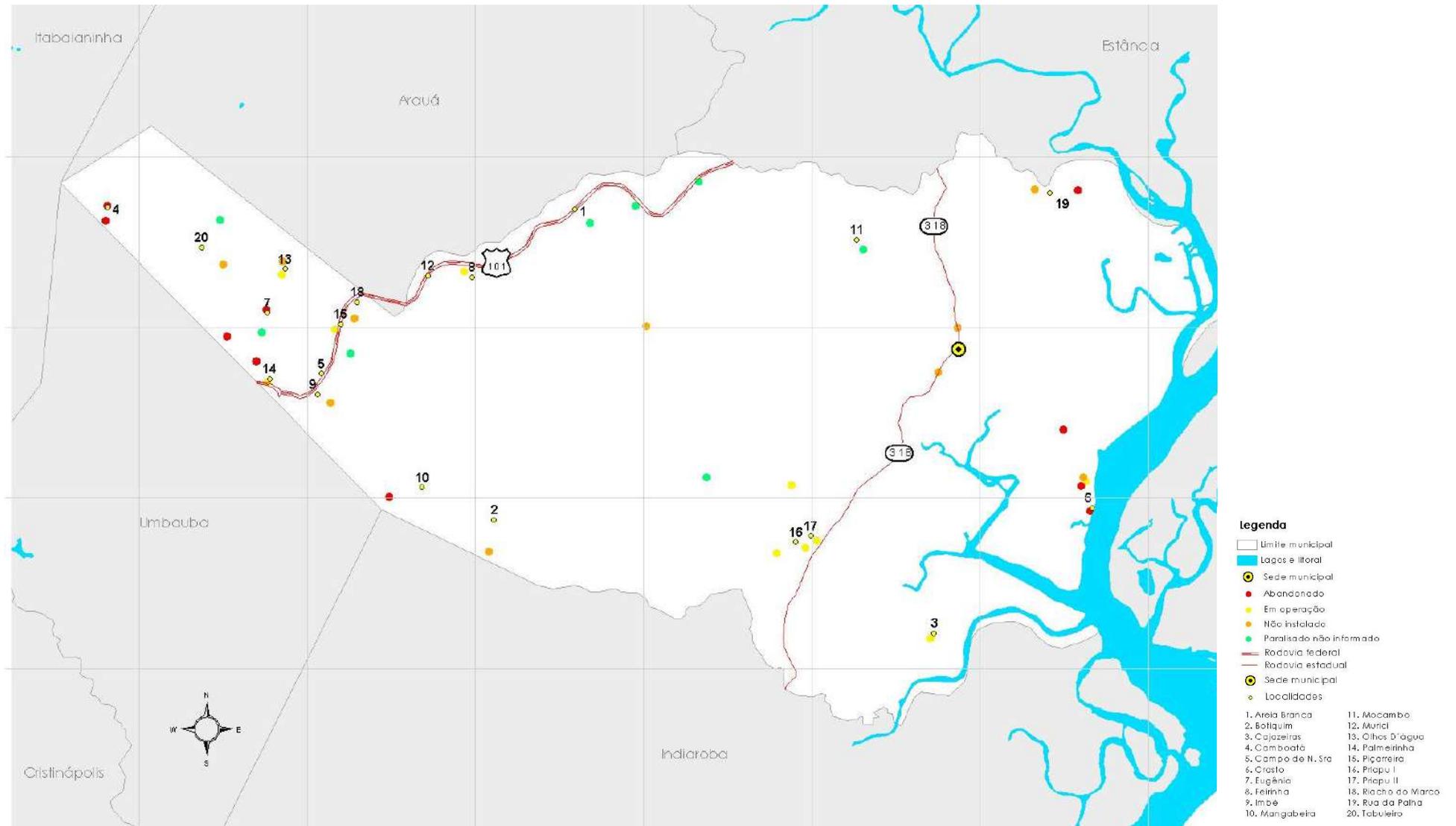
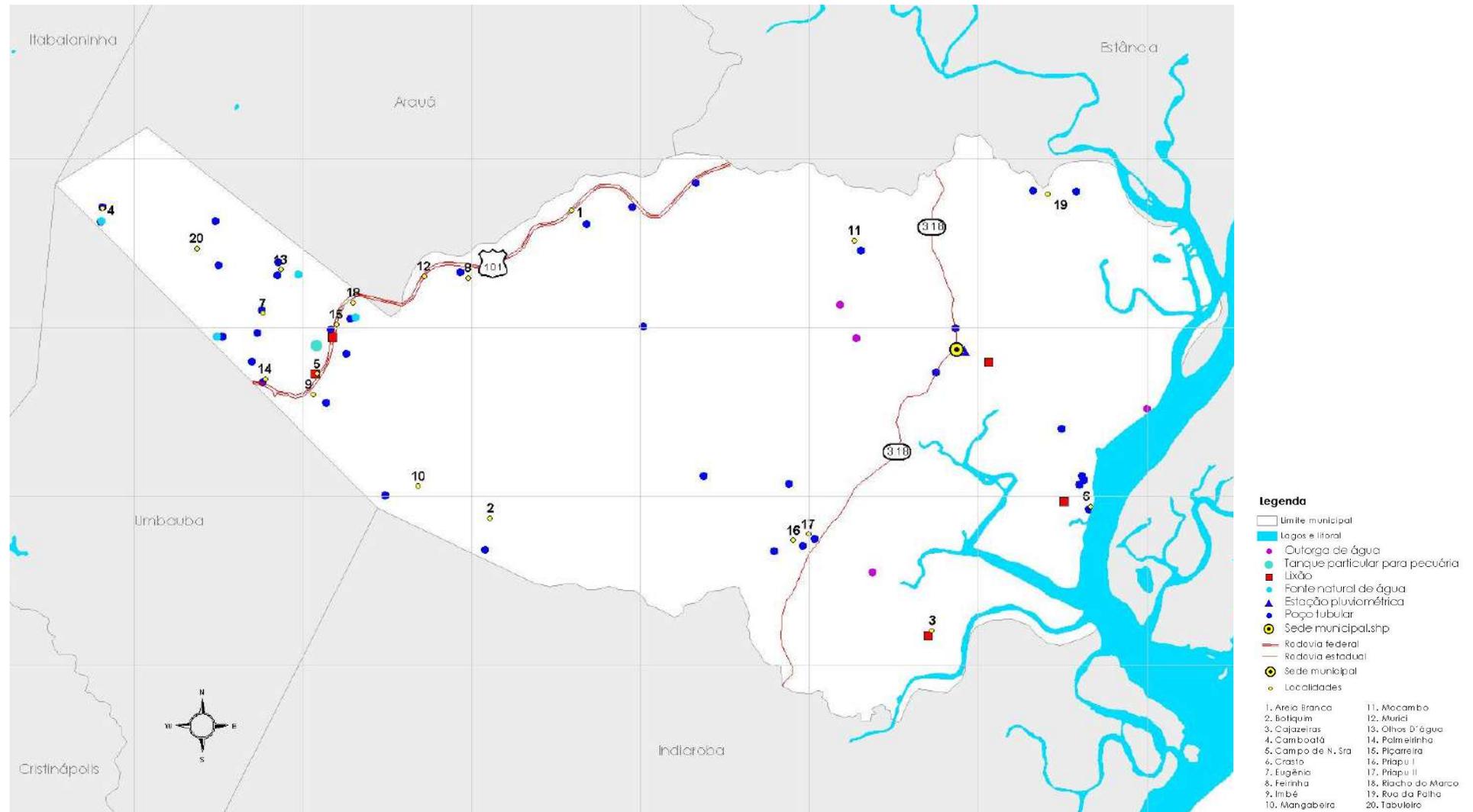


Figura 45: Infra-estrutura de Santa Luzia do Itanhy



6.2 Esgotamento sanitário

O município não possui sistema de esgoto, sendo utilizado sistema de fossa negra nos dejetos do sanitário. Na sede o esgoto é jogado na rua ou no sistema de drenagem, através de ligações clandestinas.

A questão do saneamento básico é grave em todo o município de Santa Luzia.

Nenhum "distrito" ou povoado conta com sistema de esgotamento sanitário.

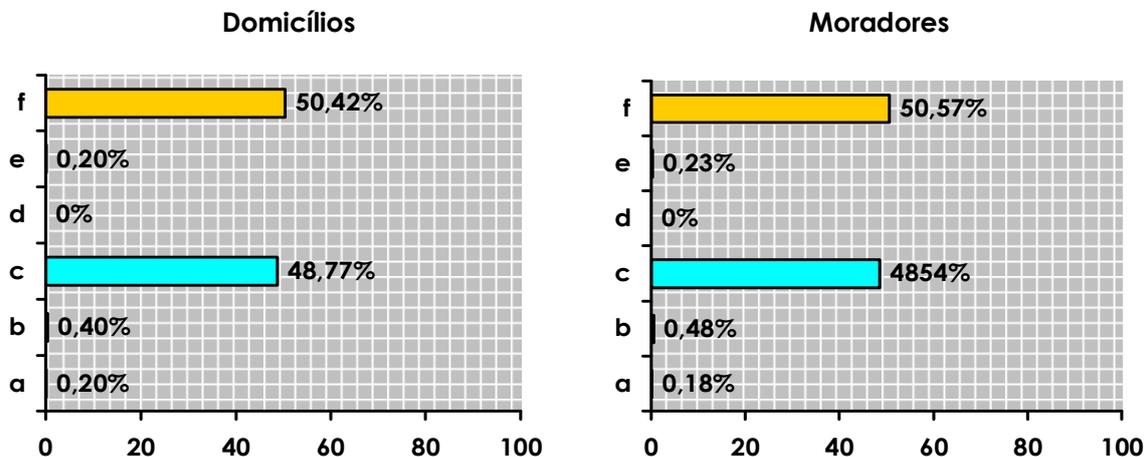
O destino do esgoto é feito em latrinas, fossas negras ou com lançamento a céu aberto.

Tabela 33: Sistema de esgotamento sanitário, 2000. Município de Santa Luzia do Itanh/SE

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	2.999	13.741
Rede geral de esgoto ou pluvial (a) 	6	25
Fossa séptica (b) 	12	65
Fossa rudimentar (c) 	1.452	6.626
Vala	22	89
Rio, lago ou mar (d) 	--	--
Outro escoadouro (e) 	6	32
Não tinham banheiro nem sanitário (f) 	1.501	6.904

Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

Gráfico 15: Sistema de esgotamento sanitário, 2000. Município de Santa Luzia do Itanh/SE



Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

* Informações Metodológicas Esgotamento Sanitário O IBGE considerou, durante pesquisa realizada, que o município tivesse rede coletora de esgoto quando esta atendesse a pelo menos um distrito, ou parte dele independentemente da extensão da rede, número de ligações ou de economias esgotadas.

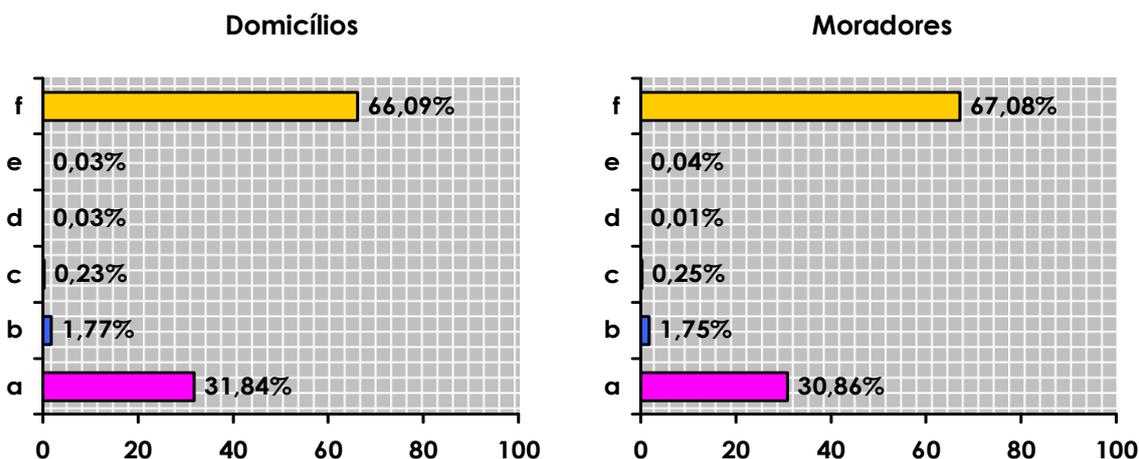


Tabela 34: Número de banheiros nos domicílios 2000. Município de Santa Luzia do Itanhy/SE

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	2.999	13.741
1 banheiro (a)	955	4.241
2 banheiros (b)	53	240
3 banheiros (c)	7	35
4 banheiros (d)	1	2
5 banheiros (e)	1	5
Não tinham (f)	1.982	9.218

Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

Gráfico 16: Número de banheiros nos domicílios 2000. Município de Santa Luzia do Itanhy/SE



Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

Informações Metodológicas Números de Banheiros: O IBGE considerou, durante pesquisa realizada, que o município tivesse banheiros na área do domicílio.

Em relação ao saneamento ambiental, é importante ressaltar a existência de banheiro ou sanitário nos domicílios. Constata-se que a situação do Município é bem pior do que a média do Pólo Costa dos Coqueirias, com cerca de 50% dos domicílios com banheiros ou sanitários, enquanto a média do Pólo é de quase 93% e a do Estado de 75%.

6.3 Drenagem

Existe drenagem pluvial em uma pequena parte da sede municipal que é despejado no rio. Por não ter um sistema de coleta de esgoto, parte da população faz ligações clandestinas da rede de esgoto no sistema de drenagem.

As chuvas acarretam maiores problemas de escoamento para as estradas.



Na sede municipal, em algumas casas que foram construídas em nível muito baixo, ocorrem inundações, mas apenas em caso de chuva muito intensa. A maioria as ruas encontram-se pavimentadas.

Crasto também possui a maioria das ruas pavimentadas, mas existe uma região de alagamento, próximo à maré, com cerca de 10 casas.

Em Piçarreira há algumas ruas pavimentadas.

Em Botequim, Rua da Palha e Cajazeiras, apenas as ruas principais, nas praças são pavimentadas.

Nos demais "distritos", assentamentos e povoados, não foram relatados problemas de alagamento ou inundações por água das chuvas. Não há também qualquer tipo de pavimentação.

6.4 Resíduos Sólidos

Quadro 09: Resíduos Sólidos, 2007. Município de Santa Luzia do Itanhhy/SE

Tipo de Serviço	Característica
Existência de Coleta Domiciliar	Prefeitura
% de atendimento à cidade	40% - 52 povoados
Freqüência	Diariamente
Equipamento de coleta	Caminhão Aberto
Vazadouro (Destino Final)	Lixão – Estância/Araúá
Tratamento (separação, compactação)	Não
Capacidade (total e utilizada)	70m³ por semana
Capacidade (atendimento)	Estância – 11 anos/Araúá – 8 anos
Existência de Coleta Hospitalar	
Destino/ tratamento	Incinerado no posto de saúde
Limpeza Pública	
Freqüência	Diariamente
Equipamento de limpeza utilizado	Carrinho de mão
Vazadouro (onde é jogado)	Lixão de Estância
Órgão responsável	Prefeitura

Fonte: Prefeitura Municipal

O lixo é apontado como um grande problema dentro das comunidades. A regra geral é a prática da queimada do lixo doméstico, geralmente feita nos quintais.

Existem lugares de despejo inapropriados, com acúmulo de lixo, em lugares pontuais dentro das comunidades.

Há lixo espalhado nas beiradas de estradas e em rios, como apontado pela comunidade de Priapu, na nascente do rio Mussurunga, em Botequim, ou mesmo no mangue, segundo a comunidade de Rua da Palha.

Foi relatado o serviço de coleta comum, realizado pela Prefeitura Municipal, em Piçarreira (semanalmente) e na sede municipal. Em Botequim só há coleta nas áreas próximas à praça.

Na sede municipal foi apontada a existência da coleta seletiva individual de lixo.

A população disse, na maioria, desconhecer o destino do lixo coletado.



Em Mocambo é feita a separação individual do lixo, que é vendido para indústrias de reciclagem.

Em Crasto, foi relatada a experiência positiva, com iniciativa da escola, da realização da separação do lixo nas residências. O lixo é processado dentro da comunidade e vendido às indústrias de reciclagem. A renda é revertida para a própria escola.

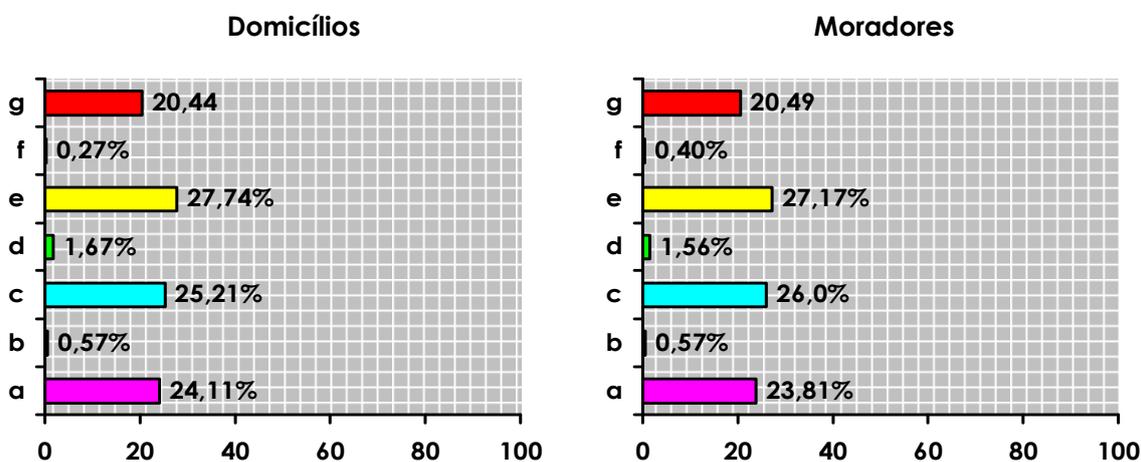
6.4.1 Destino do Lixo

Tabela 35: Destino Final do Lixo, 2000. Município de Santa Luzia do Itanhú/SE

Ano Referência 2000	Domicílios	Moradores
Total	2.999	13.741
Coletado	740	3.350
Coletado por serviço de limpeza (a) 	723	3.272
Coletado em caçamba de serviço de limpeza (b) 	17	78
Queimado (c) 	756	3.572
Enterrado (d) 	50	215
Jogado em terreno baldio ou logradouro (e) 	832	3.734
Jogado em rio, lago ou mar (f) 	8	55
Outro destino (g) 	613	2.815

Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

Gráfico 17: Destino Final do Lixo, 2000. Município de Santa Luzia do Itanhú/SE



Fonte: IBGE/SIDRA em www.cnm.org.br

* Informações Metodológicas Destino do Lixo O IBGE considerou, durante pesquisa realizada, que o município tivesse serviços de limpeza urbana e/ou coleta de lixo quando estes serviços existissem em pelo menos um distrito, ou parte dele independente da cobertura e frequência do serviço.



6.5 Transporte, Trânsito, Circulação e Mobilidade

O município possui um terminal rodoviário e estacionamento para táxi lotação, moto táxi e topic. Não existe terminal hidroviário.

Quadro 10: Empresas intermunicipais transporte coletivo

Ligações cidade/ cidade	Horários
Santa Luzia/Estância/Aracaju	05h30min
Crasto/Santa Luzia/Estância/Aracaju	05h30min
Santa Luzia/Estância	Hora/Hora – 5:00 As 13:00
Santa Luzia/Indiaroba	14:00
Santa Luzia/Crasto/Estância	Diariamente

Fonte: Prefeitura Municipal

Empresas municipais transporte coletivo

Não há empresa de transporte coletivo no município o único sistema municipal de transporte é o do transporte escolar, caso necessite a população recorre aos táxis lotação e as moto táxis.

Quadro 11: Frota 2006 Santa Luzia do Itanhhy - SE

Tipo de Veículo	Quantidade
Automóvel	158
Caminhão	12
Caminhão - Trator	0
Caminhonete	10
Micro-ônibus	5
Motocicleta	73
Motoneta	7
Ônibus	6
Trator de rodas	6

Fontes: Ministério da Justiça, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2006; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Fonte: Ministério da Justiça, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2006
 NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.
 NOTA 2: Atribui-se a expressão "Dado não informado" às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

Mobilidade e Necessidades especiais

Não existe nenhuma infra-estrutura como ciclovia, bicicletário dentre outros que possam facilitar a mobilidade na cidade.

No município as rampas de acesso para deficientes físicos e os rebaixamentos de guia só existem em algumas praças.

Pontos de Conflito

Apesar de possuir vias pouco propícias à circulação tanto de veículos quanto de pedestres, não há pontos de conflito devido ao pequeno fluxo existente no município.



6.6 Energia Elétrica

A responsável pela distribuição de energia é a ENERGIPE. As dificuldades relacionadas à disponibilidade de energia elétrica estão relacionadas à questão da renda, quando o usuário não pode pagar pelo serviço, ou de áreas isoladas onde não passam redes elétricas.

Foram relatados os casos de Tabuleiro, Riacho do Marco, Areia Branca II, Bom Viver, São José, Jibóia, Malícia e Caju, que não possuem energia elétrica.

6.7 Meios de Comunicação

Telefonia

Existe rede de telefonia fixa na sede municipal, porém, nem sempre acessível à população pelo custo financeiro. Quem possui acesso à rede telefônica pode acessar internet discada, dependendo da disponibilidade financeira do usuário.

Na ausência da rede fixa, ou na impossibilidade dos usuários pagarem pelo serviço, há uma grande demanda por orelhões. Os orelhões já existentes foram muitas vezes apontados como ineficientes, já que não funcionam estavelmente.

Rádio e Televisão

A sede municipal possui estação de rádio, que chega ao alcance das demais comunidades. Outras estações regionais, principalmente de Estância e nacionais, de São Paulo, também podem ser sintonizadas. O acesso à televisão é amplo e está relacionado à chegada da energia elétrica nas residências.

Correios

A cidade de Santa Luzia dispõe também do serviço de Correios. As demais comunidades e povoados não possuem ponto de coleta de correspondência nem serviço de entrega, tendo a população que se deslocar até sede para utilizar tal serviço. Muitas vezes os representantes comunitários acabam trazendo a correspondência para suas comunidades, quando de uma eventual visita à cidade.

6.8 Outros Serviços

Cemitérios

Não há cemitério em todas as comunidades do município, apenas na sede municipal, Cajazeiras, Crasto e Rua da Palha, tendo este último sido qualificado como pequeno para a demanda.

Nas demais comunidades acontece o deslocamento para a sede municipal, Umbaúba ou para a cidade de origem.

Bancos

A sede municipal dispõe de serviços bancários através de caixas eletrônicos do Banco do Brasil e Bradesco, posto de atendimento do Banese e unidade lotérica da Caixa Econômica Federal.



Abastecimento e Produção

Quadro 12: Equipamentos de Abastecimento e Produção, 2007. Município de Santa Luzia do Itanh/SE

Equipamentos	Número de Estabelecimentos
Mercado	02
Matadouro	02
Fábrica de Blocetes ou manilhas	Não
Olarías/ fábrica tijolos	Não
Fábrica de Gelo	01
Prefeitura Municipal	01

Quadro 13: Alimentação e Lazer, 2007. Município de Santa Luzia do Itanh/SE

Equipamento	Instalação (ano)
Aimentação - Restaurante	ND
Posto Br-101 - sede	
Bela Vista	
Selma - Crasto	
Rosa – Rua da Palha	
Locais para espetáculos	
Forrodromo Amorzão	2006

6.9 Caracterização da Gestão Municipal

6.9.1 Estrutura da Administração Municipal

A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia prevê o funcionamento de dez Secretarias, quais sejam:

- Saúde;
- Educação;
- Ação Social;
- Infra-estrutura;
- Pesca;
- Agricultura
- Turismo;
- Administração;
- Controle Interno;
- Finanças.

O quantitativo de servidores municipais atende, em princípio, às necessidades do serviço público, notando-se, entretanto, a falta de oportunidades para a sua capacitação e aperfeiçoamento.



Câmara municipal

A Câmara Municipal é composta de 09 (nove) vereadores.

6.9.2 Legislação Municipal

Em relação aos instrumentos de gestão e planejamento, também há grande deficiência, que deve ser sanada com a elaboração do Plano Diretor Municipal e demais instrumentos legais contemplados no presente trabalho.

Quadro 14: Legislação Municipal Principal, 2007. Município de Santa Luzia do Itanhhy/SE

	Característica
Lei Orgânica	Possui
Lei de Parcelamento	Não Possui
Código de Obras	Não Possui

O IPTU é cobrado apenas na sede municipal e no “distrito” de Crasto.

6.9.3 Estrutura das Finanças Municipais

Quanto à composição de finanças públicas, relação entre recursos provenientes de ICMS e do Fundo de Participação, o município de Santa Luzia do Itanhhy encontra-se com grande dependência do Fundo de participação devido à baixa arrecadação de ICMS.

Tabela 36: Finanças Públicas, Receitas 2004 Santa Luzia do Itanhhy - SE

Tipo de Receita	Valor (em reais)
Receita Orçamentárias Realizada	8.002.629,56
Correntes	8.684.620,98
Tributárias	101.069,67
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	5.234,53
Imposto de Sobre Serviços - ISS	37.373,01
Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	11.691,77
Taxas	1.997,62
Melhoria	0,00
Contribuição	0,00
Patrimonial	2.395,74
Industrial	0,00
Agropecuária	0,00
Serviços	0,00
Transferências Correntes	8.546.983,49
Transferência Intergovernamental da União	4.754.339,28
Transferência Intergovernamental do Estado	846.126,91
Dívida Ativa	118,77
Outras Receitas Correntes	34.172,08
Capital	0,00
Crédito	0,00
Realização de Bens	0,00
Transferências de Capital	0,00
Transferências da União	0,00
Transferências dos Estados	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2004; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.



Tabela 37: Finanças Públicas, Despesas 2004 Santa Luzia do Itanhy - SE

Tipo de Despesa	Valor (em reais)
Despesas Orçamentárias Realizada	7.135.018,63
Correntes	6.277.235,45
Outras Despesas Corrente	2.746.215,57
Capital	857.783,18
Investimentos	704.488,73
Inversões Financeiras	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	3.531.019,88
Legislativa	0,00
Judiciária	28.233,00
Administrativa	1.217.626,63

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2004; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Tabela 38: Finanças Públicas, Fundos e Impostos externos ao município 2004 Santa Luzia do Itanhy - SE

Valores de Fundos e Impostos	Reais
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	3.738.939,88
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR	12.803,11
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - repassado aos Municípios	0,00
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef Multigovernamental	347.875,60

Fontes: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Registros Administrativos 2004; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.



PARTE III – A SITUAÇÃO DESEJADA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL



1 A SITUAÇÃO DE PARTIDA

Todos os dados e informações colhidos até agora, a partir da descrição dos meios fisiográfico, biótico e antrópico, podem e devem ser organizados e sistematizados na forma de tabela e a partir das dimensões de inserção regional, ambiental, social, do meio urbano e de gestão.

Com essa reorganização, os dados e informações colhidos para o caso específico do município/cidade de Santa Luzia do Itanhhy, passam a caracterizar o Cenário Atual dessa situação nos termos que se seguem:

Quadro 01: CENÁRIO ATUAL DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA DO ITANHHY – SE

DIMENSÃO	ATRIBUTO
INSERÇÃO REGIONAL	O município localiza-se no litoral sul do estado de Sergipe e está inserido no Pólo Costas dos Coqueirais. Dista aproximadamente 78 km da capital estadual, Aracaju, e 9 km da cidade de Estância, que é seu pólo regional de apoio
	A malha viária intermunicipal possibilita melhor ligação entre a sede municipal e as cidades de Estância e Indiaroba. Os principais acessos são as BR-101 e SE-318. As estradas vicinais são precárias e dificultam a integração entre as regiões e distritos municipais
	Depende dos pólos regionais e apesar de bem localizado, não ocupa papel de destaque dentro do Pólo Costa dos Coqueirais
	O município não possui grande atratividade para investimentos, principalmente pela proximidade com pólos regionais consolidados (Estância) e destinos turísticos reconhecidos nacionalmente (Mangue Seco)
MEIO AMBIENTE	O município está compreendido entre os estuários dos rios Piauí e Indiaroba, com formações naturais de manguezais, e tem o território cortado pelo rio Guararema
	Cerca de 70% do território municipal possui boa oferta de água subterrânea
	O clima é do tipo megatérmico úmido a sub-úmido, com período chuvoso concentrado entre os meses de fevereiro a setembro. A temperatura média é de 24,8°C
	O relevo caracteriza-se por altitudes modestas que se elevam à medida que se caminha para o interior, havendo uma área plana geralmente sujeitas a inundações periódicas, com vegetação de mangues e em direção ao interior, aparecem morros e colinas, com alturas máximas de 120 metros na porção oeste do município
	Possui solos, em geral, de baixa fertilidade e suscetíveis à erosão
	Parte significativa do município está inserida na APA do Litoral Sul
	Existem três RPPNs no município: a mata do Crasto e das fazendas Castelo e Bonfim da Cachoeira
	Não existem unidades de conservação municipais
	Há poluição das fontes de água potável e poços principalmente por esgoto
	Poluição de rios e mangues pelo lançamento de esgoto e lixo doméstico
Assoreamento dos corpos d'água pelo desmatamento ilegal de APPs	
Carcinicultura causa poluição e degradação dos mangues, inclusive com extinção de espécies nativas como o caranguejo	

	Ocorre a caça predatória de animais silvestres, inclusive em áreas protegidas como as RPPNs
	Pesca predatória de caranguejos também contribui para a diminuição da espécie
	A fiscalização ambiental é incipiente
	O município não possui nenhuma política para reciclagem de lixo, mas há iniciativas pontuais, como da escola da comunidade do Crasto
	Santa Luzia possui uma população de 13.948 habitantes, dos quais 81,47% habitam a área rural, segundo o censo de 2000 do IBGE
	A população de Santa Luzia, em geral, possui baixo poder aquisitivo, sendo que grande parte da população é carente e muitas famílias dependem da renda de programas de assistência, como o bolsa família
	Há um grande número de desempregados e é grande o sentimento de insegurança pública
	Existe uma delegacia na sede municipal, mas esta não consegue atender à demanda de todo o território municipal
	O município enfrenta dificuldades na área da saúde pública; apesar de ter postos distribuídos ao longo do território municipal, o atendimento é deficitário e faz-se necessário o deslocamento da população para Estância ou Aracaju
	A educação desponta como o serviço básico que mais tem melhorado nos últimos anos, principalmente no ensino fundamental, tendo contribuído inclusive para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ainda existe a dependência com pólos regionais para o ensino médio, superior e cursos de capacitação
SOCIAL	As maiores dificuldades para educação estão relacionadas à precariedade do transporte escolar, em parte pela má conservação das estradas vicinais
	Não há empresas de transporte no município, estando a população dependente de sistemas alternativos de transporte ou caronas, principalmente nas comunidades em áreas rurais e mais isoladas
	Há grande carência por áreas dedicadas ao esporte e lazer (centros comunitários, quadras, praças). A sede municipal é a única localidade mais bem estruturada neste sentido
	A cultura local se manifesta nas festas religiosas, com destaque para o São João
	Santa Luzia possui acervo cultural arquitetônico, das edificações de antigos engenhos
	As comunidades possuem representatividade através de líderes comunitários, eleitos de forma democrática, porém, a participação popular ainda é incipiente
	A distribuição das terras municipais caracteriza-se pela concentração fundiária das propriedades, dificultando o acesso à terra, quem têm sido objeto de disputa por movimentos sociais como o MST, bastante presente no município
	A grande maioria da população não possui escritura das terras, carecendo de programas de regularização fundiária
	Santa Luzia não possui economia forte, em parte pelo baixo poder aquisitivo de sua população em geral
ECONÔMICA	O setor primário é o principal da economia de Santa Luzia do Itanhj. A população vive basicamente da agricultura familiar e pesca artesanal
	As lavouras de laranja e mandioca aparecem como os principais produtos de plantio



ECONÔMICA	Não há qualquer tipo de cooperativa ou associação que vise melhoria nos setores primários e beneficiamento dos produtos
	A produção agrícola e pesqueira é vendida de maneira individual, em feiras livres na região ou para atravessadores
	Não existem atividades expressivas no setor secundário, embora haja potencial para beneficiamento de produtos agrícolas e pesqueiros
	O comércio local é bastante fraco, não tendo representatividade como atividade econômica
	Grande oferta de mão-de-obra não capacitada
	Potencial para o turismo ecológico, visto que o município possui reservas importantes de mata atlântica (RPPNs) que podem ser exploradas de maneira sustentável
	O município possui uma série de antigos engenhos, que podem ser recuperados para a instalação dum roteiro turístico cultural
	O município tem dificuldade em atrair investimentos, visto sua proximidade com pólos regionais consolidados como Estância ou mesmo Mangue Seco na Bahia, reconhecido destino turístico em nível nacional
URBANÍSTICA	O território municipal organiza-se sobre uma rede de comunidades; a sede municipal (como única área urbana legalmente constituída) e mais sete "distritos", assim chamados por concentrarem serviços de saúde e educação para os povoados circunvizinhos
	A rede viária municipal é formada por estradas vicinais, de terra, mal sinalizadas e conservadas, oferecendo grande dificuldade para locomoção, principalmente à época das chuvas, onde algumas das estradas se tornam intransitáveis
	A sede municipal e a comunidade do Crasto despontam como as localidades com mais características urbanas, com arruamento e loteamentos bem definidos
	A sede municipal possui a maioria das ruas pavimentadas, porém mal sinalizadas, e tem áreas públicas e de lazer (praças, quadras) mais bem estruturadas, servindo ao uso comunitário
	A sede municipal encontra-se dividida pela rodovia SE-318, dificultando a integração entre as duas partes da cidade
	As comunidades em área rural sofrem pela pouca urbanização de áreas de convívio comum e ausência de quadras esportivas
	Na sede municipal, destaca-se a atividade residencial. Existem poucos equipamentos públicos e a atividade comercial é inexpressiva
	Há pouca arborização urbana, com destaque apenas para a praça da matriz, que se constitui como elemento de destaque dentro do panorama urbano da sede municipal
	As localidades possuem fornecimento de energia elétrica, mas há grandes dificuldades com serviços de telefonia fixa e móvel, inclusive com o mau funcionamento e conservação dos telefones públicos
	A disponibilidade de água potável é um grande problema no município, visto que pontos de captação ou não suprem a demanda ou não oferecem água de qualidade. Ocorre a poluição de fontes de água inclusive por esgoto doméstico
	No município inteiro não há rede de esgoto, acontecendo o lançamento a céu aberto, em cursos d'água ou pelo sistema de fossas rudimentares
Existe drenagem pluvial em uma pequena parte da sede municipal, cujas águas coletadas são despejadas no rio. Há ligações clandestinas de esgoto na rede de águas pluviais	

URBANÍSTICA	Existe coleta comum de lixo na sede municipal, mas o serviço não atende com eficiência o município. Há despejo de lixo em rios, mangues e outras áreas. A prática da queimada do lixo doméstico também é recorrente. Apenas a comunidade de Crasto realiza a coleta seletiva por iniciativa da escola, que revende o material para indústrias de reciclagem em outros municípios
	Existência de muitas casas de taipa em diversas localidades
	Há carência por áreas e expansão urbana, principalmente na sede municipal, visto que o Poder Público não detém posse de terras para o crescimento da cidade, porém, não se verificam processos de favelização nas áreas urbanas
	Inclusive pela pouca oferta de lotes, não existem grandes vazios urbanos
	Não existe transporte coletivo no município, apenas para o deslocamento intermunicipal
	A população não é suficientemente atendida por serviços bancários e de Correios, havendo disponibilidade apenas na sede municipal
	Faltam áreas para implantação de cemitérios, visto que os existentes não tem mais condições de comportar a demanda
GESTÃO	Falta ao município um Sistema de Planejamento/Sistema de Informações
	O cadastro municipal deficiente dificulta o conhecimento da situação fundiária, de ocupação e destinação de usos dos loteamentos urbanos
	Grande dependência do Fundo de Participação dos Municípios
	Grande deficiência nos sistemas de arrecadação municipal, como recolhimento de IPTU
	Falta de articulação/parceria com outros municípios da região e do Pólo Costa dos Coqueirais em busca de soluções integradas para problemas comuns

1.1 Análises interna e externa

É a fase que corresponde à identificação e análise das variáveis internas (espaciais, urbanísticas, ambientais, econômicas, sociais e culturais), das quais depende a evolução futura da área objeto de planejamento, ou seja, a avaliação da situação quanto à oferta de educação, saúde, saneamento, transporte, agricultura, comércio, indústria, etc.

A análise destas variáveis permite o levantamento e formalização das FORÇAS (identificação dos fatores potenciais que permitem supor uma capacidade de expansão, crescimento, viabilização de projetos, etc., e que funcionariam como “alavancas” de desenvolvimento) e FRAGILIDADES (debilidades do município e de seus assentamentos urbanos como fatores de regressão, de conflito, de indefinição e/ou superposição de atribuições, etc.), dos quais depende a evolução futura do território.

Trata-se de uma atividade eminentemente avaliativa e conseqüentemente bastante subjetiva, de interpretação dos fatos.

A participação dos atores envolvidos é fundamental, não necessariamente no sentido de definir estas forças e ameaças, mas no sentido de subsidiar o trabalho técnico com apreciações da realidade local pelos atores sociais.

Concomitantemente, é a fase de identificação e análise das variáveis externas ao território objeto do Plano Diretor (municípios vizinhos, microrregião, etc.). Representam, em geral, fatos e ações fora de controle dos atores, mas cujo conhecimento é fundamental



para equacionar adequadamente estratégias de desenvolvimento. Esta etapa corresponde ao posicionamento geopolítico do município e seus assentamentos urbanos em seu marco de interação e identificação com possíveis “competidores” ou “aliados” potenciais.

Com a análise externa, conseguem-se identificar as OPORTUNIDADES e AMEAÇAS nas esferas político, econômico, tecnológico, sócio-político e sócio-cultural.

Na verdade, a análise interna e externa revela a realidade municipal inserida no seu contexto mais amplo e busca o entendimento da complexidade da dinâmica da vida local, em suas diversas dimensões.

É uma análise que pretende contemplar, também, a “temporalidade no espaço e a espacialidade no tempo”, ou seja, os atributos levantados em forças e fragilidades, oportunidades e ameaças não são meramente um registro radiográfico da realidade presente, mas a busca da compreensão do presente como conseqüências de decisões e ações do passado para a definição de um planejamento para o futuro.

A análise desses pontos é capaz de desenhar cenários prospectivos que encaminham decisões a serem assumidas coletivamente.

1.2 Organização das variáveis

Depois de levantados em seminário, com a participação dos atores locais e trabalhados pela equipe técnica, complementando-os sob a ótica técnica, os pontos foram organizados a partir da seguinte orientação:

- **Variáveis internas – FORÇAS E FRAGILIDADES** – relativas ao desenvolvimento municipal e expansão urbana de Santa Luzia;
- **Variáveis externas – OPORTUNIDADES E AMEAÇAS** – Ambiente externo ao município – incontroláveis pelo ambiente interno – dizem respeito a agentes externos a esse ambiente.

FOCO DA ANÁLISE: DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E EXPANSÃO URBANA

(MUNICÍPIO E CIDADE)

CONTEXTO

INSERÇÃO REGIONAL (IR)

MEIO AMBIENTE (A)

TEMAS FOCAIS

ASPECTOS SOCIAIS (S)

ASPECTOS ECONÔMICOS (E)

ESPAÇO URBANO (U)

**ONDE
PLANO
DIRETOR
VAI
ATUAR**



INSTRUMENTOS

GESTÃO (G)

Os pontos levantados, organizados quanto às características de força, fragilidade, oportunidade ou ameaça, foram classificados conforme os componentes a que se



relacionam. Salienta-se que como um mesmo ponto pode ter aspectos de força e aspectos de fragilidade, as características específicas relacionadas à força ou à fragilidade são ressaltadas em cada um dos itens.

A colocação do ponto como força ou fragilidade não significa que todos os aspectos encontram-se enquadrados nos padrões máximos ou mínimos, com todas as necessidades resolvidas ou a resolver, mas sim com a maioria delas pendendo em uma direção.

1.2.1 Forças

Meio Ambiente

MA1. Boas características ambientais:

- Clima não é empecilho para o desenvolvimento;
- Existência de belezas naturais – mata atlântica, mangues;

MA2. Existência de unidades de conservação:

- Interesse na criação de RPPNs garantem a conservação de remanescentes de mata atlântica de importância biológica extremamente alta;

Social

S1. Tradições como atrativos:

- Tradições culturais – dança e festejos;
- São João é destaque para a região;

S2. Sistema educacional mais estruturado:

- Há infra-estrutura para a educação;
- Professores capacitados;
- Houve melhoria nas edificações de muitas escolas;

Econômico

E1. Condições favoráveis para o desenvolvimento nos setores primário e terciário:

- Potencial para produção agropecuária e desenvolvimento de agroindústria;
- Condições de incrementar a pesca;
- Boa oferta de mão-de-obra;
- Fortalecimento da agricultura com a presença dos assentamentos rurais;

E2. Vocação para o turismo:

- Atrativos históricos (antigos engenhos de cana);
- Atrativos naturais (estuários, mangues e mata atlântica);

Espaço Urbano

U1. Sede municipal configura-se como “cidade”:

- Malha urbana da sede é bem definida;
- Não existem grandes vazios urbanos;
- Praça e igreja são pontos de referência;
- Há espaços para esportes e lazer;

U2. Distritos são pontos de apoio para área rural:

- Há postos de saúde na área rural;
- Há escolas em todos os distritos;



Gestão

G1. Início de cultura de participação popular:

- Existência do Conselho de Desenvolvimento;
- Sistema de representação popular por meio de líderes comunitários;

1.2.2 Oportunidades

Inserção Regional

IR1. Localização estratégica:

- Município integra o Pólo Costa dos Coqueirais;

Meio Ambiente

MA1. Meio ambiente favorável as atividade turísticas, de lazer e náutica:

- Presença de belos estuários;
- Existência de mata atlântica de grande interesse biológico;
- Potencial para desenvolvimento do turismo;
- Fácil acesso a pontos de interesse turístico;

Social

S1. Aporte de investimentos federais e estaduais:

- Programas sociais federais/busca de parcerias;

S2. Oferta de curso de capacitação/educação:

- Programas sociais federais/busca de parcerias;

Econômico

E1. Investimento em atividades do setor primário:

- Interesse pela agricultura familiar;

Espaço Urbano

U1. Possibilidade de recursos federais para melhorias urbanas:

- Novos recursos para saneamento básico;
- Recursos para construção de habitações de interesse social;
- Programas federais para implantação de infra-estrutura;

Gestão

G1. Soluções decorrentes de planejamento integrado:

- Inserção do município no Pólo Costa dos Coqueirais;

G2. Possibilidade de políticas públicas para demandas coletivas:

- Instituição do Estatuto da Cidade;
- Consolidação do Fundo Nacional de Habitação;
- Obrigatoriedade da elaboração de Plano Diretor;

1.2.3 Fragilidades

Inserção Regional

IR1. Grande dependência de pólos regionais:

- Necessidade de apoio nas áreas de educação e saúde;



IR2. Acessibilidade interna precária diminui a integração:

- Estradas vicinais de baixa qualidade, que pioram na época das chuvas, diminuem integração no território municipal e prejudicam escoamento da produção;
- Falta ligação mais efetiva com municípios menores vizinhos;

Meio Ambiente

MA1. Carência de mecanismos e instrumentos de preservação ambiental:

- Falta de política pública para coleta seletiva de lixo;
- Falta de implantação de sistemas de saneamento ambiental;
- Falta de controle sobre a destinação do lixo;

MA2. Degradação ambiental por atividades antrópicas:

- Assoreamento de córregos, rios e nascentes;
- Ocupações irregulares em áreas de preservação permanente;
- Poluição de corpos d'água por falta de coleta e tratamento de efluentes;
- Presença de fossas e cisternas próximos a corpos d'água e mananciais subterrâneos;
- Falta de conscientização/educação ambiental;
- Depósitos irregulares de lixo;
- Saneamento básico inexistente;
- Desmatamento de áreas de residuais de mata atlântica;
- Extinção de mariscos nos manguezais por pesca predatória e poluição;

Social

S1. Comunidade e organizações sociais não atuantes:

- Organizações sociais não atuantes;
- Falta de mobilização da comunidade;
- Ausência de cooperativas e outras formas de associações mais atuantes;

S2. Baixo incentivo à cultura e lazer:

- Ausência de áreas de lazer consolidadas em quase todos os distritos;
- Baixo incentivo às manifestações culturais;

S3. Baixo poder aquisitivo da população:

- Desemprego;
- Grande número de pessoas sobrevivendo de programas de apoio (bolsa família);
- Famílias sem renda devido aos impactos ambientais que geram a extinção de caranguejos nos manguezais;

S4. Falta de apoio e oportunidade para crianças e jovens:

- Falta de apoio para crianças cujos pais trabalham fora de casa;
- Drogas;
- Falta de oportunidade para os adolescentes;
- Transporte escolar deficiente prejudica a frequência escolar;

S5. Transporte público não atende a demanda da população:

- Baixa qualidade dos serviços de transporte;
- População depende de transporte alternativo não regulamentado ou de eventuais caronas para se locomover no território municipal ou entre municípios;

S6. Falta de instituições de atendimento ao cidadão:

- Grande demanda por creches;
- Falta de escolas técnicas;
- Carência por melhor apoio técnico para atividades do setor primário;
- Grande sentimento de insegurança pública;

S7. Serviços de saúde insuficientes:

- Faltam postos de saúde;
- Atendimento oferecido não supre a demanda;
- Faltam médicos para o atendimento;
- Ambulâncias deviam estar em pontos estratégicos no território municipal;



S8. Educação ainda carece de mais investimentos:

- Problemas com a distribuição igualitária da merenda escolar;
- Algumas escolas precisam de reformas;

Econômico

E1. Baixo poder econômico da população:

- Baixa oferta de emprego;
- Ampla mão-de-obra sem qualificação;

E2. Baixo incentivo ao desenvolvimento econômico:

- Falta de divulgação das potencialidades;
- Falta de incentivo ao turismo;
- Falta diagnóstico e divulgação dos pontos turísticos;
- Falta de programas municipais para o desenvolvimento rural;
- Baixo incentivo à agricultura;

E3. Dependência econômica de verbas de repasse:

- Poucas oportunidades para geração de renda municipal;
- Produção do setor secundário inexistente;
- Pouca expressividade da iniciativa privada;
- Comércio e serviços incipientes;

Espaço Urbano

U1. Baixa qualidade das habitações:

- Existem muitas casas de taipa;
- Habitações muitas vezes sem infra-estrutura para saneamento;
- Déficit de unidades habitacionais;

U2. Dificuldade para implantar e manter a infra-estrutura:

- Falta de sinalização nas estradas vicinais;
- Falta de comunicação na área rural;
- Depredação de orlhões;
- Limpeza urbana insuficiente;
- Falta de uma política de coleta seletiva de lixo;
- Ruas e estradas vicinais esburacadas e em más condições de conservação;

U3. Abastecimento de água deficiente:

- Qualidade da água comprometida por poluição de resíduos de esgoto;
- Muitos casos de contaminação de fonte de água;
- Oferta de água não supre demanda, sendo escassa para grande parte da população;

U3. Abastecimento de água deficiente:

- Qualidade da água comprometida por poluição de resíduos de esgoto;

Gestão

G1. Baixa capacidade de gestão:

- Falta de recursos materiais para fiscalização;
- Falta de informações municipais sistematizadas;
- Maioria dos imóveis não é regularizada;
- Falta de integração entre as ações dos diversos órgãos municipais;
- Falta de continuidade administrativa;
- Deficiência da arrecadação municipal;

G2. Organização social incipiente e falta de cultura de participação:

- Conselhos não atuantes;



1.2.4 Ameaças

Inserção Regional

IR1. Pólos regionais consolidados:

- Dependência econômica, comercial e social com outros municípios, principalmente Estância;
- Comércio local não tem força para competir com pólos consolidados;
- Baixa atratividade para vinda de novas empresas;

Meio Ambiente

MA1. Significativa deterioração ambiental:

- Falta de incentivo à agricultura sustentável;
- Desmatamentos clandestinos;
- Instalação de carciniculturas por empresas externas;
- Fiscalização ambiental incipiente;

Social

S1. Aumento da violência por exclusão social:

- Crescimento da violência;
- Falta de perspectivas para jovens e adultos;

S2. Assistência social ineficiente:

- Programas de assistência do governo federal não chegam para todos os que necessitam;
- Precariedade do sistema de saúde pública do país em geral;

Econômico

E1. Presença próxima de concorrência forte:

- Mangue Seco – BA é destino turístico nacional consolidado;
- Presença de pólos regionais (Estância e Aracaju) que concentram investimentos;

Espaço Urbano

U1. Falta de equipamentos públicos providos pelo estado, pela federação ou empresas:

- Insuficiência de agências bancárias;
- Serviço de Correios ineficiente para atender a área do município;
- Comunicação via telefonia fixa e móvel muito precária;

Gestão

G1. Baixa credibilidade do poder público:

- Problemas nacionais de corrupção;
- Desinteresse da população sobre questões de gestão pública;
- Falta de continuidade administrativa;

G2. Pouca efetividade das parcerias público-privadas:

- Falta de incentivos para investimentos por parte da sociedade civil;
- Poder público atua como provedor;

G3. Precariedade na oferta de serviços (competência estadual/federal):

- Ineficiência no atendimento para questões de segurança – polícia não chega para resolver os problemas;
- Faltam equipamentos de segurança pública (delegacias e postos policiais);
- Precariedade da saúde pública do país em geral.



1.3 A análise matricial das Forças, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças

A matriz **SWOT** (**S**trengths / **W**eaknesses / **O**pportunities / **T**hreats) ou **FOFA** (**F**orças / **O**portunidades / **F**ragilidades / **A**meaças) é resultado do alinhamento das forças e fragilidades num dos eixos cartesianos e das oportunidades e ameaças no outro, oferecendo a chance de registrar as relações entre os mesmos, nos cruzamentos de linhas e colunas, e analisar suas incidências e uma série de outros aspectos às mesmas vinculados.

A análise destas incidências pode ocorrer em diferentes níveis e com diferentes objetivos.

Esta análise visa:

- a)** Sofisticar o entendimento do modelo de desenvolvimento da situação atual/de partida. O fato de levantar a pergunta se certa força ou fragilidade tem alguma coisa a ver com certas oportunidades e/ou ameaças, ou vice-versa, força de certa forma a formalização de hipóteses explicativas com relação à situação em pauta;
- b)** Reavaliar a pertinência/impertinência das forças e fragilidades, oportunidades e ameaças terem sido elencados como tal. Linhas e/ou colunas com poucas ou nenhuma incidência de cruzamentos podem levar à conclusão de na verdade não representam itens relevantes que devam ser levados em consideração em análises futuras, mais sofisticadas;
- c)** Explicitação das dimensões e atributos caracterizadores (em potencial) dos diferentes cenários possíveis, particularmente do cenário de desenvolvimento sustentável, candidato a ser ratificado como cenário de referência.

Do ponto de vista operativo, vai-se percorrendo as diferentes linhas e/ou colunas e vai-se registrando se existe alguma relação entre os diferentes pontos assinalados. Pode existir a possibilidade de inserir uma primeira qualificação, no sentido de, além de registrar a existência de essa relação, qualificá-la como sendo direta ou indireta, imediata ou não, ou de magnitude forte ou fraca.

Nesse sentido, trabalha-se com números cardinais (0, 1, 2 e 3, por exemplo: 3 representa uma relação direta, forte, e 0 uma relação inexistente) ou com cores (vermelho, laranja, amarelo e branco, por exemplo: vermelho indica uma relação forte e branco uma relação inexistente).

O fato de se trabalhar com números ou cores é que se podem "somar" as incidências e determinar um "grau". A formalização desse "grau" possibilita tirar conclusões com relação à pertinência/impertinência de certos itens terem sido elencados. "Graus" abaixo de certo valor ou com uma incidência de cores mais fracas, possibilitam concluir pela irrelevância dos itens. "Graus" acima de certo valor ou com incidência de cores mais fortes, estariam assinalando a possibilidade de ter encontrado uma linha estratégica, em torno da qual será possível ou interessante estruturar prioridades.

A partir da análise da incidência destes cruzamentos representativos de relações existe a possibilidade, também, tal como colocado, de balizar uma primeira descrição de possíveis cenários. Assim, a tese destas incidências se distribuírem de forma relativamente homogênea nos quatro quadrantes formalizados pela matriz e permite alinhar um cenário tendencial, com fortes possibilidades de ocorrer se nenhuma atitude/medida for tomada no sentido de corrigir o processo. Se estas incidências se concentrarem no primeiro quadrante (do cruzamento dos pontos fortes com as oportunidades), existe uma chance, desde que assumida como tal, de delinear um cenário de desenvolvimento, que será sustentável ou não dependendo das políticas, programas e ações constituintes de



um plano como o que se encontra em pauta. Se as incidências maiores ocorrerem nos quadrantes restantes, e não forem tomadas ou não puderem ser tomadas atitudes/medidas compensatórias, caminhar-se-ia para cenários de estagnação ou regressão, vinculados aos conceitos de crescimento, manutenção e luta pela sobrevivência.

1.4 Leitura da matriz SWOT/FOFA para Santa Luzia do Itanhú

Para análise e leitura da matriz foi preparada uma versão incorporando todos os pontos identificados como forças, fragilidades, oportunidades e ameaças, organizados em acordo com os temas: inserção regional, meio ambiente, meio social, meio econômico, meio urbano e gestão institucional.

A leitura da matriz deu-se em decorrência:

- a) das características próprias de cada quadrante (figura 01);
- b) da intensidade e agrupamento das incidências (figura 02).

Esse exercício técnico permitiu a avaliação de cada um dos aspectos de interferência na situação atual vivenciada.

A metodologia aplicada estabeleceu três parâmetros para a marcação de interferência:

forte	indicação de	cor vermelha
médio	indicação de	cor laranja
fraco	indicação de	cor amarela
inexistente	indicação de	cor branca

A figura 03 apresenta o resultado gráfico dessa rodada de análise.

Figura 01: Matriz FOFA – das características próprias de cada quadrante



Figura 02: Matriz FOFA – da intensidade e agrupamento das incidências

Exemplo: Inserção Regional

Condições Ambientais

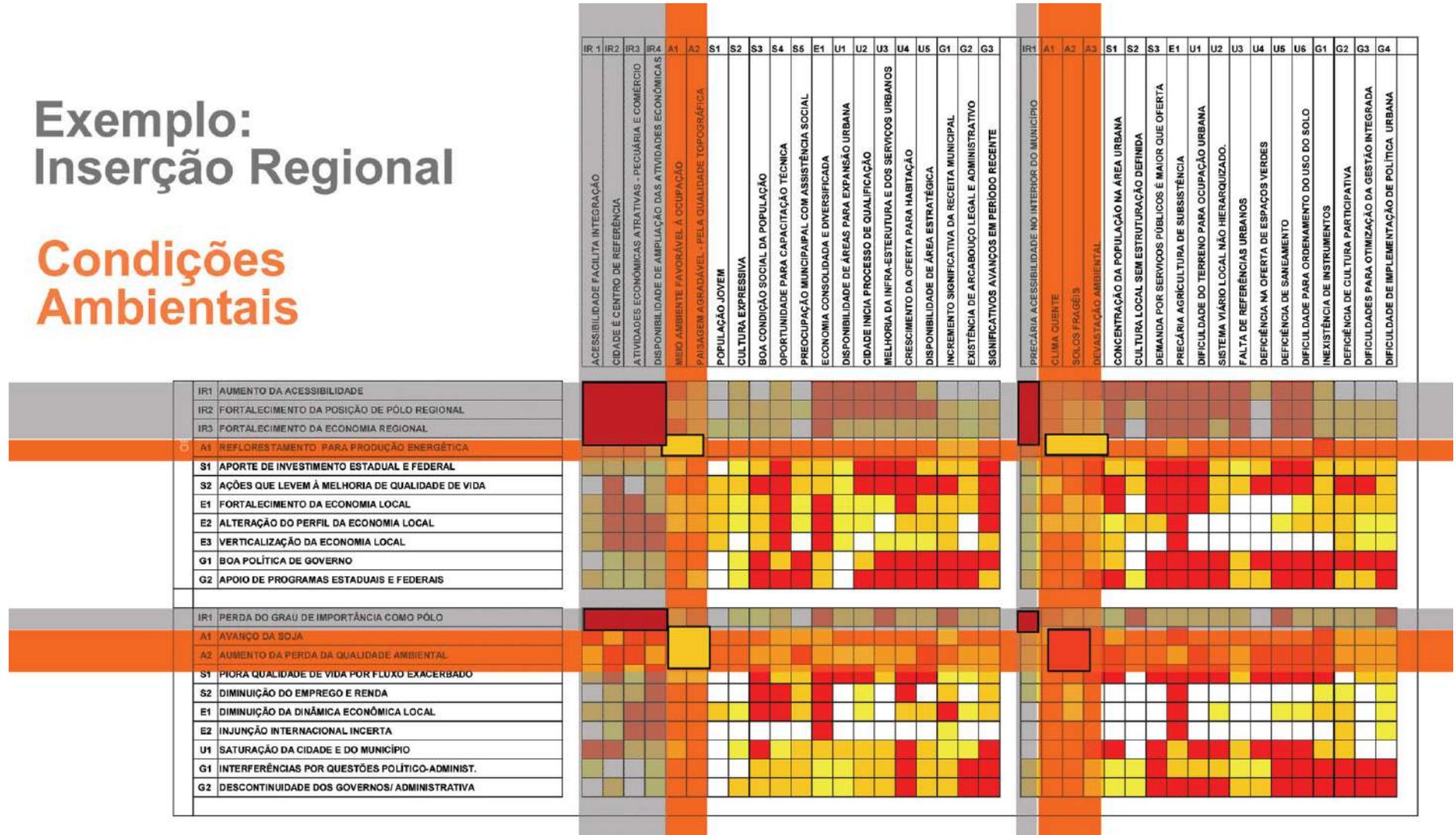


Figura 03: Matriz FOFA de Santa Luzia do Itanhý

		FORÇAS											FRAGILIDADES																			
		IR1	MA1	MA2	S1	S2	E1	E2	U1	U2	G1	IR1	IR2	MA1	MA2	S1	S2	S3	S4	S5	S6	S7	S8	E1	E2	E3	U1	U2	U3	G1	G2	
		Boas características ambientais Existência de unidades de conservação Tradições como atrativos Sistema educacional estruturado Condições favoráveis para o desenvolvimento nos setores primário e terciário Vocação para o turismo Sede municipal configura-se como "cidade" Distritos são pontos de apoio para área rural Início de cultura de participação popular Grande dependência de pólos regionais Acessibilidade interna precária diminui integração Carência de mecanismos e instrumentos de preservação ambiental Degradação ambiental por atividades antípicas Comunidade e organizações sociais não atuantes Baixos incentivos à cultura e lazer Baixo poder aquisitivo da população Falta de apoio e oportunidade para crianças e jovens Transporte público não atende a população Falta de instituições de atendimento ao cidadão Serviços de saúde ineficientes Educação ainda carece de mais investimentos Baixo poder econômico da população Baixo incentivo ao desenvolvimento econômico Dependência econômica de verbas de repasse Baixa qualidade das habitações Dificuldade para implantar e manter a infra-estrutura Abastecimento de água deficiente Baixa capacidade de gestão Organização social incipiente e falta de cultura de participação																														
OPORTUNIDADES	IR1	Localização estratégica																														
	MA1	Meio ambiente favorável às atividade turísticas, de lazer e náutica																														
	S1	Aporte de investimentos federais e estaduais																														
	S2	Oferta de cursos de capacitação/educação																														
	E1	Investimentos nas atividades do setor primário																														
	U1	Possibilidade de recursos federais para melhorias urbanas																														
	G1	Soluções decorrentes de planejamento integrado																														
AMEAÇAS	G2	Possibilidades de políticas públicas para demandas coletivas																														
	IR1	Pólos regionais consolidados																														
	MA1	Significativa deterioração ambiental																														
	S1	Aumento da violência por exclusão social																														
	S2	Assistência social ineficiente																														
	E1	Presença próxima de concorrência forte																														
	U1	Falta de equip. urbanos providos pelo estado, União ou empresas																														
	G1	Baixa credibilidade do poder público																														
	G2	Pouca efetividade das parcerias público-privadas																														
	G3	Precariedade na oferta de serviços (competência estadual/federal)																														

2 OS CENÁRIOS POSSÍVEIS

O cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado município ou cidade e da trajetória a ser percorrida a partir da situação atual verificada. Ele deve ocorrer em nível regional, municipal e urbano. Não prediz o futuro, apenas organiza, sistematiza e delimita as incertezas, explorando os pontos de mudança ou de manutenção de rumos para uma determinada evolução de situações, com base no aproveitamento das oportunidades e vantagens observadas, tentando evitar os riscos e neutralizar as fragilidades atuais.

Não é uma realidade futura e, sim, um meio de orientar a ação presente, à luz de futuros possíveis e desejáveis. Um cenário bem construído explicita com clareza uma situação possível e provável e identifica alternativas para o desenvolvimento em direção ao futuro pretendido.

A construção de cenários alternativos de desenvolvimento ocorre a partir da combinação das diversas tendências das variáveis levantadas (dados e informações do cenário atual, pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos etc.), tal como alinhavado da fase anterior.

Os cenários têm a capacidade de construir visões globais que contemplam os aspectos econômicos, sociais, físico-ambientais, urbanísticos e político-institucionais.

A caracterização do modelo de desenvolvimento da situação atual e a identificação dos fatores facilitadores e limitantes ao desenvolvimento possibilitam a construção de cenários futuros distintos para o desenvolvimento municipal. São vários os cenários possíveis:

O CENÁRIO TENDENCIAL

Neste cenário, o município continua sob influência das atuais condicionantes: os fatores externos regionais, nacionais e até internacionais.

O CENÁRIO DE ESTAGNAÇÃO E/OU O CENÁRIO REGRESSIVO

Neste cenário, o município sofre a injunção de toda uma série de fatores externos regionais, nacionais e internacionais negativos.

O CENÁRIO IDEAL

Trata-se realmente de um cenário utópico, perfeito, que funciona como um registro da melhor direção a ser seguida. Por tratar-se de um horizonte, provavelmente ele nunca será atingido, pois jamais chegará a ser concretizado. Mas representa uma direção única, que orientará todas as ações possíveis, que se somarão nesse caminho.

O CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste cenário, o Poder Público, a sociedade e a iniciativa privada fazem um pacto para planejar o seu futuro e organizar de forma acertada o conjunto de ações que nortearão as condutas dos diferentes atores. É um cenário de parcerias. A moldura dentro da qual esta parceria ocorre parte do pressuposto que uma série de fatores se dão a partir de uma injunção favorável. Nesse sentido, este cenário delinea um futuro no curto e médio prazos:

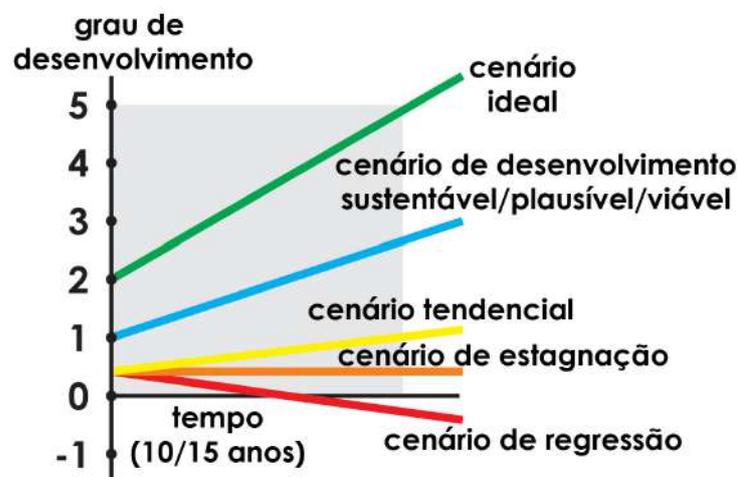


- **Desejável** pelos diferentes atores envolvidos e,
- **Plausível** ou viável, em função das potencialidades e restrições verificadas, bem como dos recursos disponíveis para valorizar as primeiras e neutralizar as segundas.

É um cenário que é balizado e negociado/pactuado e que ocorre numa situação intermediária entre o cenário tendencial e o cenário ideal.

Parte-se do pressuposto que as sociedades humanas são racionais e, portanto, desejarão e se engajarão num cenário de desenvolvimento, portanto a seleção do cenário/quadro de referência é menos uma escolha e muito mais a confirmação/ratificação de uma atitude de construção coletiva do futuro.

Figura 04: Cenários possíveis



Nesse sentido, os restantes cenários, tal como balizados, se apresentam como uma instância didática, com o objetivo de explicitar as vantagens e desvantagens da admissão do cenário de desenvolvimento, suas implicações, custos sociais, etc.

Ratificado o cenário, cabe o desdobramento e detalhamento nas dimensões de inserção regional, ambiental, social, econômica, do meio urbano e de gestão, de modo a preparar a caracterização do “Modelo de Desenvolvimento da Situação Futura”, situação tal como ela deveria ser, situação de chegada ou “cenário futuro”. O mesmo deverá assumir, portanto, formato semelhante ao da caracterização da situação de partida, cenário atual, nos termos que se seguem.



3 O CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É um cenário otimista, que pressupõe um contexto econômico estável no âmbito mundial, nacional e regional, com possibilidades de gerar investimentos. Como reflexo, pode-se pressupor uma economia local mais dinâmica, com melhoria considerável da capacidade de investimentos por parte da administração local e aumento da atratividade para os investidores privados, o que trará como consequência, a elevação dos índices de desenvolvimento humano.

Este cenário viabilizar-se-á com maior ou menor intensidade se na próxima década:

- 1 – O Pólo Costa dos coqueiros for efetivado na região, por parte dos atores públicos e privados envolvidos de todas as esferas (municipal e estadual) com ações que promovam sua implantação;
- 2 – O município evoluir economicamente, de forma dinâmica e visando taxas de desenvolvimento crescentes;
- 3 – Os interesses municipais visarem uma diversificação na geração de emprego e renda, com o incentivo às atividades agroindustriais, com destaque à agricultura familiar, além do turismo local;
- 4 – A preservação ambiental no município for tratada com seriedade, tendo ações de planejamento e gestão que condizentes com o paradigma atual;
- 5 – Houver melhorias nas necessidades básicas da população, como educação, saúde, infra-estrutura, entre outros, para que haja um aumento no índice de desenvolvimento humano da região;
- 6 – For implementado um processo participativo de planejamento e gestão urbana, no qual a população se insere como ator nos processos.

Quadro 02: CENÁRIO FUTURO / DE REFERÊNCIA

DIMENSÃO	ATRIBUTO
INSERÇÃO REGIONAL	Melhoria da rede viária intramunicipal, promovendo uma fácil interligação entre os distritos e a sede municipal
	Beneficiamento municipal do status de integrante do Pólo Costa dos Coqueiros, principalmente no tocante às atividades relacionadas ao turismo, tendo como resultado o fortalecimento regional
	Realização de parcerias intemunicipais para solução de problemas relacionados à pólos limítrofes com o município e regionalmente significativos.
AMBIENTAL	Manutenção responsável (com ações de preservação e recuperação) dos manguezais, principalmente dos rio Piauí e Guararema.
	Fiscalização nas áreas de preservação permanente (incluindo manguezais), com vistas à redução das invasões e conseqüente manutenção na qualidade ambiental dos cursos d'água.
	Elaboração do plano de manejo da APA do Litoral Sul, subsidiando nas diretrizes no uso e ocupação sustentável do solo na área abrangida pelo município.
	A correta destinação dos resíduos (sólidos e líquidos) provenientes da ocupação e atividades urbanas e rurais diminuem os impactos negativos relacionados à poluição dos recursos hídricos.



AMBIENTAL	Elaboração de campanhas de educação ambiental para promoção do uso sustentável do solo e dos demais recursos naturais.
	Estímulo à criação de áreas de preservação (municipais e particulares) com o intuito de manutenção e uso do potencial turístico-ecológico.
	Estimula-se a agricultura familiar orgânica em detrimento da tradicional.
SOCIAL	Há um aumento do número de empregos gerados no contexto municipal , além do incentivo a atividades alternativas.
	Diminuição da violência com o aumento da qualidade de vida da população.
	Há um incremento nos serviços públicos urbanos, providos por todas as esferas do poder, por meio de programas com destinação de recursos específicos
	Existe uma organização da sociedade civil, que torna-se mais atuante, capaz de exigir, cobrar direitos e participar nas decisões públicas
	Incentivo à criação de cursos técnicos profissionalizantes com enfoque para as necessidades do município
	A ampliação dos serviços de educação e saúde no município diminui a dependência desse em relação aos pólos regionais
	O resgate das tradições populares fortalecem a identidade cultural, promovendo o aumento da auto-estima da população
	A ampliação dos serviços de transporte público intermunicipal e intramunicipal contribui para a mobilidade da população dos povoados e distritos de todo território do município
	Promovem-se ações de facilitação do acesso à terra, por meio da viabilização de programas de regularização fundiária e assentamentos rurais
ECONÔMICA	Incentivam-se e consolidam-se atividades do setor primário da economia, com a promoção de valor agregado aos produtos
	Promove-se a instalação de indústrias de beneficiamento de produtos agropecuários e pesqueiros de pequeno porte
	O município cria políticas de incentivo para a formação de recursos humanos e associação em cooperativas principalmente nas áreas da agricultura familiar e pesca artesanal
	Há um incentivo da prática de ecoturismo (sustentável e controlado) nas áreas remanescentes de mata nativa, além da exploração dos recursos naturais e paisagísticos das áreas de estuário do rio Piauí
	O município entra no mercado de turismo oferecendo rotas alternativas de passeios e atrativos
	Promove-se o incremento do comércio com o aumento do turismo no município, que atenderá também a população local que, com melhor renda, passa a ter mais poder de consumo
URBANÍSTICA	Incentiva-se a ocupação de áreas com boa qualidade sócio-ambiental, evitando-se a ocupações em áreas de preservação e manguezais, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, a fim de garantir o uso sustentável do território municipal
	É construído sistema de captação e distribuição de água potável para a população rural e urbana



URBANÍSTICA	É construída a infra-estrutura urbana básica, como aterro sanitário, sistema de tratamento de esgoto, drenagem pluvial e abastecimento de água, buscando alternativas para a utilização de fossas negras nas áreas rurais
	Promove-se a regularização fundiária nas áreas urbana e rural, além da implementação do sistema de cadastro municipal
	São efetivadas as áreas públicas de lazer da população em todo o município (sede e distritos), além da urbanização de praças e consolidação de áreas de convivência
	São colocadas as placas de sinalização das estradas e indicação de localização de povoados e distritos
	Consolida-se o sistema de transporte público para todo o município, além da manutenção das estradas vicinais existentes promovendo-se a integração intramunicipal
	São indicadas as áreas prioritárias para expansão urbana da sede municipal
	Os distritos existentes na área rural tornam-se núcleos de apoio, promovendo a implementação definitiva dos serviços públicos principalmente relacionados à saúde e educação
GESTÃO	Prioriza-se a implementação do sistema de arrecadação municipal para maior independência em relação ao repasse de verbas
	Há uma fiscalização atuante em relação à ocupação de áreas prioritárias para preservação ambiental, além da ocupação inadequada de áreas urbanas.
	Promove-se o fortalecimento das relações intermunicipais por meio de consórcios para a solução de problemas comuns
	Com a elaboração do Plano Diretor, acontece um espaço de discussão entre os distritos e a sede municipal, além dos atores públicos e privados com o objetivo de compatibilizar ações prioritárias.
	Incentivo ao aperfeiçoamento dos funcionários relacionado ao município, contribuindo para melhor gestão municipal
	É criado o Sistema de Planejamento e correspondente Sistema de Informações incorporando o Sistema de Cadastro Municipal

4 DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO E CIDADE DESEJADOS

4.1 O Plano Diretor como instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano

A Constituição Federal, ao tratar da política urbana, determina, em seu artigo 182, que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, tendo como finalidade principal a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de cada cidade. A promoção dessa política está na esfera da competência municipal. Cabe ao Plano Diretor garantir o cumprimento do preceito constitucional de garantia da função social da cidade e da propriedade urbana.

A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2000 – Estatuto da Cidade, ao regulamentar a política para o desenvolvimento e expansão urbana, estabelece as diretrizes para a implementação dessa política.

A política de desenvolvimento municipal de Santa Luzia do Itanhú, formulada por este Plano Diretor, contemplará os aspectos de inserção regional, ambiental, social, econômico, urbano e de gestão, relativos ao município, com especial enfoque ao



desenvolvimento municipal e fortalecimento dos distritos, resultante da interação destes aspectos e fruto da construção coletiva pelos atores locais de um cenário futuro desejável e viável.

4.2 O objetivo central para o município

O Plano Diretor Municipal de Santa Luzia do Itanhy tem como objetivo central, assegurar o bem-estar de seus habitantes, a partir da promoção do desenvolvimento sustentável do município, do ordenamento do pleno desenvolvimento das **funções sócio-ambientais da cidade** e da **propriedade**, do município e do seu entorno.

O objetivo central constitui-se em um "lema", com valores simbólicos locais, agindo como o grande elemento aglutinador dos diferentes interesses representados nos diversos grupos da sociedade civil.

Após os vários estudos, análises e discussões com a sociedade local, define-se como objetivo central específico para o município e cidade de Santa Luzia do Itanhy:

SANTA LUZIA DO ITANHY COMO:

PÓLO MODELO DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E RECUPERAÇÃO DOS ECOSISTEMAS REMANESCENTES DO LITORAL SERGIPANO, VOLTADO AO DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO SUSTENTÁVEL E TURISMO RURAL HISTÓRICO.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM AGRICULTURA FAMILIAR E BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E EXTRATIVISTAS.

4.3 Os Princípios

Os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor são:

- **Da função social da propriedade** – ações, metas e medidas estabelecidas no Plano Diretor devem ter, no mínimo, um equilíbrio entre as formas de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social e humano da cidade. Centrado nesse princípio, O plano em elaboração deve buscar redirecionar recursos e riquezas de forma mais justa, de modo a combater as situações de desigualdade econômica e social vivenciadas, não só em Santa Luzia, mas de forma geral, em todas as cidades brasileiras. Significa a vinculação do desenvolvimento urbano, com o direito ao meio ambiente, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, voltado para eliminar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais;
- **Do desenvolvimento sustentável** – visão de que as pessoas são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza. Entende-se ainda que o desenvolvimento do município somente poderá ser considerado sustentável se estiver voltado para a eliminação da pobreza e redução das desigualdades sociais. Pensar na melhoria do meio-ambiente significa o pleno atendimento do objetivo de enfrentar as causas da pobreza, que afeta a maioria da população que vive nas cidades e zonas rurais do Brasil;
- **Das funções sociais da cidade** – aplicação de medidas mediadoras da intensa litigiosidade dos conflitos urbanos, como o caso de preservação de bacias e mananciais, utilização de áreas públicas e verdes para fins de moradia, e destinação de áreas para finalidades essenciais. Permite que, por meio do Plano



Diretor, o Poder Público Municipal possa exigir o cumprimento do dever do proprietário, o seu direito em benefício da coletividade, que implica numa destinação concreta do seu imóvel para atender um interesse social;

- **Da igualdade e justiça social** – promoção de ações voltadas à garantia do direito de todos, referência para impedir medidas e ações dos agentes públicos e privados que gerem situações de segregação e exclusão de grupos e comunidades carentes. Enquanto essa população não tiver acesso à moradia, transporte público, saneamento, cultura, lazer, segurança, educação, saúde, não haverá como postular a defesa de que há igualdade e justiça social e que a cidade esteja atendendo à sua função social;
- **Da participação popular** – incorporação da concepção de planejamento prevista na Constituição Federal, por meio de mecanismos estabelecidos no Estatuto da Cidade: promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade; publicidade quanto aos documentos e informações produzidas; o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. O direito político de participação como um direito individual deve ser observado pelo Poder Público Municipal tanto no processo de elaboração do Plano Diretor, como – e principalmente – no processo de sua implementação. Sistemas de gestão democrática devem ser constituídos por lei.

4.4 As Diretrizes

A Política Urbana a ser implementada através das proposições do Plano Diretor deverá concretizar os objetivos e princípios acima abordados, mediante as seguintes diretrizes gerais que serão levadas em consideração para formalizar as linhas estratégicas estruturais do plano, assim como balizar as correspondentes estratégias. Como elas provêm a Constituição Federal e do Estatuto da Cidade (Art. 2º) (levando em consideração a Agenda 21 e a Agenda Habitat), elas representam diretrizes para as políticas urbanas de todos os municípios brasileiros, em princípio, e podem ser relacionados a priori nos termos que se seguem:

- I. garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II. gestão democrática por meio de participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e municipal;
- III. cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- IV. planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio-ambiente;
- V. oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;



- VI. ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
 - b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
 - c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana;
 - d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem previsão da infra-estrutura correspondente;
 - e) a retenção especulativa do imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
 - f) a deterioração das áreas urbanizadas;
 - g) a poluição e degradação ambiental.
- VII. a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do município e do território sob sua área de influência;
- VIII. a adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e do território sob a sua área de influência;
- IX. justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- X. adequação dos instrumentos da política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;
- XI. recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- XII. proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- XIII. audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;
- XIV. regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificações, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
- XV. simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta de lotes e unidades habitacionais; e
- XVI. isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.



As diretrizes gerais tais como expostas, são praticamente genéricas. Não obstante, é necessário formalizá-las, já que seu desdobramento possibilita a formulação de diretrizes para a futura elaboração de planos setoriais (para equipamentos de educação e saúde, para o saneamento básico, para a habitação, para a circulação viária e transportes públicos, para a energia elétrica e iluminação pública, para o desenvolvimento turístico, para os esportes, lazer e recreação, etc.). O desafio existente é o de especificar estas diretrizes gerais para a situação particular em pauta: do município e da cidade de Santa Luzia e seus distritos.

Em decorrência, uma leitura e análise da matriz FOFA tal como especificada para o município e cidade de Santa Luzia do Itanhy e seus distritos, à luz das diretrizes norteadoras destiladas do Estatuto da Cidade possibilita formalizar linhas estratégicas apresentadas a seguir.

4.5 As Linhas Estratégicas

Dado o exposto, baseado no objetivo geral do trabalho, foram identificadas as seguintes linhas estratégicas:

- L 1** Preservação ambiental e valorização do ambiente construído;
- L 2** Assegurar o direito à saúde, educação e segurança pública de qualidade e favorecer o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer a toda a população;
- L 3** Elaboração de programas que promovam o desenvolvimento regional, com base nos princípios para o Pólo Costa dos Coqueirais;
- L 4** Promover a formação de mão-de-obra qualificada voltada às vocações locais.
- L 5** Promover um planejamento municipal respeitando as vocações de cada localidade;
- L 6** Tornar o município mais independente de verbas de repasse com sistemas de arrecadação municipal mais eficiente;
- L 7** Rever o limite do perímetro urbano da sede municipal e consolidar os distritos como núcleos de apoio ao meio rural;
- L 8** Garantir o direito à mobilidade e comunicabilidade da população, melhorando e reforçando o sistema viário municipal, bem como os serviços de comunicação;
- L 9** Promover a interação entre o poder público, a iniciativa privada e a população para fortalecimento dos processos de planejamento e gestão eficazes;
- L 10** Promover atividades diferenciadas para fortalecimento da economia, como o beneficiamento agrícola, o incentivo ao turismo e o desenvolvimento do comércio e serviços;
- L 11** Efetivar a regularização fundiária, garantindo o direito à propriedade;

As linhas estratégicas são implementadas por meio de programas, projetos e atividades específicas, sendo apresentados a seguir os principais itens pertinentes a cada Linha Estratégica.



L 1 A preservação ambiental e valorização do ambiente construído será feita mediante:

- incentivo ao pequeno produtor e à agricultura familiar;
- preservação, revitalização e manejo das nascentes.
- criação de unidades de conservação, inclusive particulares, e parques municipais;
- valorização da área rural área de interesse ambiental e social;
- incentivo ao ecoturismo como instrumento de promoção da consciência ambiental;
- implantação de políticas ambientais e fiscalização mais eficientes pelos órgãos ambientais responsáveis, inclusive por parte de iniciativa municipal;
- implantação de sistemas adequados de tratamento de esgoto e destinação final de resíduos sólidos;
- elaboração do plano de manejo e zoneamento da APA do Litoral Sul;
- implementar a educação ambiental como parte integrante do currículo escolar das escolas municipais;
- preservação/recuperação das áreas de preservação permanente;
- promoção de um desenvolvimento ambientalmente sustentável;
- participação popular em processos de expedição de licença ambiental, principalmente no tocante à implantação de projetos de aqüicultura;

L 2 Assegurar o direito à saúde, educação e segurança pública de qualidade e favorecer o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer a toda a população será feito mediante:

- incremento nos equipamentos de saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer;
- compra de ambulâncias para os principais núcleos da zona rural;
- aumento do efetivo dos programas Saúde da Família – PSF e de saúde bucal;
- incremento do efetivo de transporte escolar, além de melhoramento da qualidade;
- ampliação e reforma dos prédios de escolas municipais;
- montagem de laboratórios de informática nas escolas municipais;
- aumento do número de professores da rede municipal de educação;
- incentivo à criação de creches capacitadas, inclusive por entidades não governamentais;
- criação de novas áreas de lazer, além da recuperação e consolidação das áreas já existentes nas zonas urbana e rural, como centros de convivência para terceira idade, inclusive com construção de estádio municipal;
- entrega de carteiras de estudante para alunos das escolas municipais;
- criação de cursos e programas relacionados à capacitação profissional;
- efetiva participação do Conselho Tutelar, principalmente nas escolas e estabelecimentos comerciais;
- incentivo às atividades artísticas, inclusive o artesanato;
- implantação de postos policiais na zona rural, bem como aumento do efetivo municipal;
- melhoria do nível de emprego e renda da população;



- promoção da inclusão social como forma de combate a violência;
- criação de associações relacionadas a todas as esferas (moradores, comerciantes etc);

L 3 A elaboração de programas que promovam o desenvolvimento regional, com base nos princípios para o Pólo Costa dos Coqueirais será feita mediante:

- participação dos poderes municipais na implantação e melhoria do Pólo Costa dos Coqueirais;
- incentivo à criação de um pólo de desenvolvimento que priorize os produtos de pequenos agricultores e da pesca artesanal;
- acordos entre os municípios limítrofes principalmente relacionados à área de saúde;
- parcerias com a rede hoteleira de Aracaju para divulgação de roteiros turísticos;
- intercâmbio entre os municípios limítrofes para divulgação de roteiros turísticos que incluam Crasto;
- promoção da revitalização do patrimônio construído – antigos engenhos, para divulgação como produto turístico;

L 4 A promoção da formação de mão-de-obra qualificada voltada às vocações locais será feita mediante:

- avaliação de novas ou resgatar velhas atividades de geração de renda, como a cultura de cana ou a formação de grupos folclóricos voltados para atividades turísticas;
- implantação de cursos voltados à aptidão municipal;
- convênio com escolas/cursos capacitadores.
- consolidação das associações comunitárias etc;

L 5 Promover um planejamento municipal respeitando as vocações de cada localidade será feito mediante:

- consolidação dos distritos como núcleos de apoio à área rural por meio de melhorias de infra-estrutura e serviços públicos;
- promoção de roteiros turísticos alternativos, incluindo os de ecoturismo, com preços acessíveis;
- consolidação do sistema viário municipal como articulador do território;
- consolidação das localidades como de interesse turístico a partir da definição de formas específicas de ocupação do solo;
- promover a sede municipal e o distrito de Crasto como pólos potenciais para o desenvolvimento turístico;



L 6 Tornar o município mais independente de verbas de repasse com sistemas de arrecadação municipal mais eficiente será feito mediante:

- avaliar a forma de cálculo de impostos, inclusive com isenção para famílias carentes ou de baixa renda.
- trabalho de conscientização da população com relação ao pagamento de impostos;
- revisão no sistema de arrecadação municipal, com ênfase para o IPTU;

L 7 Rever o limite do perímetro urbano da sede municipal e consolidar os distritos como núcleos de apoio ao meio rural será feito mediante:

- melhoria na gestão territorial mediante levantamento cadastral dos lotes em áreas rural e urbana, com fins de cobrança de impostos;
- manutenção dos distritos como área rural com o objetivo de transforma-los em núcleos de apoio à área rural;
- levantamento das áreas aptas à expansão urbana na região da sede;

L 8 Garantir o direito à mobilidade e comunicabilidade da população, melhorando e reforçando o sistema viário municipal, bem como os serviços de comunicação será feita mediante:

- incentivar alternativas para os meios de transporte, principalmente para atendimento das comunidades rurais;
- melhoria e manutenção das estradas municipais e vicinais principalmente à época das chuvas;
- promover entendimentos junto aos agentes responsáveis para melhoria de serviços de Correios, em especial na área rural;
- promover em todas as esferas a melhoria da rede de telefonia fixa e móvel, com enfoque para a área rural;

L 9 Promover a interação entre o poder público, a iniciativa privada e a população para fortalecimento dos processos de planejamento e gestão eficazes será feito mediante:

- fortalecimento das Secretarias Municipais;
- promoção de parceria entre os poderes público e a iniciativa privada;
- adaptação de toda a estrutura administrativa municipal à implementação deste Plano Diretor;
- participação de toda a sociedade para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática;
- incentivar a criação de cooperativas e associações para fortalecimento de uma sociedade engajada no processo de construção participativa;
- intercâmbio entre as secretarias municipais de demais organismos;
- interação entre o poder público, a iniciativa privada e a população para fortalecimento dos processos de planejamento e gestão;



- revisão e melhoria das estruturas de fiscalização e arrecadação fiscal;
- modernização administrativa da Prefeitura Municipal;
- investimento nos pessoal envolvido na gestão municipal por meio de capacitação e aperfeiçoamento;
- criação de um sistema de informações municipais para subsídio à sistema de planejamento;

L 10 A promoção de atividades diferenciadas para fortalecimento da economia, como o beneficiamento agrícola, o incentivo ao turismo e o desenvolvimento do comércio e serviços será feita mediante:

- incentivo à criação de cooperativas para fortalecimento de todas as atividades econômicas municipais;
- incentivo a atividades de ecoturismo no município;
- melhoria do comércio local voltado para atividades turísticas como bares, restaurantes e pousadas;
- utilização de produtos como a mandioca e os derivados da pesca para beneficiamento com o objetivo de diversificação da economia municipal;
- melhoramento da estrada de acesso ao povoado de Crasto e urbanização da orla;
- Incentivo a atividades relacionadas ao turismo, com capacitação de pessoal e criação de centros de artesanato;
- melhoria nas estradas, utilizadas para escoamento da produção, além do transporte público, garantindo o direito à mobilidade da população;
- incremento no setor de comércio relacionado com o turismo;
- fortalecimento da área de eventos relacionados a todos os ramos de atividades;
- incentivo à agricultura familiar com promoção de assistência técnica e linhas de crédito de financiamento direto para os pequenos agricultores;
- incentivo à distribuição justa das terras produtivas por meio de reforma agrária, além da regularização fundiária;
- estimular a participação da assistência técnica nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais, em relação sistêmica com instituições de ensino e de pesquisa, de modo a proporcionar um processo permanente e sustentável de fortalecimento da agricultura familiar;
- refinanciamento com garantia de compra da produção dos pequenos agricultores;
- promover o fortalecimento da cadeia produtiva da fruticultura e aqüicultura;

L 11 Efetivar a regularização fundiária, garantindo o direito à propriedade será feito mediante:

- criação de comissão municipal multidisciplinar para assuntos de regularização fundiária;
- realizar cadastro municipal da situação fundiária de todos os imóveis;
- parceria com o judiciário para simplificação/agilização dos processos de regularização fundiária;



PARTE IV – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE UM PLANO DIRETOR



Existem inúmeros tipos de planejamento (compreensivo, do incrementalismo disjunto, exploratório, interativo, estratégico, etc.) e diversos tipos de planos. O que interessa no caso do planejamento do desenvolvimento dos municípios e seus assentamentos urbanos é o trabalho com um **PLANO DIRETOR** elaborado e estruturado a partir dos princípios do **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**.

1 O PLANO DIRETOR

O **PLANO DIRETOR** é um plano de diretrizes:

- econômicas,
- sociais,
- físicas/territoriais/ambientais e
- de gestão,

com suas correspondentes estratégias, políticas, programas e projetos de ações.

Nesse sentido, a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade o qualificam como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios brasileiros.

O Art. 182 da Constituição Federal estabelece:

“ ... A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§1º O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte e mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§2º A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor...”.

O **Estatuto da Cidade – Lei no 10.257**, de 10 de julho de 2001, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais para execução da política urbana.

Ele estabelece que o Plano Diretor:

- deve ser aprovado por lei municipal;
- é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas;
- deverá englobar o território do Município como um todo;
- deve ser revisto, pelo menos, a cada 10 anos;

além de:

- regulamentar e criar novos instrumentos urbanísticos;



- apontar processos para uma gestão mais democrática das cidades.

O Plano Diretor é obrigatório para cidades

- com mais de vinte mil habitantes;
- para cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- onde o Poder Público municipal pretenda utilizar o parcelamento ou edificação compulsória, o IPTU progressivo no tempo ou a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública;

em locais

- integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

O **Plano Diretor** deverá conter, no mínimo:

- a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização;
- disposições referentes ao direito de preempção, outorga de direito de construir, outorga da alteração de uso, operações urbanas consorciadas e transferência do direito de construir;
- sistemas de acompanhamento e controle.

No processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

- a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
- o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

O **Plano Diretor** deverá incorporar, ainda, princípios e diretrizes da:

- Agenda 21, e da
- Agenda Habitat,

que perseguem os mesmos objetivos, no sentido de garantir um desenvolvimento sustentável como visão integrada dos aspectos:

- ambientais;
- econômicos;
- sociais;
- urbanísticos e,
- de gestão.

Trata-se, em síntese, do que hoje se denomina enfoque ambiental ou de desenvolvimento sustentável e integrado, neste caso aplicado especificamente à questão urbana e que, como consequência da Conferência de 1992, no Rio de Janeiro, visa:

- o fortalecimento do enfoque ambiental local no manejo dos sistemas ambientais;



- a incorporação do desenvolvimento sustentável integrado nas políticas locais;
- o fortalecimento da educação e da capacitação;
- a consulta e comprometimento dos atores locais;
- o fazer alianças com os promotores econômicos das cidades; e
- o monitoramento permanente dos progressos até a sustentabilidade.

O **Plano Diretor** receberá um arcabouço institucional, na forma de uma lei (Lei do Plano Diretor), que alinhava a necessidade de ocorrerem uma série de ações. O Plano Plurianual também elenca uma série de ações, assim como a Lei de Orçamento Anual. Nesse sentido, Plano Diretor, PPA e LOA deverão “acertar” as ações propostas, sob pena de criar um “amontoado de leis contraditórias”.

2 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO** é um tipo de planejamento que embasa uma nova forma de governar as aglomerações urbana, em um clima de consenso e de participação coletiva.

O que vem a ser planejamento estratégico?

É uma metodologia de mudança na cultura urbana que permite superar os velhos métodos de imposição com novas formas de antecipação do desejado e do possível.

É também um pacto entre os atores econômicos e sociais pela governabilidade da cidade e do município, tendo uma visão de futuro como sistema para a tomada de decisões. É ainda ter como diretriz conceber um futuro desejável definindo os meios reais para alcançá-lo.

O planejamento estratégico é, enfim, um processo orientado para a ação.

Quais os fins do planejamento estratégico?

Determinar os objetivos estratégicos para um núcleo urbano e/ ou município que permitam conseguir, a médio prazo, uma posição de competitividade e de qualidade de vida, e ainda estimular a convergência dos diversos agentes que disponham de capacidade e recursos para atingir os objetivos factíveis do núcleo urbano / município desejados.

Quais as condições de êxito do planejamento estratégico?

Um primeiro ponto é o compromisso das instituições promotoras, incluindo aí o compromisso financeiro.

Um segundo é a máxima participação dos cidadãos, a colaboração do setor público/ privado e uma articulação real dos interesses envolvidos.

Como terceiro ponto, a necessidade de uma análise real, global e consensuada do meio ambiente interno e externo ao núcleo urbano/município.

Propostas realistas e priorização das ações e projetos, assim como concentração de energias e continuidade no processo de implantação de projetos completos, são outros pontos importantes para o êxito do planejamento estratégico.



Quais os riscos do planejamento estratégico?

O que pode colocar em risco o planejamento estratégico de núcleos urbanos / municípios é a determinação de objetivos demasiadamente genéricos, não factíveis no médio prazo, assim como uma escassa participação dos atores responsáveis pelas transformações econômicas e sociais.

Três outros pontos devem ser lembrados como possíveis responsáveis pelo fracasso do plano: uma pequena divulgação dele; a sua politização; e a ausência de financiamento para implementação das propostas.

Quem são os atores de um processo de planejamento estratégico?

Em primeiro lugar, os cidadãos, e ainda os líderes políticos, econômicos, sociais e com capacidade de decisão e de formar opinião. Num sentido mais amplo, os atores com incidência na vida dos cidadãos.

Quais os beneficiários do planejamento estratégico?

Naturalmente os cidadãos como usuários e destinatários finais, os políticos como responsáveis pela gestão dos núcleos urbanos/municípios e as empresas como atores econômicos e sociais.

O **PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO**, assim como balizado, é entendido, portanto, como "... um processo social que alia à expansão das forças econômicas e à geração da riqueza assim propiciada a disseminação pelos diversos segmentos da população os correspondentes benefícios ...", conforme definição adotada pela Organização das Nações Unidas. Nesse sentido, o Plano Diretor formaliza uma série de diretrizes pactuadas e determinantes para todos os agentes públicos e privados envolvidos no processo. Com este enfoque, a elaboração e implantação dos Planos Diretores nos municípios brasileiros adotam um novo enfoque, diferente do clássico adotado nas últimas décadas, e a partir do qual impunham-se normas para controle do uso e ocupação do solo, dando uma ênfase funcional ao modelo de desenvolvimento, baseado na estruturação de corredores de mobilidade, no transporte e no saneamento.

O produto básico do Plano Diretor se estrutura em torno de um conjunto de estratégias, programas estratégicos e ações estratégicas prioritárias, a partir das quais é possível aglutinar as vontades particulares dos atores envolvidos na forma de parceria público-privado (PPP). Estas estratégias se estruturam em torno de linhas estratégicas, do tipo Gestão do Planejamento, Estruturação Urbana, Mobilidade Urbana, Qualificação do Meio Ambiente, Promoção Econômica, etc.

3 ETAPAS E FASES

A elaboração do **PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO** estrutura sua metodologia a partir de momentos e fases de um processo, por trás do qual existe uma organização institucional dos recursos humanos envolvidos: atores, executores, etc.

A tese de partida se estrutura em torno de um modelo com três momentos, a saber:

- **1º momento:** Da situação de partida, situação/cenário atual, situação tal como ela é, que deve ser descrita e conhecida, e da qual deve ser feito um diagnóstico;



- **2º momento:** Da situação de chegada, ou situação futura desejada ou situação tal como deveria/poderia ser, cenário futuro de referência, que deve ser formalizada na forma de prognósticos; e
- **3º momento:** Do conjunto de estratégias, políticas, programas e ações necessários à transformação da situação de partida para a situação de chegada.

No caso dos processos planejados, trata-se de pactuar um plano ou conjunto de estratégias, políticas, programas e ações que transformem a situação de partida, tal como ela é, insatisfatória e cheia de problemas, numa situação outra, melhor, mais satisfatória, desejada e imaginada, pré-fixada, e onde a maioria dos problemas da maioria das pessoas, por não dizer todos os problemas de todas as pessoas, encontram-se resolvidos.

A elaboração de uma primeira versão de Plano Diretor é, portanto, um primeiro momento do processo, que deverá ter continuidade transformando-se assim num processo permanente de planejamento, implementação e monitoramento.



TECHNUM Consultoria SS

SHIS QI 9 – Bloco D – Sala 203 – Comércio Local – Lago Sul

Brasília – DF

CEP 71625-009

(61) 3364.0087

CREA 5307/RF

technum@technum.com.br

